

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

SORAYA CORRÊA DOMINGUES

Cultura Corporal e Meio Ambiente
Na Formação de Professores

Salvador

2005

SORAYA CORRÊA DOMINGUES

**Cultura Corporal e Meio Ambiente:
Na Formação de Professores**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em educação.

Orientadora: Pr.^a Dr.^a Celi Nelza Zülke Taffarel

Salvador

2005

Biblioteca Anísio Teixeira – Faculdade de Educação - UFBA

D671 Domingues, Soraya Corrêa,
Cultura corporal e meio ambiente na formação de professores / Soraya
Corrêa Domingues. – 2005.
289 f.; il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de
Educação, 2005.

Orientadora: Profa. Dra. Celi Nelza Zülke Taffarel.

1. Formação de professores. 2. Meio ambiente. 3. Educação ambiental.
I. Taffarel, Celi Nelza Zülke. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade
de Educação. III. Título.

CDD 370.71

Dedico

A

Humanidade, em especial aos que assumem a responsabilidade de com determinação política construir novas relações com a Natureza e com seus semelhantes que superem as atuais destrutivas relações de exploração.

Agradecimentos

Esta é provavelmente a parte mais difícil desta dissertação, pois compreendo que todos que existem, vivos ou não contribuíram de alguma forma com essa produção. Posso afirmar que a vida e não somente a minha que permite a complexa produção do conhecimento é dela que tudo se torna possível e é para ela que retornamos nossos esforços.

Mas seria pouco justo não citar alguns nomes que trabalharam de uma forma mais próxima na minha vida acadêmica, e culmina nessa pesquisa.

No Grupo LEPEL, em especial agradeço aos estudantes por segurar o núcleo duro no dia-a-dia do trabalho coletivo de uma linha de pesquisa no NE do Brasil, à Telma Cristina, Silvana Rosso, Cristina Paraíso, Amália Catharina, David Romão, e Marcio Barbosa. Aos professores do Departamento de Educação Física e Departamento II por todas as orientações oficiais e extras oficiais desde 1996: Maria Cecília de Paula, Nair Casagrande, Ney Santos, Romilson Santos, César Leiro, Pedro Abib e Carlos Roberto Colavolpe. Agradeço aos que mesmo distantes e algumas vezes presentes contribuíram com a reflexão: Professor Dr. Jurgen Dieckert, Elenor Kunz, Reiner Hildebrandt-Stramann, Márcia Chaves, Silvio Gamboa, Helena Freitas. Reconheço também as relevantes contribuições de Felipe Serpa.

Agradeço também às contribuições teóricas e militantes de professores de educação física de várias partes do Brasil Solange Lacks, Marcelo Russo, Renato Sadi e Renan de Almeida.

Nesta trajetória algumas relações se transformaram na minha vida, uns se afastaram e outros resistiram. Agradeço por compartilhar comigo as dificuldades e

as conquistas que envolvem produzir ciência no campo da educação e da educação física, no nordeste do Brasil. Henriqueta Q. C. Domingues, Marcus Vinícius do Carmo, Marcio Guedes, Sérgio Morelli, Álvaro Luiz Corrêa, Paulo Gurgel, Durval Q. C. de Almeida, Marcela e Raquel Girardi.

As orientações não só para as construções destes estudos, mas para toda a vida, Celi Nelza Zulke Taffarel.

Enfim, os agradecimentos aos trabalhadores brasileiros que com seu trabalho e suas reivindicações mantém as instituições públicas de ensino superior, como a UFBA e as agências de financiamento para a pesquisa, como o CNPq e, de formação de docentes para o ensino superior como a CAPES, sem as quais não seria possível desenvolver o presente trabalho.

"O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem".

Friederich Engels

RESUMO

O presente trabalho trata de analisar as relações e contradições entre educação, cultura corporal e meio ambiente e suas expressões na organização do trabalho pedagógico na formação de professores, apresentando elementos sobre possibilidades de essência no trato com o conhecimento, exemplificando-as em um Projeto Piloto de Atividades Curriculares em Comunidades da UFBA – ACC 465 Cultura Corporal e Meio Ambiente que articula o ensino, pesquisa e extensão.

Palavras Chave: Formação de professores, meio ambiente, cultura corporal.

ABSTRACT

The present work treats to analyze the relations and contradictions between education, corporal culture and environment and its expressions in the organization of the pedagogical work in the formation of professors, presenting elements on possibilities of essence in the treatment with the knowledge, exemplify them in a Project Pilot of Curricular Activities in Communities of the UFBA - 465 ACC Corporal Culture and Environment that education articulates, search and extension.

Keywords: Formation of professors, environment, corporal culture.

Siglas

ED - Educação Ambiental

ACC - Atividade em Comunidade Curricular

EDC - Educação

GRUPO LEPEL - Linha de Estudos e Pesquisa em Educação Física & Esporte e Lazer

NEPEL - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação Física Esportes e Lazer

UFBA - Universidade Federal da Bahia

MEC - Ministério da Educação

SESu - Secretaria de Ensino Superior

ANFOPE - Associação Nacional dos Profissionais em Educação

UNE - União Nacional dos Estudantes

CRUB - Conselho de Reitores de Universidades Brasileira

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes Federais Ensino Superior

FASUBRA - Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes no Ensino Superior

FORGRAD - Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras

PNE - Programa Nacional de Educação

IES - Instituições de Ensino Superior

ONU - Organização das Nações Unidas

MMA - Ministério do Meio Ambiente

PRONERA - Programa Nacional de Erradicação do Analfabetismo

PRONEA – Programa Nacional de educação Ambiental

SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente

PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMS - Organização Mundial da Saúde

FMDI - Federação Internacional de Medicina Desportiva

FMI – Fundo Monetário Internacional

PIB - Produto Interno Bruto

IES – Instituições de Nível Superior

PNE – Plano nacional de Educação

Quadro**QUADRO** - Programação Curso de formação de Agentes Ambientais

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO 15

- 1. PROBLEMATIZANDO O TEMA E DELIMITANDO OBJETIVOS 26
- 2. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA 26
- 3. PARÂMETRO TEÓRICO METODOLÓGICO 37

II. DESENVOLVIMENTO 54

- 4. O DESAFIO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA UFBA 55
 - 4.1 A política de reformulação curricular: o princípio da indissociabilidade 66
 - 4.2 O currículo e a organização do trabalho pedagógico 79

- 5. A DISCUSSÃO TEÓRICA: Relação ser humano – trabalho - cultura 91
 - 5.1. Educação ambiental 106
 - 5.2. A cultura corporal 130

- 6. A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ACC: Cultura Corporal e Meio Ambiente 173
 - 6.1 Atividade curricular em comunidades 175
 - 6.2 Caracterização da ação pedagógica 181
 - 6.2.1. A região 184
 - 6.2.2. Os encontros 189

6.2.3. A avaliação/ Objetivos 215

6.2.4. Conhecimento Construído 219

III. CONCLUSÕES 229

7. Proposta para o trato com o conhecimento na formação de professores 235

8. Limites e Possibilidades para a formação de professores 242

9. A continuidade da problematização e novas hipóteses de estudo 249

IV. BIBLIOGRAFIA 251

V. ANEXOS 265

VI. APÊNDICE A 289

1 – Introdução



“O máximo que faz o animal é colher para consumir; ao passo que o homem produz, cria meios de subsistência no mais amplo sentido do termo, os quais, sem ele, a Natureza jamais produziria”. (Engels, 1979, p.163)

1. PROBLEMATIZANDO O TEMA E DELIMITANDO OBJETIVOS

Esta pesquisa localiza-se entre as que estudam a relação *Educação, Sociedade e Práxis Pedagógica* a partir das relações trabalho-educação e parte da crítica aos conteúdos tratados na prática pedagógica da Formação do Professor de Educação Física, em especial, a formação da UFBA – Universidade Federal da Bahia.

Vinculou-se com a Linha de Pesquisa Currículo e Tecnologias de Informação e Comunicação em seu início e está sendo defendida na Linha Educação Física Esporte e Lazer do Programa de Pós-Graduação em Educação da FACED/ UFBA¹ que concentra interesses de estudos sobre as relações *currículo, trabalho, conhecimento, cultura e comunicação nos seus aspectos epistemológicos, históricos, sócio-políticos, e institucionais tendo a prática educacional como base instituinte e ao Grupo LEPEL².*

Trata particularmente da problemática da formação dos professores e da organização do trabalho pedagógico no trato com conhecimentos científicos referente às relações e contradições entre “*Homem e Meio Ambiente*”. Reconhecendo, espaços, situações, tempos, saberes e conhecimentos significativos para a Educação Ambiental e a Cultura Corporal.

Busca especificamente, contribuir com a construção teórica incentivada a partir da pesquisa matricial do Grupo LEPEL (Linha de Estudo e Pesquisa em

¹ A Linha Educação Física Esporte e Lazer , enquanto Linha na Pós-Graduação foi aprovada em 2004 em reuniões dos colegiados do Departamento de Educação Física e do Programa de Pós-Graduação em Educação respondendo a uma demanda histórica no nordeste do Brasil onde não existem programas consolidados de Pós-Graduação em Educação Física.

² O Grupo LEPEL/FACED/UFBA é certificado pela UFBA desde 2000 e está cadastrada no CNPq - Diretório Nacional dos Grupos de Pesquisa do Brasil.

Educação Física & Esporte e Lazer) que investiga problemáticas significativas no campo da prática, na formação de professores, produção do conhecimento e políticas públicas da Educação e Educação Física & Esporte e Lazer.

Análises anteriores sobre a prática pedagógica do professor de Educação Física na escola pública de Salvador, realizadas pelo coletivo do NEPEL (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Física Esportes e Lazer)³, apresentavam indícios de uma prática centrada em tendências pedagógicas questionáveis cujo enfoque era a perspectiva da aptidão física, com ênfase nas dimensões biológicas do conhecimento e que privilegiavam o esporte com referência em práticas Olímpicas. Tais trabalhos foram publicados na Revista Monitoria da UFBA/ 1997 e confirmam estudos anteriores sobre o assunto como, por exemplo, as investigações de Castellani Filho (1991), Guiraldhelli Junior (1988), entre outros.

Com a inserção do Grupo de Pesquisa LEPEL/ FACED/ UFBA no Programa de Pós-Graduação em Educação em 2000 e o desenvolvimento da pesquisa matricial, cujo eixo articulador da produção do conhecimento é a prática e suas problemáticas significativas foi possível planejar, implementar e avaliar uma experiência concreta que abordasse a questão do trabalho pedagógico no trato com o conhecimento na formação de professores. Especificamente conhecimentos científicos que permitem ampliar as referências e as possibilidades de ações na perspectiva do enfrentamento de contradições como, por exemplo, a contradição da negação do conhecimento na formação de professores.

³ O NEPEL foi criado em 1997 na FECD/ UFBA.

Na condição de auxiliar técnica de pesquisa, financiada pelo CNPq, vim participando das atividades de instalação e consolidação do Grupo de Pesquisa LEPEL/ FACED/ UFBA, condição institucional que permitiu a apresentação da presente pesquisa desenvolvida em sua parte empírica com o oferecimento da ACC – Atividade Curricular em Comunidade EDC 465 Cultura Corporal e Meio Ambiente.

As ACC – Atividades curriculares em Comunidades constituem um projeto piloto de grande alcance, desenvolvido pela UFBA que visa alterações curriculares nos cursos de graduação da universidade, através da incidência na organização do trabalho pedagógico e no trato com o conhecimento.

Outra referência no delineamento da proposta de pesquisa foi a: experiência acumulada pela professora Celi Taffarel que, ao ministrar junto ao curso de Educação Física da UFPE a disciplina Sociologia do Esporte para o curso de licenciatura em educação física, o faz desenvolvendo de forma problematizadora a temática "Esporte e Meio Ambiente", com a colaboração do Professor Jesus Trasanco⁴ no ano de 1999.

Em 2000 realizamos também um estudo sobre a inclusão da temática "Cultura Corporal e Meio Ambiente" nos currículos de formação de professores da FACED/ UFBA e nos currículos das escolas de Educação Física do Nordeste do Brasil, onde constatamos a inexistência do trato com tal conteúdo nos currículos analisados. (DOMINGUES, 2001).

⁴ Professor da Universidade de Pinar Del Rio, CUBA.

Inquietava-nos o fato de que o homem constrói sua existência em relações com a natureza e com seus semelhantes, mas o faz de forma a assegurar um padrão de relação de exploração e exploração, o que está acentuando a tendência à destruição das forças produtivas – o trabalho, o trabalhador e a natureza. A construção da cultura em geral e em especial a cultura corporal continua mantendo um padrão destrutivo de relações, no entanto, estes temas não entram de forma organizada, sistemática nos currículos de formação de professores.

Contribuíram para ampliar esta nossa hipótese inicial: visita científica, organizada pelo Grupo LEPEL/ FACED/ UFBA, entre as quais, a do Professor Doutor JURGEN DIECKERT⁵ da Universidade de Oldenburg - Alemanha. As discussões teóricas daí decorrentes acerca da formação dos professores frente às necessidades e exigências contemporâneas contribuíram para delimitar o presente estudo.

Reconhecendo, portanto, como problemática de estudo o trabalho pedagógico no trato com conhecimento de forma a ampliar as referências para uma ação pedagógica que enfrente as contradições internas aos currículos, como é a negação do conhecimento, bem como externas, como é a questão tendência à destruição da natureza em função do padrão de exploração nas relações sociais formulamos inicialmente a pergunta científica “como pode ser organizado o conhecimento sobre as relações cultura corporal e meio ambiente na formação de

⁵ O Professor Dr. Dieckert é especialista em Desporto e Meio Ambiente e nos trouxe uma rica contribuição sobre os estudos hoje existentes acerca do tema. Constatamos que praticamente não existem produções teóricas sobre o tema no Brasil.

professores?” Para responder a esta questão levantamos a hipótese de que existem possibilidades de essência de alterações do currículo da graduação, através da organização do trabalho pedagógico na produção do conhecimento, integrando-se ações com a pós-graduação, nas ações diretas com a comunidade pesquisada e por fim na elaboração de políticas públicas vez que o enfrentamento da questão requer iniciativas de conjunto em vários âmbitos.

A experiência com a ACC “Cultura Corporal e Meio Ambiente” não é a única experiência em desenvolvimento pelo Grupo da LEPEL/ FAGED/ UFBA. Podemos mencionar também a ACC EDC 464 “Ensino e Pesquisa na Roda de Capoeira” e a ACC EDC 456 “Ações pedagógicas interdisciplinares em áreas de reforma agrária”; Outro projeto, também relevante, desenvolvido pelo Grupo foi o projeto “Agente Jovem” UFBA/ SETRADS. Estes projetos se desdobram junto a escolas públicas, a Escola Aberta do Calabar; as experiências pedagógicas com tutorias desenvolvidas junto a disciplinas do curso de graduação, por exemplo, a disciplina: Ginástica Escolar integrada com a Escola Estadual Evaristo da Veiga, a disciplina Didática da Educação Física desenvolvida no CEFET/ Bahia. São alguns projetos, os quais nossa atuação, se deu na perspectiva de construção de uma unidade teórico-metodológica que nos possibilitasse enfrentar, de conjunto, contradições presentes na formação de professores de educação física e na escola pública.

Na condição de Tutora e Auxiliar Técnica de Pesquisa (CNPq) foi possível acumular elementos da crítica a didática e a organização do trabalho

pedagógico e ampliar as referências sobre os nexos, relações e determinações da prática e do projeto histórico.

A proposta inicial da investigação, denominada: *“Ecoesporte: indicações curriculares para a formação de professores”* foi apresentado para crítica em eventos científicos - Seminário Científico e Tecnológico de Educação Física (2000) – e, exposto na Reunião Especial da SBPC Manaus (2001), cujo tema central foi Meio Ambiente. A aprovação em um evento da SBPC e as discussões e interesses suscitados nos estudos preliminares permitiram visualizar um importante e relevante tema a ser discutido e aprofundado enquanto projeto investigativo. As contribuições de tais estudos poderão incidir na formação, tanto de professores em geral, quanto especificamente dos professores de Educação Física.

O projeto desenvolvido na ACC 465 – “Cultura Corporal e Meio Ambiente” contou a minha participação na condição de tutora e com o professor Ney Santos do Departamento III/ FAGED/ UFBA. Contou, também, com estagiários científicos do grupo LEPEL a professora Terezinha Perin, com os estudantes cuja relação segue em anexo, com monitorias. Foi desenvolvido, conjuntamente, com a Prefeitura Municipal de Vera Cruz/ Bahia/ Brasil e a Associação de Moradores de Matarandiba, colônia de pescadores da contra costa da ilha de Itaparica, na Bahia de Todos os Santos.

As ações desenvolvidas no ACC durante os semestres letivos foram registradas, relatadas e sistematizadas nos relatórios finais, apresentados para a Pró-reitoria de extensão.

A partir destas aproximações com a realidade pesquisada que nos perguntamos: Como está configurado o trato com o conhecimento a respeito das relações e contradições entre Cultura Corporal e Meio Ambiente na graduação da FACED/ UFBA?

Quais as possibilidades e limites dentro da organização do trabalho pedagógico da FACED/ UFBA de tratarmos da inserção de tal temática na formação de professores e especificamente dos professores de Educação Física?

Como organizar, implementar e avaliar experiências abertas intercursos de formação de professores, existentes na FACED, Educação Física, Ciências e Pedagogia, para introduzir a problemática das relações e contradições entre “homem e natureza?”.

Um dos pontos centrais do estudo é a crítica a organização do trabalho para daí criticarmos a organização do trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento, que se expressa atualmente em currículos fragmentados, extensivos e alienantes. Em outras palavras é a crítica as relações estabelecidas nas práticas educacionais e suas funções e objetivos no que concerne à socialização para o mundo do trabalho capitalista, onde as forças produtivas, força de trabalho, ciência e tecnologia e os meios de produção, entram em contradição com as condições do meio ambiente que vem sendo altamente explorado.

A pesquisa assumiu uma abordagem qualitativa e se desenvolveu com procedimentos próprios da pesquisa-ação. Foram levadas em consideração as discussões que analisam relações sociais e as práticas educacionais, suas

funções e objetivos no que concerne a sociabilização para o trabalho (ENGUITA, 1989).

Analisamos a educação como prática social que constrói a partir de conflitos e contradições a socialização para as relações de trabalho, partindo das relações econômicas do capitalismo o qual, o trabalho humano, vem sendo determinado historicamente pelas relações de exploração da mais valia através do trabalho assalariado.

A relação homem e meio ambiente, tendo o trabalho como mediador alienante e alienador, se intensifica, principalmente a partir da revolução industrial que com avanço da ciência e da tecnologia, ampliou a produção em larga escala conseqüentemente, aprofundando a exploração e destruição da natureza.

A respeito da alienação estamos considerando as contribuições de Chauí (2001, p.172-174) que nos apresenta três formas de alienação existentes nas sociedades modernas ou capitalistas, a saber: a) alienação social, os homens não se reconhecem como produtores das instituições sócios-políticas e oscilam entre duas atitudes ou aceitam passivamente ou se rebelam individualmente; b) alienação econômica, na qual os produtores não se reconhecem como produtores e nem se reconhecem nos objetos produzidos; c) alienação intelectual, resultante da separação social entre trabalho material e trabalho intelectual.

O processo de alienação a que estamos sujeitos no modo de produção da vida permite que se assegure a dicotomia entre ser humano e natureza, dicotomia esta expressa nos fatos de que os seres humanos não se reconhecem na natureza e a destroem. Não existe possibilidade de separação entre homem e natureza. Esta dicotomia, no entanto, é assegurada pela produção social de bens,

pela apropriação privada do resultado do trabalho humano e pela propriedade privada dos meios de produção. É a forma que o trabalho humano assume no capitalismo, com seu caráter explorador que separa o ser humano da Natureza.

A relação ser humano, natureza e trabalho é a base para entendermos porque, inclusive, os esportes, principalmente os esportes de alto rendimento, de espetáculo, são destruidores do meio ambiente.

O trabalho definido como a atividade prática, mediadora entre o ser humano e a natureza, é abordado nesta dissertação como eixo central para o enfrentamento da contradição geral preservação/ destruição do meio ambiente.

Assim como o trabalho nas relações capitalistas, o esporte ou a prática esportiva também segue a lógica da alienação, ele passa do valor cultural para o mercantilista resultando em uma relação destruidora da natureza que deve ser modificada através da construção de uma outra organização do trabalho pedagógico a partir da concepção da cultura corporal.

Nossa discussão considerou a temática “Cultura Corporal e Meio Ambiente” na formação de professores em meio às discussões sobre reestruturação curricular dos cursos de graduação. Novas diretrizes para a formação estão sendo definidas o que implica necessariamente na consideração de concepções curriculares.

As discussões sobre currículo extensivo e intensivo são tomadas de forma crítica a partir das contribuições de Pedro Demo (2000, p.116) que nos apresenta uma análise sobre os limites de currículos fragmentado e extensivo e traz a proposta de currículo intensivo, onde a pesquisa, o ensino e a extensão trabalham juntos para a formação profissional. De Pistrak (1924) nos valem das

contribuições sobre fundamentos da escola do trabalho e sobre os complexos. Tal discussão reconhece novas possibilidades de organizar o trabalho pedagógico e problematiza, de forma interdisciplinar, temas que se configuram como temas contemporâneos, necessários e que devem perpassar o programa escolar na perspectiva de um programa de vida, onde a auto-organização, a autodeterminação, a co-participação, a responsabilidade social são elementos cruciais.

A transformação do currículo atual levando em consideração a organização do trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento exige intensos trabalhos investigativos que abordem aspectos históricos da produção do conhecimento e das políticas públicas. Por isto reconhecemos imediatamente, que este é um dos muitos estudos que deveremos realizar para aprofundar a temática visto sua complexidade e abrangência.

Buscamos as bases teóricas que apontaram para a necessidade de construção de um currículo crítico que saia dos “muros” da escola e da Universidade utilizando espaços, tempos, implementos, recursos diversos naturais ou artificiais do meio ambiente atentando para as relações, conexões, contradições e contribuições entre saber, identidade e poder o que exige pesquisas que envolvam coletivos que possam ser sujeitos da investigação.

Neste sentido, apresentamos a presente pesquisa que está sendo consolidada na dinâmica do trabalho da Pós-Graduação em Educação/ UFBA, perspectivando uma ação impulsionadora para a reconceptualização do currículo de formação de professores/ UFBA.

2 - Delimitação do problema



“Sob as condições de uma crise estrutural do capital, seus conteúdos destrutivos aparecem em cena trazendo uma vingança, ativando o espectro de uma incontabilidade total, em uma forma que prefigura a autodestruição tanto do sistema reprodutivo social como da humanidade em geral”
(Mészáros,2002; 18)

Caminhamos para a delimitação do problema a partir de dois procedimentos: a análise da bibliografia específica da Cultura Corporal, Meio Ambiente e Formação de Professores; e o desenvolvimento da prática pedagógica no ACC onde levantamos e analisamos dados empíricos organizados em relatórios.

Apontamos aqui alguns indicadores destas duas fontes de dados que permitiram delimitar o problema investigativo.

Os estudos de Enguita (1989) nos apontam que existem contradições entre educação e trabalho que se expressam, não de maneira mecânica e reprodutivista, mas sim por mediações, no interior do currículo das escolas. A escola no seu papel de socialização para o trabalho capitalista e assalariado cumpre funções na realidade, acompanhada de uma série de conflitos, mediações, disfunções e processos entrópicos. Tais conflitos, mediações e disfunções podem ser identificados nos Cursos de Formação de Professores, na organização do trabalho, no trato com o conhecimento. Especificamente sobre Cultura Corporal e Meio Ambiente.

Os estudos de Reigota (2001), Guimarães (2000) Cascino (2000), Penteado (2000) problematizam a questão da formação dos professores e a problemática do meio ambiente. Distinguindo-se pelas ênfases nos estudos, ora nas dimensões históricas, ou nas polêmicas, ou nos recursos metodológicos. Os autores apresentam um elemento comum em suas análises, não é mais possível imaginar a formação de professores sem trazer com radicalidade a problematização das relações do “homem com o meio ambiente”.

Da idéia de progresso como sendo a exploração do trabalho humano e a exploração da natureza, hoje se coloca a necessidade de “salvar” o planeta que está sendo devastado pela lógica do modelo econômico vigente, o sistema capitalista e seus padrões de dominação e exploração.

A relação de exploração do homem com a natureza e com seus semelhantes no processo de produção dos meios para viver indicam a necessidade vital de alteração de padrões de relações, o que passa necessariamente pelo processo de formação humana, de educação, de escolarização. Portanto, a problemática torna-se significativa porque é vital para a própria sobrevivência da terra enquanto meio ambiente em que a vida é possível.

Os padrões de dominação e exploração perpassam também o âmbito da cultura corporal, ou seja, o âmbito das atividades que assumiram ao longo da história sentidos e significados diversos entre os quais localizamos as atividades esportivas. O Esporte enquanto fenômeno social contemporâneo também veio sendo desenvolvido ao longo dos anos com traços agente agressor da natureza. O esporte foi considerado dentre outras atividades humanas, como agressora para a natureza e destruidora do meio ambiente a partir da constatação que para construir espaços para práticas esportivas a natureza era destruída, os espaços de práticas corporais populares eram dizimados e projetos agressivos as culturas locais eram instalados. Desde 1992 quando da realização do Rio Eco o esporte foi considerado e reconhecido como poluente. Podemos identificar algumas problemáticas específicas da área: 1 - Os esportes ambientais não atendem as demandas e as necessidades das questões ambientais, mas sim da indústria produtora de artigos de esportes em geral; 2 - As práticas geralmente são muito

agressivas como o desmatamento para a construção da infra-estrutura e a destruição de reservas por transportes de materiais necessários para a prática esportiva específica; 3- Não existe indicador de um comprometimento com áreas naturais mais sensíveis à destruição que outras mais resistentes a qualquer agressão; 4 – A ausência de consciência política na população em geral e mais especificamente dos praticantes de esportes permite a destruição de culturas locais; 5 – Não existem leis que garantam uma harmonia entre meio ambiente, a população local, a fauna e a flora; 6 - A escassez no monitoramento e fiscalização por parte dos órgãos responsáveis de áreas freqüentadas por atletas naturalistas e praticantes de esportes radicais.

A evidência de que as práticas esportivas destroem a natureza, mesmo aquelas que nasceram e existem, hoje, para “proteger” a natureza, como os esportes radicais e o ecoesporte, nos indicam a necessidade de uma abordagem educacional a partir da formação de professores.

As proposições de possíveis enfrentamentos dessa e outras problemáticas da área específica dos Esportes e Meio Ambiente foram construídas no processo do trabalho pedagógico e de pesquisa-ação entre o coletivo de alunos da graduação, mestrandos, doutorandos e comunidade local na disciplina ACC 465 Cultura Corporal e Meio Ambiente. A investigação que se consolidou em seminários, fóruns de discussão, mesas redondas e com ações locais permitiu um profícuo diálogo em que, a base teórica explicativa sobre o fenômeno da destruição da natureza e as relações estabelecidas no âmbito da cultura corporal foram discutidas. Ficou evidente aos participantes que era

necessário conhecer, também, a situação geral da problemática do Meio Ambiente no Brasil e no mundo.

Muitos autores defendem que é necessária uma nova ética na relação do homem com a natureza e que isto passa por uma ação pedagógica de caráter educativo para formar o *homo ecologicus*. Para analisarmos a situação da relação esporte e natureza nos valem da obra de Da Costa 1997 e em especial o texto produzido por Meinberg (1997) sobre Desporto e Meio Ambiente. O autor destaca as medidas que permitem evidenciar o quanto à problemática esporte e meio ambiente está na agenda de praticantes e na agenda política de vários países. As evidências desta preocupação ambiental em relação ao esporte pode ser identificada, segundo o autor nas seguintes evidências:

1 – Aumento do interesse comum entre o governo o esporte e o meio ambiente para manter o ambiente sadio;

2 – Limites legais bem estabelecidos através do reconhecimento das políticas públicas nacionais sobre meio ambiente/ esportes e proposições de acordo com as demandas identificadas;

3- Monitoramento para proteção de áreas mais sensíveis e mapeamento para o uso de áreas menos sensíveis;

4 - Conscientização da população local e dos atletas que deve ser conquistada através da educação dentro e fora da escola;

5- Criação de um conselho de ética do desporto e meio ambiente;

6 – Criação de um modelo que simbolize a relação homem natureza HOMO ECOLOGICUS respeitando seu corpo e estabelecendo limites;

7 - Ações e discussões do Comitê Olímpico Internacional que está aliando suas medidas e o seu discurso às idéias novas da ética ambiental e do desporto.

Nas palavras do Eckhard Meinberg

“... define-se nossa contribuição que enfatiza uma nova reflexão sobre a ética do desporto. Tendo o Homo Ecologicus como modelo é pertinente entender que as pessoas praticando desportos devem se comportar de modo a minimizar o conflito desporto–meio ambiente. E para que isso aconteça, a educação se faz necessária: a ética é dependente da pedagogia”. (MEINBERG apud Da COSTA, 1997 p.196).

Identificamos, portanto, como prioridade a ação pedagógica, em especial a ação teórica-prática no curso de formação de professores, para alterar o trato como o conhecimento, já que ao longo dos anos a Educação Física brasileira, poucas vezes, esteve articulado com projeto político pedagógico e social que reconhecesse as atividades do campo da cultura corporal como elementos constitutivos de uma política cultural para as amplas massas.

Na história da Educação Física, principalmente no período em que se consolida o modo capitalista de organizar a produção, vamos encontrar as influências médicas, militares e da indústria consolidando um corpo produtivo e os espaços onde pudessem ser apresentados os mais altos, mais fortes e mais velozes em competições e com aprimoramento da técnica para altos rendimentos.

As questões de ordem ecológica como, por exemplo, as práticas corporais em contato com a natureza e ao natural, conforme defendiam os filantropistas e pedagogos do renascimento foram paulatinamente dando lugar a práticas artificiais, em ambientes artificiais e cada vez mais orientadas pelos padrões decorrentes das necessidades do mundo do trabalho produtivista, tecnicista e competitivista. O planeta terra está deixando evidente que não tem condições de continuar suportando tal relação entre os seres humanos e a natureza. Estamos hoje, vivendo em um planeta que tem vida e precisa ser cuidado.

Os problemas ambientais estão evidentes tanto no meio urbano, com altos índices de poluição ambiental, quanto no meio rural, principalmente no desmatamento e no uso de agrotóxicos. São conseqüências de nossa sociedade capitalista, consumista e com tendências acentuadas a destruição das forças produtivas. A lógica desta relação inconseqüente e irresponsável necessita ser alterada e para tanto a questão deve ser enfrentada por dentro dos cursos de formação de professores. O trato com o conhecimento na prática pedagógica deve caminhar na direção de propor ações que alterem a lógica, o trato com o conhecimento, constatar, explicar, propor e alterar, para o enfrentamento com a política neoliberal de globalização, política que representa, um dos principais motivos de destruição do planeta.

Ao afirmarmos que as relações entre homem e natureza não são tratadas na formação de professores, ou quando o são isto se dá a partir de uma lógica assentada em padrões de dominação e exploração, o fazemos considerando os resultados do estudo preliminar que realizamos junto a universidades do nordeste do Brasil.

Para conhecermos e nos certificarmos da existência e abordagens da área específica “Cultura Corporal e Meio Ambiente” realizamos um estudo em 2001 onde consultamos 17 currículos de cursos de educação física de Universidades do Nordeste do Brasil. Constatamos que não existem evidências de disciplinas oferecidas com a temática “Cultura Corporal e Meio Ambiente” ou então de abordagens sistemática de tal conteúdo. Constatamos também que a produção do conhecimento sobre o tema no nordeste do Brasil é ínfima. Localizamos precisamente um trabalho na UFPE, desenvolvido pela professora Celi N. Z. Taffarel na disciplina de Sociologia do Esporte, e que trata justamente das relações e contradições entre “homem e natureza”.

O enfrentamento da questão da destruição da natureza e das forças produtivas para preservação do meio ambiente e a garantia da existência humana no planeta passa pela alteração do trabalho em geral no modo de produção capitalista e, especificamente, do trabalho pedagógico e sua lógica no trato com o conhecimento.

Com esta base explicativa aprofundamos a discussão sobre a Formação de Professores e mais especificamente dos professores de Educação Física da UFBA: articulando conhecimentos do campo da cultura corporal e do meio ambiente; oferecendo subsídios teóricos e práticos a respeito da problemática ambiental e da cultura corporal, buscando construir uma ação político pedagógica na área Meio Ambiente Cultura Corporal e Formação de Professores que apontasse para possibilidades de essência na abordagem da problemática educativa “Cultura Corporal e Meio Ambiente”.

Considerando que as relações mais gerais do capital não param na porta dos cursos de formação de professores, mas neles penetra, não mecanicamente, mas por mediações no trabalho pedagógico nos propomos a discutir as contradições do movimento geral do capital que produz socialmente as mercadorias, em relações destrutivas e as distribui privadamente, e sua expressão no trabalho pedagógico.

Especificamente nos perguntamos sobre o trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento curricular na FAGED/ UFBA, que mantém disciplinas em 19 licenciaturas mais o curso de pedagogia. Perguntamos-nos, como organizar o trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento para ampliar referências e consolidar base teórica sobre Cultura Corporal e Meio Ambiente na Formação de Professores. Particularmente nos aprofundamos nos estudos com o Curso de Educação Física da UFBA⁶ onde realizamos a pesquisa-ação, planejando, implementando e avaliando a ACC 465 Cultura Corporal e Meio Ambiente.

Como questões específicas norteadoras da pesquisa foram levantadas as seguintes:

- Como o tema cultura corporal e meio ambiente está presente nos cursos de Pedagogia, Ciências Naturais e Educação Física, a partir da grade curricular?
- Como o tema se apresenta nos currículos de formação de professores de educação física do nordeste?

⁶ Esta licenciatura desde sua implantação em 1988 vem buscando a partir de intensos debates, atender as demandas e exigências identificadas no processo de Formação de Professores da UFBA, situando-a mais especificamente no contexto escolar, alvo principal de um curso de licenciatura.

- Quais as possibilidades do trato com o conhecimento sobre o meio ambiente e cultura corporal através da atividade curricular em comunidade – ACC, desenvolvida na UFBA?
- Quais os resultados da vivência e experiência de um ACC para os cursos de Formação de Professores na UFBA que integra ensino, pesquisa e extensão no trato do complexo temático cultura corporal e meio ambiente?

A pergunta científica que será respondida na presente pesquisa é sobre qual a possibilidade de essência de alterar a organização do trabalho pedagógico e o trato com conhecimento sobre Cultura Corporal e Meio Ambiente na Formação de Professores na FAGED/ UFBA? .

Como objetivo, propomos apresentar elementos teóricos que explicam e justificam alternativas na organização do trabalho pedagógico e trato com o conhecimento nos currículos enquanto possibilidade de essência para tratar do complexo temático “Cultura Corporal e Meio Ambiente” na formação de professores.

São hipóteses do trabalho investigativo:

1. A lógica das relações de produção expressas no mundo do trabalho através da organização do trabalho capitalista e a relação com a natureza se faz presente no interior dos cursos de formação de professores, por mediações ideológicas no trabalho pedagógico e trato com o conhecimento;

2. Existem possibilidades de essência para alterar a lógica na organização do trabalho pedagógico e no trato com o conhecimento sobre “Cultura Corporal e Meio Ambiente” na perspectiva do enfrentamento dos mecanismos ideológicos e de alienação presentes nos cursos através da auto-organização e

autodeterminação dos envolvidos no processo pedagógico.

A contrastabilidade de tais hipóteses foi possível pela abordagem de fontes secundárias, a bibliografia sobre trabalho pedagógico, cultura corporal e meio ambiente e, fontes primárias, a experiência na ACC “Cultura Corporal e Meio Ambiente”.

O fio condutor de nosso trabalho é que o homem produz as condições de sua existência e criando condições objetivas pode frear ou não tendências à destruição das forças produtivas, sendo que isso passa, necessariamente pelos processos de formação humana e em especial pelos processos educacionais, e conseqüentemente, pela formação dos professores.

3 – Parâmetros teóricos metodológicos



“As leis da dialética são, por conseguintes, extraídas da história da Natureza, assim como da história da sociedade humana. Não são elas outras senão as leis mais gerais de ambas essas fases do desenvolvimento histórico, bem como do pensamento humano.” (Engels, 1979; p.34)

A organização e apropriação do conhecimento contribuem historicamente com a construção coletiva da ciência. Na realidade na qual nos situamos, sociedade dividida em classes opostas e contraditórias, os resultados das pesquisas, organizados e sistematizados em dissertações de mestrado e teses de doutorado, como também livros e outros produtos científicos da academia, têm se convertido em força produtiva, política e ideológica. Produtiva porque interfere no processo de trabalho e na produção de bens, política porque age, quando adotada em políticas públicas, sobre a vida de todos os cidadãos e, ideologicamente porque incide sobre as classes sociais, beneficiando umas em detrimento de outras.

Isto nos indica que o método de investigação é determinante nesta caracterização do conhecimento científico, indicando o caminho, as técnicas, as interpretações e o juízo de valores para construir o conhecimento científico. Não somos neutros no processo de produção do conhecimento científico e sua apropriação social e, muito menos podemos ser ingênuos.

Os métodos de pesquisar são diversos. Basicamente pode-se resumir em três grupos. Os que se aproximarem da realidade pesquisada com o intuito de “testar” e fazer experimentos com grupos para responder a hipóteses previamente articuladas no pensamento dos intelectuais. Outros que partem da realidade pesquisada participando no cotidiano das pessoas com o intuito de descrever os processos da subjetividade das relações inter pessoais. Mas existe o método que além de partir da crítica ao real, de constatar, explicar, levantar hipóteses testá-las o faz buscando a lógica interna dos processos e suas determinações históricas na perspectiva da práxis revolucionária para alterar a situação presente.

Entendemos que constatar, descrever, sistematizar e organizar são procedimentos imprescindíveis para a construção do conhecimento, o que exige instrumentos de pensamento como análise, síntese, generalizações, avaliações. Por isso a aproximação do objeto pesquisado utilizou algumas dessas técnicas, entendendo que o a produção do conhecimento e o próprio conhecimento em si não é neutro. Por isto estamos nos situando a partir de interesses de classe, a classe que vende sua força de trabalho, é explorada e subsumida pelos interesses do capital. Em assim sendo, colocamos a presente produção científica a serviço do bem social comum na perspectiva das transformações sociais, para além das relações sociais capitalista.

Nesta pesquisa, a opção por um método que parte da realidade concreta, ou seja, da base material, que permite a análise das partes e do todo e que entende esses elementos construídos historicamente é uma questão de princípio. Entendemos que a ciência não existe para atender os anseios ideais de um grupo de intelectuais e pesquisadores, mas sim para contribuir com elaborações e propostas transformadoras atendendo às problemáticas significativas, necessárias e vitais da nossa vida em sociedade.

O aprofundamento sobre os estudos na área de Meio Ambiente, Cultura Corporal e Formação de Professores da UFBA, mas especificamente dos professores de Educação Física se construiu junto à comunidade pesquisada, em uma perspectiva inovadora de ação pedagógica. Esta inovação pode ser localizada na pretensão da pesquisa em ser uma ação pedagógica transformadora da realidade. Buscamos na base teórica do Materialismo Histórico Dialético e na proposta pedagógica de Pistrak (2000), não somente o método de análise para

compreender a essência dos *fenômenos sociais* em suas relações recíprocas, mas também o método de ação eficaz para transformar a ordem existente, no sentido determinado pela análise.

O fenômeno segundo Kosik (2002) é aquilo que se manifesta imediatamente, primeiro e com maior freqüência. Mas “a coisa em si”, a estrutura da coisa não se manifesta imediata e diretamente. É necessário um percurso para compreendê-la, pois ela foge a percepção imediata, mas não está completamente oculta, se considerarmos que ao iniciarmos qualquer investigação, devemos necessariamente possuir uma segura consciência do fato de que existe algo susceptível de ser definido como estrutura da coisa, essência da coisa, “coisa em si”, e de que existe uma oculta verdade da coisa, distinta dos fenômenos que se manifestam imediatamente.

A partir da compreensão de que a essência se manifesta no fenômeno, e que por isso a existência da “coisa em si”, que não se manifesta imediatamente, é considerada ao iniciar qualquer investigação, é que se assegura a razão de existir da ciência e da filosofia, pois “se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis”. (*Ibidem* pág. 13)

O diálogo com Goldman permitiu explicitar a importância de construir uma pesquisa científica através do materialismo histórico e dialético.

Ele identifica a inovação científica de integrar:

“ O pensamento dos indivíduos ao conjunto da vida social e notadamente pela análise da função histórica das classes sociais – o fundamento positivo e científico do conceito de visão de

mundo, retirando dele qualquer caráter arbitrário, especulativo e metafísico. O método dialético analisa os indivíduos e a relação desses indivíduos com a realidade e com a totalidade”.

(GOLDMANN, 1979 p. 23).

O materialismo acrescenta Goldman, se constitui uma filosofia inovadora e aqui, nossa opção por tal base filosófica, pois:

1 - Há na base de uma filosofia materialista e dialética, afirmações de fato e, sobretudo julgamentos de valor que pretendem ser universal. Em suma, há julgamentos ontológicos referentes à natureza do cosmos e da realidade humana. Tomamos aqui posições frente a possibilidades explicativas;

2 – Enquanto pensamento filosófico, o humanismo materialista e dialético exprime no plano conceitual uma concepção específica do mundo e não pode ser reduzido a um dos múltiplos sistemas filosóficos antes dele;

3 - O humanismo materialista dialético constitui um conjunto coerente de resposta à maioria dos problemas epistemológicos, práticos e estéticos apresentados pelas relações entre os seres humanos e suas ações sobre a natureza.

A caracterização da teoria materialista histórica dialética define e estabelecem conceituações que se diferenciam das outras vertentes filosóficas. É exatamente esse ponto que faz dela a teoria capaz de fornecer nexos entre o nosso processo de pesquisa, ou seja, nexos entre a teoria e a prática entre as partes e o todo.

Quanto à relação das partes e do todo Kosik (2000) nos explica que considerar o total não é a acumulação de fatos. Os fatos são conhecimentos da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético, eles são a parte estrutural do todo. A realidade é, portanto a totalidade concreta que se transforme em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos, não é pretensão dialética conhecer todos os aspectos da realidade. A relação recíproca entre as partes e o todo significa dizer que os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquire *verdade* e concreticidade. Do mesmo modo, o todo de que não foram diferenciados e determinados os momentos é um todo vazio.

A verdade, segundo a metodologia do materialismo histórico dialético não é nem inatingível, nem alcançável de uma vez para sempre, mas que ela se faz, logo se desenvolve, se realiza e se efetua a partir:

- 1) da crítica revolucionária da *práxis* da humanidade;
- 2) do pensamento dialético, que dissolve o mundo feitichizado da aparência para atingir a realidade e a “coisa em si”;
- 3) das realizações da verdade e criação da realidade humana em um processo ontogenético, visto que para cada indivíduo humano o mundo da verdade é, ao mesmo tempo, uma criação própria e espiritual, como indivíduo social e histórico.

Analisar a verdade significa entender a lógica da *práxis* humana nos seus processos sociais e históricos. O humanismo materialista e dialético afirma como um valor supremo à realização histórica de uma comunidade autêntica que passa a existir entre seres humanos inteiramente livres, comunidade que

pressupõe a supressão de todos os entraves sociais, jurídicos e econômicos à liberdade individual, a supressão das classes sociais e da exploração.

O conceito de ser humano presente nesta pesquisa é também um conceito historicamente definido pelo materialismo dialético. Parte da análise do ser social, cuja “natureza”, é agir em colaboração com outros homens para transformar, por sua ação, o universo e a sociedade no sentido de uma crescente relação de equilíbrio dos seres humanos sobre o mundo físico, de uma comunidade cada vez mais ampla e de uma liberdade cada vez maior na vida social.

“É a união desses quatro elementos – ação comum para realizar uma dominação crescente sobre a natureza, uma comunidade autêntica e uma liberdade integral – que encontramos em todos os grandes escritos que explicam a idéia socialista do homem”. (GOLDMANN, 1979 p.34).

O imprescindível é entender que sempre haverá relações humanas, pelo menos enquanto houver vida, e por isso relações históricas e que elas se farão sempre entre antagonismos e transformações bruscas, essas contradições estarão sempre em conjunção íntima com o meio social, físico e cósmico.

Os seres humanos vivem em sociedade. No capitalismo a grande maioria, na base, pertence à classe do proletariado, classe esta que aspira, cada vez mais, a uma melhoria da qualidade de vida. Não suportam mais as relações de exploração e dominação. As relações sociais, por serem construções humanas, podem passar de capitalistas para socialistas. É preciso construir possibilidades

de transformações sociais por via da ciência, e mais especificamente da educação e da formação de professores.

Esta é a luta da presente pesquisa, construir ao longo desses cinco semestres, através da prática pedagógica, discutindo a formação de professores, possibilidade de essência para alterar a lógica no trabalho pedagógico que vem negando, ocultando, silenciando, invertendo, agindo ideologicamente e contribuindo para a alienação humana, contraditoriamente em um processo educacional que deveria contribuir para a emancipação. Este é segundo Freitas e contradição principal do presente momento histórico.

Partindo de uma base teórica marxista os fins e os meios constituem a totalidade estruturada e dialética, da qual ele deve renovar cada vez a análise concreta, evitando os dois obstáculos opostos: o maquiavelismo⁷ expresso no ditado os fins justificam os meios; e/ ou o moralismo⁸ abstrato que se manifestaria como uma questão de princípio e de modo absoluto para certos valores ou instituições a liberdade, a justiça, independente de sua função no conjunto.

Mas a “ação” não é solta no ar, não representa apenas um ativismo. Em Marx, o pensamento claro e verdadeiro é um valor, pois, através dele podem-se estabelecer as condições de uma ação eficaz para transformar a sociedade e o mundo.

Sem reduzir a vida psíquica ao pensamento teórico, e ainda menos o homem a razão, a filosofia da ação e da comunidade é a filosofia de uma classe que quer transformar o mundo e que, visando suprimir toda exploração, não tem

⁷ Terminologia utilizada por Lucien Goldmann página 33 da Publicação Dialética e Cultura, 1979.

⁸ Ibidem.

mais na sucessão dos fatos, nenhum interesse em impedir uma tomada da consciência qualquer da realidade social ou um progresso qualquer das ciências da natureza, mas sim aqueles que contribuam para alterar a realidade.

O materialismo dialético é uma atitude prática diante da vida. É a ideologia de uma classe que quer transformar o mundo para realizar esse máximo de comunidade de liberdade humana que será quem sabe, um dia, a *sociedade socialista*.

O método dialético nos aproxima verdadeiramente dos meios e dos fins propostos por nossa pesquisa, pois, este estudo trata de problemáticas significativas e vitais identificadas e sistematizadas pelo coletivo: a comunidade, os professores, os alunos da graduação e da pós-graduação, no projeto piloto interdisciplinar e intercursos ACC 465 “Cultura Corporal e Meio Ambiente”, que tem como objetivo pedagógico concretizar vivências, experiências e atividades em comunidade tratando do conhecimento específico a cerca das manifestações da cultura corporal e suas relações com o meio ambiente. Elementos que foram tratados dentro do processo de Formação dos Professores de Educação Física da UFBA.

A pesquisa-ação foi o método de pesquisa que possibilitou a ação propositiva, comunicativa, dialógica, de ação concreta na realidade e contribuiu teoricamente para a construção do saber cientificamente elaborado que passamos a expor.

Os motivos que nos mobilizaram trabalhar na formação de professores através do projeto piloto ACC EDC 465 Cultura Corporal e Meio Ambiente em

comunidade, especificamente na comunidade de Matarandiba⁹, está relacionado com a necessidade de trabalhar este conhecimento historicamente negado nos curso de formação de professores em geral assim como a formação de professores de educação física dentro de uma lógica que permitisse superar a visão baseada em pseudoconceitos e no senso comum.

Os professores que são responsáveis pelas formações inicial, básica e continuada dos seres humanos representam uma categoria estratégica para a disseminação do conhecimento a camadas da população que precisam vender sua força de trabalho para viver, ou seja, a primeira classe na história, que pode chegar a uma consciência verdadeiramente autêntica, sair da alienação e conquistar a transformação e a classe que por força de seu trabalho gera riquezas e agrega valor em tudo o que produz. Por estar ela na base do processo produtivo e da pirâmide social é a única que tem a possibilidade de lutar pela transformação e não pela conservação da sociedade estratificada em classes sociais. Portanto, a ação da classe é tão importante quanto o plano teórico-ideológico na construção do conhecimento científico, considerando a sobrevivência coletiva no meio ambiente. Indivíduos que cooperam para a realização de um mesmo objetivo necessitam da comunicação para organizar a divisão social do trabalho e necessitam de instrumentos de pensamento para superar a pseudo concreticidade¹⁰ e as visões do senso comum sobre os fenômenos sociais e naturais.

⁹ Comunidade localizada na contra-costa da Ilha de Itaparica, escolhida pelo coletivo do primeiro semestre da disciplina ACC EDC 465 Cultura Corporal em Meio Ambiente.

¹⁰ Terminologia utilizada por Karel Kosik em sua obra *Dialética do Concreto*, publicado em sua sétima edição 2002 pela Paz e Terra.

Uma pesquisa em que o elemento chave para investigação seja justamente o componente cultural, ou seja, a relação homem, trabalho e natureza, presente no cotidiano dos sujeitos pesquisados não pode, segundo Abib (1997), abrir mão da interação e de uma participação mais efetiva por parte dos pesquisadores em relação ao contexto onde estes estão inseridos.

Essa interação implica em um contato mais direto do pesquisador e também nas ações que aproximam a graduação com a comunidade, na perspectiva de procurar interpretar de forma ampla a dinâmica, as relações que constituem seu dia-a-dia, apresentando as forças que impulsionam ou que a retém, identificando as estruturas de poder e os modos de organização de trabalho, buscando compreender o papel e a atuação de cada sujeito nesse complexo interacional, onde ações, relações e conteúdos são construídos, negados, reconstruídos ou modificados.

A escola, espaço de investigação é segundo André (1995), um espaço social onde se criam e recriam conhecimentos, valores e significados, é um terreno cultural de múltiplas relações. Este espaço, que sua lógica interna para organizar o trabalho e tratar do conhecimento, segundo Freitas (1995), está determinado pelo que está além da escola.

Para compreendermos esta lógica e suas determinações através do trabalho científico, necessitamos de procedimentos técnicos, teóricos, metodológicos, que procuramos clarificar de início.

As análises de dados em fontes primárias e secundárias, as observações participantes, as entrevista intensiva, a construção coletiva de

soluções de problemas identificados no processo de pesquisa, a participação em encontros científicos foram procedimentos que garantiram uma atuação dinâmica e precisa no decorrer da pesquisa.

As leituras sobre o Trabalho em geral, trabalho pedagógico e trato com o conhecimento, cultura corporal e meio ambiente, nos levam a entender as relações na sociedade capitalista construída de forma que assumem o trabalho e a propriedade. Da propriedade, tribal, comunal, feudal a propriedade privada dos meios de produção – a terra, os instrumentos e a força de trabalho.

Estas relações com base no princípio político da propriedade privada que não permitem a valorização do ser humano e do seu trabalho livre assim como não respeita o equilíbrio natural das espécies no planeta.

O motivo primordial de adotarmos esta base teórica, e somente esta, é porque a mesma responde e ajuda, a construir e analisar exatamente o que nós identificamos ao longo desse processo como sendo as problemáticas significativas vitais na área da cultura corporal e do meio ambiente para a formação de professores, apontando possibilidades de organização do trabalho pedagógico na perspectiva da integração entre ensino pesquisa e extensão.

A concreticidade, segundo Kosik (2002) está no mundo real que é o mundo da práxis humana, da realidade humano-social que se apresenta como unidade de produção e produto, de sujeito e objeto, de gênese e estrutura. Mundo real em que as coisas, as relações e os significados são considerados como produtos do ser humano social, e o próprio ser humano, se revela como sujeito real do mundo social.

O coletivo de pesquisadores e a comunidade participante da investigação e da construção da prática pedagógica na disciplina ACC EDC 465 – Cultura Corporal e Meio Ambiente reconheceu-se, portanto, como sujeitos e o aprofundamento teórico no projeto ACC EDC 465 - Cultura Corporal e Meio Ambiente permitiu uma ação concreta na comunidade de Matarandiba.

Deste trabalho pedagógico de caráter científico delimitamos e organizamos um conteúdo específico da área abordada e indicamos o eixo teórico e norteador de investigações no campo da “Cultura Corporal e Meio Ambiente”.

O estudo nos permitiu reconhecer que a abordagem a partir das relações e contradições entre Trabalho, Meio Ambiente e Cultura Corporal se mostra capaz de responder e explicar as necessidades e as representações sociais da comunidade pesquisada. Entendendo e identificando as leis gerais que regem o trabalho no modo de produção capitalista e suas relações com o meio ambiente e compreendendo a lógica interna das partes constituintes deste todo, as micro-relações, como são o trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento, poderemos estabelecer os nexos e determinações dos fatos e acontecimentos.

A este respeito, nos explica Goldmann, que existe a permanente oscilação entre as visões de conjunto e as análises de detalhes, o que caracteriza metodologicamente a presente pesquisa. Negamos o método cartesiano racional com sua ordem para explicar com racionalidade o objeto. Partimos da totalidade e entendemos que as partes não podem ser compreendidas nelas próprias, fora de sua relação com o todo, assim como o todo não pode ser compreendido sem as suas partes. Por isso, nos propomos a entender as relações e o movimento mais geral do capital para compreender a relação do homem com o meio ambiente.

A preocupação está em descrever a realidade e analisar teóricos que trazem a discussão mais aprofundada de cada um desses conceitos, para a compreensão de como o ser humano, e por tanto indivíduo, que possui consciência individual constitui a consciência coletiva e se relaciona com a natureza na dinâmica dessa sociedade capitalista.

O aprofundamento de cada um desses termos se faz urgente e necessário para uma elaboração qualitativa de reestruturação curricular do processo de formação de professores concretizada a partir desta pesquisa e na construção da prática pedagógica na ACC.

Para sistematizar os dados levantados em fontes secundárias, livros, dissertações e teses, e em fontes primárias, a experiência pedagógica, foram necessários procedimentos investigativos entre os quais destacamos:

- Levantamento, análise e sistematização do conhecimento acerca das relações trabalho & educação, funções, objetivos, concernentes à socialização para o trabalho e suas relações com meio ambiente.
- Levantamento e análise das práticas pedagógicas nos cursos de formação de professores da FAGED/ UFBA, no concernente ao trato com o conhecimento sobre cultura corporal e meio ambiente, a partir de professores, alunos e administradores dos cursos.
- Planejamento, implementação e avaliação do estudo piloto para analisar as possibilidades de essência de transformação na organização do trabalho pedagógico e no trato com o conhecimento a partir da problemática cultura corporal e meio ambiente. Portanto, analisamos criticamente a proposição

do projeto piloto – Atividade Curricular em Comunidade - ACC 465 – “*Cultura Corporal e Meio Ambiente*” para a formação de professores da UFBA.

- Como atividades para subsidiar os estudos levantamos e analisamos, também, os documentos, oficialmente registrados e publicados em Encontros e Fóruns Regionais e Mundiais, bem como as medidas governamentais e não-governamentais (ONG`s) na área de Meio Ambiente e Educação Física.

Os procedimentos metodológicos para o ensino foram construídos no coletivo da disciplina ACC EDC 465 “*Cultura Corporal e Meio Ambiente*” e constaram de atividades para elaboração de instrumentos científicos para entrevistas, reuniões preparatórias, seminários interativos, festivais e assembléia na comunidade e demais vivências que se constituem em fonte de dados primários.

Para a realização das observações utilizamos instrumentos como: relatório denso e descritivo dos encontros, aulas, reuniões e visitas científicas em comunidade. Sistematizamos os relatórios parciais semestrais, dos quais, intensionadamente, selecionamos o mais denso para analisar seus dados. As técnicas de elaboração de relatórios seguiram as normas próprias da elaboração de relatórios técnicos científicos.

A produção do conhecimento exposto na presente dissertação decorreu de três dimensões do trabalho investigativo:

1. Uma mais interna, relacionada com as atividades de ensino e dizem respeito à delimitação do “estado da arte”, Foi realizada com professores e alunos a partir da seguinte pergunta científica: O que existe hoje acerca do tema, acumulado em estudos de dissertações, teses, periódicos, eventos? Como o tema

se apresenta na legislação vigente? Como está o debate sobre o tema e as discussões em fóruns locais, estaduais, regionais, nacionais e internacionais?

2. Outra referente às atividades de pesquisa desenvolvidas com os alunos junto à comunidade. Coletamos os dados para esta pesquisa a partir da vivência e experiência na comunidade, levantando documentos, registros não publicados, periódicos, como também materiais construídos pelo coletivo da disciplina: relatórios, vídeos e avaliações. Isto implicou em utilizarmos técnicas de pesquisa, principalmente da pesquisa-ação.

3. Uma terceira dimensão da investigação diz respeito à elaboração de uma dissertação de mestrado, onde, com a colaboração dos estudantes e demais pesquisadores do Grupo LEPEL/ FACED/ UFBA e de pesquisadores externos, formularam-se proposições teóricas e ocorreram os debates científicos. Um momento formal relevante foi à qualificação da dissertação, da qual participou a pesquisadora da UNICAMP, Helena Freitas, o professor Felipe Serpa¹¹ da UFBA além da orientadora do trabalho. O diálogo científico caracterizado como um colóquio de pesquisadores¹² contribuiu para a delimitação do estudo e definição de seus procedimentos. Outros momentos não formais foram às exposições e explicações que eram dadas ao Grupo LEPEL toda a vez que ocorriam as avaliações internas dos trabalhos em desenvolvimento pelo Grupo.

¹¹ Esta foi a última participação de Felipe Serpa em banca de qualificação de mestrado, pois o mesmo veio a falecer em 18 de outubro de 2004, antes da defesa da dissertação.

¹² Colóquio de Pesquisadores para a qualificação de projetos de mestrado, realizado na FACED/ UFBA no dia 18 de outubro de 2004 com contribuições dos Professores Felipe Serpa da UFBA e Helenma de Freitas da UNICAMP, não se apresenta como exigência do programa de pós-graduação em educação sendo esta iniciativa apenas da Linha de Estudos e Pesquisa em Educação Física Esportes e Lazer, sob a coordenação da professora Celi Nelza Zulke Taffarel. Realizado na FACED/ UFBA no dia 18 de outubro de 2004 com contribuições dos Professores Felipe Serpa da UFBA e Helenma de Freitas da UNICAMP.

Na seqüência exporemos o arcabouço teórico decorrente destas dimensões da investigação científica.

II - DESENVOLVIMENTO



“Vivemos numa época de crise histórica sem precedentes que afeta todas as formas do sistema do capital, e não apenas o capitalismo. (...) Apesar de termos de estar alertas para os imensos perigos que surgem no horizonte, não basta negá-los para enfrentá-los com todos os meios ao nosso alcance. É também necessário definir uma alternativa...” (MÉSZÁROS, 2002; p.21)

No desenvolvimento do trabalho continuamos a problematizar o tema agora delimitado as categorias analíticas e empíricas que nos permitem confrontar as hipóteses do trabalho e apresentar alternativas.

4 - O desafio na formação de professores na UFBA



“Exatamente por estarmos em um momento histórico em que o ser humano aparece em perigo; então estamos sendo convocados a fazer algumas escolhas decisivas sobre como será o futuro da humanidade, de todos nós.” (CALDART, 2004; p. 17).

A elaboração da presente investigação exigiu a organização de informações sobre a formação de professores e propostas para reestruturação curricular na graduação. Trata-se aqui de reconhecer a necessidade de alteração da lógica na organização do trabalho pedagógico e no trato com o conhecimento.

Para exemplificar isto mencionamos a área de estudos que relaciona educação e meio ambiente, denominada de educação ambiental (EA). Ela propõe uma racionalidade baseada na complexidade e pode, como afirma Gadotti¹³ (2000), influenciar a formação dos sistemas de ensino, tendo como princípio a descentralização e a gestão democrática, o princípio da autonomia e da participação. Representa um projeto ecologista cuja idéia central é

“... a de que uma modificação no impacto destrutivo da atual sociedade sobre o meio ambiente só poderá ser conseguida, de forma profunda e duradoura, a partir de um amplo processo de descentralização da economia, do poder e do espaço social. Isso porque um dos principais motivos da destruição do atual modelo está no seu gigantismo e na sua tendência centralizadora, que tornam cada vez mais difícil o controle da sociedade sobre o seu funcionamento”. (LAGO e PÁDUA, 1994 apud GADOTTI, 2000, p. 93).

¹³ Professor Titular da Universidade de São Paulo, diretor do Instituto Paulo Freire.

A EA entra nos currículos através da transdisciplinaridade e interdisciplinaridade como afirma o documento base do programa nacional de educação ambiental¹⁴. Oferece, portanto, as possibilidades de construção de um outro currículo, não mais baseado na pedagogia dos conteúdos nascida no Iluminismo. Ela não pode ser tomada somente como conteúdo pedagógico porque faz parte de uma lógica educativa. Ter um pensamento ecológico significa pensar complexidade da vida em equilíbrio no planeta.

Com o objetivo de contribuir com esta discussão sobre outra lógica nas relações entre o homem e a natureza é que planejamos a ACC EDC 465 “Cultura Corporal e Meio Ambiente”. Ela representa uma iniciativa conjunta do Grupo LEPEL/ FACED/ UFBA, sob a coordenação da professora Celi Taffarel, do Colegiado de Educação Física, do Departamento de Educação Física, com a colaboração do professor Ney Santos. Integram-se o projeto piloto das Atividades Curriculares em Comunidade da UFBA criado com o objetivo de construir o conhecimento sob o tripé da integração ensino-pesquisa-extensão, articulando alunos da graduação e da pós-graduação, professores da universidade e da comunidade pesquisada. O Projeto desenvolvido na comunidade de Matarandiba, Município de Vera Cruz, Bahia, foi desenvolvido durante seis semestres letivos: 2002.1, 2002.2, 2003.1, 2003.2, 2004.1.

Neste tópico procuraremos discutir a legalidade e como foi construída historicamente, a legitimidade das ACC´s no cotidiano das relações acadêmicas na UFBA. Reconhecemos esses processos legais e legítimos como fundamentais

¹⁴ Documento disponível no Ministério do Meio Ambiente, diz respeito às diretrizes gerais sobre Educação Ambiental no Brasil.

para a estruturação e concretização da ACC EDC 465 - Cultura Corporal e Meio Ambiente.

Localizamos o processo de construção desta pesquisa dentro das propostas de reformulação curricular estabelecida pelo MEC para todos os cursos de nível superior do país. Nesse aspecto nos deteremos a analisar as proposições de reforma curricular para a formação de professores, por ser o objeto central dessa pesquisa. Para isso tomamos como documento básico à formulação da ANFOPE de 2004, as proposições aprovadas no Fórum das Licenciaturas da UFBA e a Tese de Doutorado da professora Solange Lacks. As informações específicas sobre o projeto piloto da ACC UFBA tiveram como referência a análise do documento da Pró-Reitoria de Extensão que atribui suas condições legais e de funcionamento na graduação.

Segundo Lacks, em 1999 foi elaborado um documento de Política de Reestruturação dos Currículos dos cursos de graduação da UFBA, seguindo as determinações da legislação educacional em especial nº 9394/ 96 do MEC e o edital da SESu, Edital nº 04/ 97, este determina mais especificamente a reestruturação.

Este documento enfatiza quatro princípios básicos que estão de acordo com a legislação nacional: a flexibilidade curricular; a autonomia do sujeito em fase de formação como a condição básica de sua competência; articulação direcionada à superação e dispersão dos conteúdos ministrados em múltiplas disciplinas; e atualização dos conteúdos e meios de ensino.

Lacks (2003) aponta a existência de alguns problemas na graduação identificados pelo Fórum Permanente de Reconstrução Curricular da UFBA como:

muitas disciplinas de fundamentação teórica, poucas disciplinas optativas, pouca flexibilização e atualização dos currículos, desarticulação de conteúdos curriculares, muitos pré-requisitos, problemas com algumas disciplinas lotadas em outros departamentos, desatualização metodológica, inexistência de avaliação sistemática, não exigência de trabalhos de conclusão de cursos, pouco envolvimento de professores nas questões de currículo, dificuldade para elaborar projetos pedagógicos para os cursos, embates quanto à definição do perfil profissional, necessidade de ampliação da pós-graduação, número pequeno de projetos de extensão, falta de estrutura física para os cursos e finalmente a evasão.

A pró-reitoria de graduação da UFBA estabeleceu um plano de trabalho a ser realizado entre 2002 até 2006, onde se encontram as propostas para a reestruturação dos cursos de licenciatura da UFBA. A reestruturação curricular das licenciaturas aponta para a necessidade de construção de um projeto político pedagógico que enfrenta as problemáticas apontadas e apresenta um eixo comum para a reestruturação servindo de base para a elaboração do projeto pedagógico de cada curso. Os aspectos gerais para orientação no processo e reformulação curricular das licenciaturas¹⁵ foram propostos pela pró-reitoria de Graduação e

¹⁵ Os cursos de licenciaturas da Ufba são: ÁREA I (3): Física / Física Noturno, Matemática e Química; ÁREA II (2): Ciências Biológicas e Ciências Naturais; ÁREA III (6): Ciências Sociais, Educação Física, Filosofia, Geografia, História e Psicologia; ÁREA IV (3): L. Vernáculas, L. Vernáculas com Língua Estrangeira e Língua Estrangeira; ÁREA V (4): Dança, Desenho e Plástica, Música e Teatro.

aprovados em reuniões específicas para este fim¹⁶. Este documento especifica as seguintes diretrizes:

- » Os componentes curriculares devem ser definidos pelo Colegiado, de acordo com o projeto pedagógico do curso.
- » Os componentes pedagógicos podem ser ministrados ou não pela Faculdade de Educação, a critério do Colegiado.
- » Os departamentos aprovam a oferta dos componentes curriculares propostos pelos colegiados.
- » O currículo deve estar organizado de modo a possibilitar a oferta dos componentes semestrais em turno único.
- » A duração mínima das licenciaturas deve ser de três anos e a máxima de quatro anos.
- » Os componentes pedagógicos dos currículos das licenciaturas devem ser, tanto quanto possível, unificados.
- » Os colegiados devem concluir as propostas de reformulação curricular até julho, no máximo.
- » Às 400 horas de Prática, previstas na Resolução do CNE 02/02, deverão ser cumpridas ao longo de todo curso e assumirão formas diversas, a critério do Colegiado do Curso. Partes desses componentes deverão compor também o Eixo Pedagógico.
- » Às 200 horas de Atividades Complementares podem ser cumpridas em qualquer instituição, como: cursos livres, participação em atividades de

¹⁶ Atas de reuniões da pró-reitoria de graduação datadas no ano de 2003 nos meses de março no dia 18, abril nos dias 02, 14 e 24, maio no dia 14 e 27, junho no dia 17, julho no dia 30, setembro nos dias 25 e 30 e novembro nos dias 8, 16 e 30.

pesquisa e extensão, bolsas de trabalho, participação em eventos, cursos seqüenciais, monitorias e outras atividades similares. Poderão ser aproveitados também componentes curriculares de graduação que não tenham sido utilizados na integralização do curso.

» Na estruturação do currículo deve ser levada em consideração a: inclusão apenas dos componentes indispensáveis à construção de uma base a partir da qual o egresso continuará seu processo de formação; a não fragmentação e a superposição de conteúdos; a organização de estrutura curricular flexível, referente principalmente aos pré-requisitos: promover a interdisciplinaridade; orientação do curso para a conquista da autonomia pelos estudantes; e inclusão de componentes voltados para a pesquisa na área específica.

O documento da pró-reitoria de graduação refere-se ao eixo pedagógico e considera as propostas do Departamento de Educação I da Faculdade de Educação/ UFBA. Este documento sobre as licenciaturas da UFBA aprovado na pró-reitoria atende às exigências legais sobre formação de professores. O documento estabelece alguns componentes disciplinares obrigatórios e optativos e dispõe sobre a carga horária da grade curricular entre: conteúdos específicos 1600 horas, prática pedagógica 400 horas, conteúdo pedagógico 204 horas, estágio supervisionado 400 horas e atividades complementares 200 horas dando um total de 2804 horas.

Análise realizada por Lacks (2004) que examinou detalhadamente a proposta de reestruturação curricular das Licenciaturas da UFBA permite constatar que a proposta da UFBA:

“... Coaduna-se, perfeitamente com orientações do ministério da Educação... Perde assim a oportunidade de defender e implementar um projeto à altura de sua verdadeira função social e científica, estendendo-se para além do capital, com base nas demandas e nas reivindicações imediatas, históricas e futuras da sociedade, em particular da classe trabalhadora...”
(LACKS, 2003, p. 165).

As críticas de Lacks estão baseadas na compreensão do que é o projeto de educação neoliberal implementado no Brasil e consideram as reivindicações da Sociedade Brasileira para a formação de educadores, expressas em documentos oriundos de encontros nacionais, por exemplo, o documento final do XII Encontro Nacional da ANFOPE¹⁷ que teve como tema principal Políticas Públicas de Formação dos Profissionais da Educação: Desafios para as Instituições de Ensino Superior¹⁸, e oferece uma posição crítica em relação aos estabelecimentos do governo federal para a formação de professores.

O documento da ANFOPE de 2004, parte da crítica do concreto, ou seja, a proposta legal sobre a reformulação dos currículos de formação de professores, e constrói proposições superadoras. Podemos citar algumas críticas às diretrizes para estruturação dos currículos de formação de professores como: o fosso entre

¹⁷ Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação.

¹⁸ Realizou-se em Brasília/ DF, no período de 11 a 13 de agosto de 2004, com o apoio da Faculdade de Educação da UnB e da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

a formação bacharel e licenciado; o estabelecimento das horas para os novos currículos que permitem ao estudante aproveitar 800 horas como prática comprovada; a possibilidade de realização do curso no mínimo em 3 anos, reduzindo sua carga horária e a fragmentação teoria e prática.

A proposta da base comum nacional que vem sendo construída coletivamente no interior do movimento pela reformulação dos cursos dos profissionais da educação, entendendo-o como instrumento de luta pela igualdade nas condições de formação e resistência contra a degradação da profissão do magistério não é contemplada nas discussões na UFBA.

Outro ponto central na proposta da ANFOPE e a política global de formação do educador o que implica em uma base comum nacional que integre ensino, pesquisa, extensão.

"Haverá uma única base comum nacional para todos os cursos de formação do educador. Esta base comum será aplicada em cada instituição de forma a respeitar as especificidades das várias instâncias formadoras (Escola Normal, Licenciatura em Pedagogia, demais Licenciaturas específicas)". (ANFOPE, 2004 p.13).

Essa proposta busca ser uma superação a proposta oficial que representa uma concepção fragmentada e instrumental de formação, como também, uma concepção individualista na sua essência e imediatista em relação ao mercado de

trabalho. A proposta oficial pode ser caracterizada como uma concepção limitada em relação à perspectiva da formação humana omnilateral que defende uma consistente base teórica onde a se deve:

“Dominar o conhecimento específico de sua área, articulado ao conhecimento pedagógico, em uma perspectiva de totalidade do conhecimento socialmente produzido que lhe permita perceber as relações existentes entre as atividades educacionais e a totalidade das relações sociais, econômicas, políticas e culturais em que o processo educacional ocorre, sendo capaz de atuar como agente de transformação da realidade em que se insere”. (ANFOPE, 2004, p.15).

A docência, entendida como trabalho pedagógico, é a base de identidade de todo trabalhador em educação e requer: a) Sólida formação teórica e interdisciplinar; b) Unidade entre teoria /prática; c) Gestão democrática; d) Compromisso social; e) Trabalho coletivo e interdisciplinar; f) Incorporação da concepção de formação continuada; e g) A avaliação permanente.

O processo de reestruturação curricular das licenciaturas na UFBA parece desconsiderar as proposições político pedagógico da ANFOPE, e consolida, sem questionamentos, diretrizes para os cursos de formação de acordo com as normas estabelecidas pelo governo federal, MEC.

Ao questionar os rumos da reestruturação curricular em curso na UFBA o fazemos para nos situar no embate de projetos entre as propostas da sociedade brasileira e as propostas de governos neoliberais.

Situamo-nos no presente trabalho de investigação, a partir da ACC EDC 465 - Cultura Corporal e Meio Ambiente de acordo com o que vem defendendo a ANFOPE. Neste sentido buscamos articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão e o enfrentamento da reformulação curricular, considerando as possibilidades de flexibilidade curricular, relação teoria/ prática, formação profissional omnilateral, considerando a docência como a base do perfil do educador.



4.1 - A política de reformulação curricular: o princípio da integração ensino pesquisa extensão

A dissociação e fragmentação entre ensino - pesquisa - extensão, perpassam a história da universidade brasileira. As exigências e reivindicações para que o ensino não seja dissociado da pesquisa e estes da extensão conformam pautas tanto de professores quanto de estudantes. É uma exigência também da comunidade que quer uma universidade pautada nas questões e necessidades vitais para a população. Para responder a este desafio da integração ensino, pesquisa e extensão a UFBA vêm desenvolvendo propostas pilotos. Uma delas é a ACC – atividade curricular em comunidade.

O projeto da ACC Atividade Curricular em Comunidade representa um projeto de fôlego da Universidade Federal da Bahia, que teve início nas lutas de diversos segmentos envolvidos no processo de reformulação curricular e reestruturação do currículo de professores. Para analisar a consolidação desse

projeto nos valem dos documentos editados e publicados pela Pró-Reitoria de Extensão/ UFBA sobre as ACC's.

O projeto piloto da ACC foi consolidado na UFBA a partir do semestre de 2001.2. As influências para associar a graduação ao trabalho de campo contam, com iniciativas existem desde a década de 60. A União Nacional dos Estudantes/ UNE, o MEC, o CRUB, entre outros, estiveram envolvidos em ações comunitárias. Em 68 é divulgado pela Lei de Diretrizes e Bases para Educação a (lei nº 5540), a idéia de trabalhar ensino, pesquisa e extensão, apresentam-se ainda segundo o documento sobre a ACC da pró-reitoria de Extensão da UFBA, de forma tecnicista e fragmentária. Ao final da ditadura militar, abrem-se e fortalecem instituições democráticas como ANDES, UNE e FASUBRA além do CRUB e ANDIFES, retornando ao debate sobre Projeto de Universidade e sobre a extensão universitária. O movimento pela extensão toma fôlego e promove em 1987 I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras trazendo a discussão para primeiro plano e garantindo a construção do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras. Inaugura-se, assim, um processo de revisão do conceito da extensão e de construção coletiva de uma política de extensão para as universidades públicas, num nível diferenciado. O Fórum retoma as bases do debate sobre a extensão, recuperando e ressignificando as propostas do movimento estudantil da década de 60 e do Plano de Trabalho de Extensão Universitária de 1975, que defendia a indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão na formação acadêmica, sem fragmentação e sem assumir o valor funcionalista e assistencialista exigida pela política educacional da época.

Na UFBA a concepção de indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão veio sendo debatida e fomentada durante a década de 90, intensificando durante o reitorado do Professor Felipe Serpa, com a implementação do projeto UFBA em Campo através da Pró-Reitoria de Extensão.

Em 1998, o Plano Nacional de Extensão, elaborado no âmbito do Fórum de Pró-Reitores toma sua forma definitiva, é publicado e amplamente divulgado, com o reconhecimento e adesão da Secretaria do Ensino Superior (SESu/ MEC). Seus conceitos e diretrizes básicas ajudam a implementar, nas universidades públicas, experiências inovadoras de extensão, que se assentam na busca da institucionalização e da indissociabilidade, bem como na articulação das funções acadêmicas com a sociedade.

O conceito de extensão universitária, consignado no Plano Nacional de Extensão, que constitui a base sobre a qual se assentam às experiências de extensão empreendidas pela UFBA, particularmente a ACC é:

“A Extensão Universitária é os processos educativos, culturais e científicos, que articulam o Ensino e Pesquisa de formas indissociáveis e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No

retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento”.

“Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/ prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social”. (UFBA, 2003, p. 6)

O Plano Nacional de Extensão enfatizado pelo projeto da UFBA, também estabelece princípios que constituem os balizadores da construção da ACC: a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país; a universidade deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, ou através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão; a universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil; deve entender a população como objeto e sujeito de suas pesquisas, tendo

ela, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas; a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, devendo ser encarada como um trabalho social, que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visa à transformação social; a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da Educação Básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

Por sua vez, o Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (FORGRAD) também gerou o seu Plano Nacional de Graduação. Nesse Fórum, a atenção voltou-se para a definição de novas perspectivas para as universidades e para os seus cursos de graduação. Um de seus textos propõe que o projeto pedagógico deve garantir uma formação global e crítica capacitando os profissionais para a cidadania, capazes de transformar a realidade com formulações de respostas para os grandes problemas da contemporaneidade.

Neste sentido, no diagnóstico sobre o ensino superior no Brasil, apresentado no Plano Nacional de Educação destaca-se que a universidade brasileira:

“... Começa a perceber que, no que concerne à graduação, a liberdade acadêmica e a autonomia se traduzem concretamente na possibilidade de apresentar soluções próprias

para os problemas da educação superior e não reproduzir fórmulas pré-determinadas. Essas soluções passam, necessariamente, por experimentar novas opções de cursos e currículos, ao mesmo tempo em que alternativas didáticas e pedagógicas são implementadas”.

(Ibidem, p. 7)

No entanto, em 1996, quando das formulações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (artigo 43 *Lei 9394/ 96*) não são aproveitadas devidamente as contribuições contidas nos documentos gerados nos movimentos sociais organizados como, por exemplo, os documentos resultantes dos Fóruns de Pró-Reitorias sobre o ensino, pesquisa e extensão. Mesmo assim, o PNE concretiza em seu documento algumas proposições que se volta para a extensão, o ensino e a pesquisa como estratégias de formação, que exigem reflexão e ação das IES quanto à avaliação, currículos, temáticas curriculares e planejamento institucional da extensão.

No caso específico da UFBA, isto significou a criação de espaços para atividades curriculares para além da grade curricular. Significou o espaço de criação de ACC e de outras atividades de extensão nos projetos pedagógicos de seus cursos.

O Conselho Nacional de Educação (criado pela lei 9131 em seu Parecer 776/CES de 13.12.97), também estabelece orientações para a formulação de diretrizes curriculares, nas quais podem ser verificados traços que constituem o

pensamento atual sobre a configuração dos cursos de graduação, como assegurar maior flexibilidade na organização de cursos e carreiras, atendendo à crescente heterogeneidade tanto da formação prévia como das expectativas e dos interesses dos estudantes, intensificando-se e aprofundando-se a revisão de toda a tradição que burocratiza os cursos e se revela contraditório com as tendências contemporâneas de considerar a boa formação no nível de graduação como uma etapa inicial da formação continuada.

Os currículos universitários devem desenvolver no estudante capacidade intelectual e profissional autônomo e permanente.

“Devem induzir a implementação de programas de iniciação científica nos qual o aluno desenvolva sua criatividade e análise crítica. Finalmente, devem incluir dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania... Abandonar as características de que muitas vezes se revestem, quais sejam as de atuarem como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informações,... Preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional”. (ibidem, p. 10).

A conjuntura favorece a oficialização e as condições objetivas para a organização da extensão universitária. Em termos de normatização encontramos:

- *A Resolução 02/96 da Câmara de Extensão do Conselho de Coordenação da UFBA, Art. 1º. Sobre a extensão universitária.*
- *A política de reestruturação dos Currículos dos Cursos de Graduação da UFBA, proposta pela Pró-Reitoria de Graduação e aprovada pela Câmara de Graduação em 7/10/99¹⁹;*
- *A Resolução n.º 02/00 do Conselho de Coordenação da UFBA, no § 7º do Art. 8º. Estabelece a obrigatoriedade de extensão em todos os currículos da UFBA. (Idem p. 10)*

Temos, portanto, elementos suficientes para legitimar a necessidade de avaliação e de reestruturação dos currículos da UFBA. No entanto, a experiência de implementação das ACC, conforme expresso em Documento da Pró-Reitoria de Extensão está sendo um processo lento de reconhecimento oficial. Admite o documento, que existem diversos tipos de resistências às transformações necessárias para a estruturação de uma nova “ordem”. O maior entrave é reconhecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio educativo. Embora, a ACC seja aproveitada em créditos para o histórico

¹⁹ Fator determinante legalmente para o favorecimento da proposta ACC EDC Cultura Corporal e Meio Ambiente como permanente nos currículos de formação de professores da UFBA. Documento em anexo.

acadêmico ainda existem resistências. No entanto, conforme ressalta o documento da Pró-Reitoria de Extensão:

“É necessário experimentar desenhos curriculares em que a extensão e a pesquisa estejam inseridas não como apêndices curriculares opcionais, mas como práticas essencialmente pedagógicas, vinculadas visceralmente ao processo de formação”. (Ibidem, p. 11).

Oficialmente, a ACC integra, a partir de 2001.1²⁰, os currículos de formação profissional como disciplinas de projetos de extensão universitária reconhecida, registrada e comprovada nos históricos acadêmicos, com carga horária de 60 horas e 4 créditos.

Anterior a ACC desenvolvia-se o projeto denominado, UFBA em Campo. Com a nova formatação das atividades estas passaram a não ser mais chamada de UFBA em CAMPO, mas ACC - Atividade Curricular em Comunidade cuja mudança apresentou algumas diferenciações e reafirmações.

Reafirmam-se, na ACC, as seguintes características do “UFBA EM CAMPO”:

“Compromisso de colocar o conhecimento a serviço das parcelas da população que dele são privadas; experiência de

²⁰ A aprovação do projeto piloto das ACC's na Câmara de Ensino de Graduação se deu em 19.11.2000.

produção compartilhada de conhecimento; compreensão do conhecimento como ferramenta de transformação; compreensão da necessidade de um enfoque multidisciplinar dos problemas da realidade (superando-se a visão fragmentada e fragmentária das disciplinas fechadas nos currículos); reflexão sobre temas desafiadores tais como: conhecimento e poder, conhecimento cidadania, conhecimento e transformação da realidade e outros”. (Idem, p. 16).

A ACC propõe a realização de diferentes atividades que podemos destacar aqui: o desenvolvimento de atividades pedagógicas de intercâmbio de conhecimentos entre a universidade e a população; a promoção dos meios de conhecimento de realidades específicas, elaborando, coletivamente pesquisas de campo buscando soluções de problemas da realidade; vivência práticas profissionais de forma cooperativa e multidisciplinar em situações concretas de demandas da população; acompanhamento, apoio e assessoramento de projetos comunitários em desenvolvimento; desenvolvimento de atividades artísticas ou de resgate da memória cultural em comunidades; agregação de aspectos qualitativos de interesse ou de necessidade da população nas ações promovidas pelo poder público ou por organizações da sociedade civil.

As ACC's integram atividades de extensão e contam com um coletivo de pesquisadores entre estudantes da graduação e da pós-graduação, monitores (as), coordenadores e agregados.

Foi determinado também que os procedimentos de avaliação das atividades desenvolvidas pelo coletivo devem se dá ao longo de todo o semestre letivo através de reuniões, encontros e seminários. É exigido o relato das atividades mensais dos monitores de cada ACC e também o relato minucioso por cada ACC. Estes documentos são entregues a Pró-Reitoria de Extensão ao final do semestre.

Os resultados e os produtos apresentados são os relatórios, as monografias, vídeos, materiais imagéticos em geral e a produção de teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado como a nossa, que vêm consolidar o trabalho da ACC "Cultura Corporal e Meio". Hoje, a ACC/ UFBA está em fase de reformulação, pois apresenta alguns entraves no dia-a-dia acadêmico que precisam ser superados pela comunidade científica envolvida no processo.

A reestruturação dos currículos de Formação dos Professores em curso na UFBA permite a implementação de nossa proposta que trata a temática específica "Cultura Corporal e Meio Ambiente" como um dos conhecimentos exigidos para a formação dos professores/ UFBA. Em documento elaborado pelo Grupo LEPEL/ FACED/ UFBA²¹ são apresentados aos cursos de Licenciatura da UFBA os argumentos que justificam porque tal conteúdo deve compor o currículo dos cursos de graduação de professores. O Grupo LEPEL, após vários semestres

²¹ O conteúdo deste documento pode ser verificado em anexo A.

de experiências com as ACC`s defende também que o curso de licenciatura ampliada seja constituído por conhecimentos identificadores da área, conhecimentos de formação ampliada e conhecimentos identificadores de aprofundamento de estudos, sendo 50% destes organizados em disciplinas e atividades de carácter obrigatório e 50% de carácter opcional.

O conhecimento da cultura corporal e do meio ambiente está proposta como um dos pontos para a formação ampliada nos seguintes termos. No parágrafo primeiro sobre os conhecimentos de formação ampliada abrange entre outras as seguintes dimensões: relação ser humano e natureza e no parágrafo segundo sobre os conhecimentos identificadores da educação física abrange a dimensão da Cultura Corporal Natureza Humana²².

A proposta de incluir o conhecimento sobre a Cultura Corporal e Meio Ambiente, tanto no curso de Educação Física, quanto nas demais licenciaturas esta em discussão na FACED/ UFBA, na congregação da Faculdade de Educação e no Fórum de reestruturação curricular da UFBA, tanto para o curso de licenciatura em Educação Física, quanto para os demais cursos que foram professores na UFBA.

Portanto, foi a partir da crítica às realidades atuais, no que diz respeito, ao currículo de graduação especificamente na organização do trabalho pedagógico e no trato com o conhecimento, que vai se consolidar a proposta de integração entre ensino, pesquisa e extensão.

²² O documento referido está em anexo.

Portanto, concomitante com as propostas dos Fóruns de Graduação e Extensão são iniciadas experiências curriculares, entre as quais o projeto UFBA em CAMPO e posteriormente as Atividades Curriculares em Comunidade que apontam para a reestruturação dos currículos de formação de professores da UFBA.



4.2 - O currículo e a organização do trabalho pedagógico

O desenvolvimento desta pesquisa requer também uma compreensão geral sobre Formação de Professores, Meio Ambiente e Cultura Corporal e específica sobre organização do trabalho pedagógico e trato com o conhecimento.

O currículo deve representar um espaço de construção coletiva do saber. Um espaço de relações de poder, de conflitos e de resistência, onde professor e estudante tratam do conhecimento para a construção e transformação deste currículo e da sociedade, através do trabalho pedagógico.

A compreensão sobre a importância do trabalho pedagógico para a reformulação curricular é bem sistematizada por Taffarel (1993), e concordamos quando ela afirma que o processo de trabalho é reproduzido e reafirmado para formar novo e futuro trabalhador.

A crítica elaborada nos estudos de Taffarel, (1993) aponta para a permanência de currículos fragmentados em grades de disciplinas fechadas e pré-determinadas na formação de professores de educação física. A organização, no processo de construção do conhecimento, é fragmentada, correspondendo ao modelo de fabricação de mercadorias, onde encontramos os que projetam e os que fazem, ou seja, o trabalho intelectual e braçal. O trabalho em geral determina as relações também na gestão pedagógica, passando a gestão a ser um dos pontos cruciais para modificar a organização do processo pedagógico.

A este respeito nos diz Freitas que:

“A organização do processo de trabalho pedagógico da escola como um todo, constitui-se hoje, em uma grande trava para as mudanças de conteúdo, métodos e objetivos da escola, porque ela encarna as necessidades da organização capitalista que atribui à escola uma função social seletiva e preparatória para as relações sociais de produção capitalista. Esta organização do trabalho pedagógico da escola como um todo, é apoiada (e ao mesmo tempo apóia) pela organização do trabalho em sala de aula (...) onde os objetivos, métodos e conteúdos são categorias que organizam a sala de aula e estão perpassados por relações de poder que se sustentam a partir das

práticas de avaliação do professores (...) relações que são uma antecipação na escola, das relações de poder no interior da fábrica”. (FREITAS 1991, p. 121).

A busca por novas organizações do trabalho pedagógico, na escola, com a finalidade de formar um novo homem, engloba um conjunto de novos enunciados, com o objetivo de alterar o ensino tradicional proposto pela escola capitalista.

Um destes enunciados fundamentais é o do trabalho como princípio educativo. Pistrak (2000) na pedagogia socialista traz a aplicação do “princípio da pesquisa” a partir do próprio trabalho produtivo para a organização do trabalho pedagógico, significando isto, segundo Taffarel,

... “O conteúdo do ensino consiste em armar o educando para a luta e a criação de uma nova sociedade, compreendendo-se o que é preciso construir, e de que maneira é necessário fazê-lo, valorizando-se o trabalho coletivo e formas organizacionais eficazes, sendo o conhecimento do real e a auto-organização do coletivo escolar os elementos fundamentais de uma escola inserida na luta pela criação de novas relações sociais. Isto implica que a ciência deve ser ensinada como um meio para conhecer e

transformar a realidade, permitindo que os alunos se apropriem solidamente dos métodos científicos fundamentais para analisar as manifestações da vida". (TAFFAREL, 1993 p 102).

Criticamos a educação que intencionalmente, ou não, reproduz e ratifica as relações sociais da indústria e da produção capitalista e acreditamos que a teoria pedagógica pode e deve ser revolucionária, mas para isso é necessária uma teoria revolucionária que guie a prática pedagógica para outra orientação, uma outra lógica no trato com o conhecimento, ou seja, uma outra teoria do conhecimento.

Esses indicadores advêm de experiências históricas da classe trabalhadora como foram as experiências para implementar a escola socialista, no início do século XX. Eles podem ser considerados válidos para a escola capitalista, partindo do pressuposto dialético que o novo nasce das contradições internas do antigo e o modo de produção capitalista ainda não foi superado.

Pistrak (2000) leva em consideração elementos essenciais para a concretização da escola do trabalho: auto-organização dos alunos e a relação dos processos pedagógicos com a realidade atual. O primeiro, permitindo que o aluno tenha um conhecimento e desenvolvimento mais amplo e participativo em todos os níveis de relações na sociedade, na gestão pedagógica, na participação política, no processo de ensino e fora dele. O segundo, refere-se aos fenômenos e suas relações como um processo histórico geral o que se torna possível quando os temas geradores de conteúdos partem especialmente da realidade concreta.

O ponto central de nossa pesquisa é organizar o trabalho pedagógico a partir do trabalho social e produtivo, pois este oferece subsídios para uma aproximação da realidade concreta, identificando as problemáticas significativas e compondo um projeto político alternativo que as responda e as solucione.

A nossa construção segue o mesmo caminho e orientações teóricas trazidas por Freitas (1996) e também Pistrak (1924) entendendo que a prática pedagógica tem como eixo articulador e princípio pedagógico: o trabalho.

A construção da ACC EDC - Cultura Corporal e Meio Ambiente, como é proposto pelo próprio projeto piloto da UFBA, deve integrar a teoria e prática como práxis pedagógica e estabelecer no currículo de formação de professores a relação com o trabalho produtivo.

Para a formação de professores temos hoje determinado pela LDB 9394/ 96, a obrigatoriedade de 400 horas no mínimo de prática pedagógica nos seus currículos. A necessidade da busca pela realidade do trabalho docente é legalizada, mas, é necessário legitimar e definir como essa relação se constituirá por dentro do currículo de formação de professores.

Para tanto viemos ao longo dessa pesquisa nos orientando teoricamente com alguns autores que compreendem a prática pedagógica no sentido mais amplo, ou seja, no sentido de práxis pedagógica, onde a relação teoria e prática está intrinsecamente indissociável.

Concordamos com Taffarel, Escobar e França em um artigo da Revista Motrivivência, dezembro de 1995, quando elas afirmam ser o objetivo da materialização do eixo curricular através da prática pedagógica a ampliação da:

“Capacidade de reflexão crítica dos alunos ação-reflexão-ação manifesta em suas competências e capacidades humanas relacionais, no processo de sistematizar organizar dados da realidade, compreendê-los, interpretá-los, explicá-los e assim intervir criticamente no âmbito da cultura corporal e esportiva, sendo essas as aprendizagens escolares indicadas e privilegiadas no currículo, ou seja, competências humanas relacionais, na construção coletiva do conhecimento, que pressupõe as aprendizagens individuais, a partir de vivências coletivas das atividades corporais e esportivas”. (TAFFAREL, ESCOBAR, FRANÇA, 1995, p. 125).

Neste mesmo sentido, Freitas (1996) destaca que a relação teoria-prática, na formação dos professores, expressa diferentes concepções de conhecimento, que é representação da divisão social entre teoria e prática do processo de produção capitalista.

Portanto, sendo o trabalho a forma com que o homem se apropria da natureza, e é através dele que se abre a possibilidade de conhecimento e de

desenvolvimento científico é pelo trabalho nas comunidades que vamos nos apropriar do real, valendo-nos de instrumentos de pensamento e instrumentos científicos que superem as falsas visões do real. Segundo Freitas (1996, p.43) “o trabalho é a possibilidade concreta de articulação entre objetivação e apropriação”.

A ACC tem possibilitado esta construção coerente da prática pedagógica na formação de professores, partindo do trabalho pedagógico em realidades concretas, como no nosso caso particular, trabalhamos com a comunidade de Matarandiba tratando das questões relacionadas ao Meio Ambiente e Cultura Corporal.

A nossa proposta que se consolida na práxis pedagógica tem seus fins na implementação do currículo de formação de professores, mas qual o currículo que estamos nos referindo? Anunciamos que seja um currículo que garanta a formação profissional baseado no princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. Neste sentido Pistrak (1924), bem como, Pedro Demo (2000) propõem um currículo organizado para o trabalho e para a transformação da sociedade a partir de ações críticas.

Para o método de ensino e pesquisa buscamos subsídios da educação problematizadora, onde os problemas são complexos que se articula em sistema de temas geradores de discussão e representam os temas significativos para a construção dos conteúdos do nosso currículo. A proposta de currículo intensivo é discutida porque através da pesquisa, do questionamento, da investigação, da

resolução de problemas é possível uma contribuição efetiva a ampliação da compreensão sobre o tema.

A constituição deste currículo exige uma revisão e aprofundamento de alguns conceitos e algumas relações do processo pedagógico. Os estudantes devem ingressar na universidade e encontrar um campo, onde possam contribuir na construção do conhecimento científico, desenvolver suas idéias, expressar sua cultura e responder às demandas e aos problemas que estão dispostos na realidade.

A questão ambiental é uma questão emergente em nossa sociedade capitalista que se apresenta na sua forma e em seu conteúdo como destruidora dos recursos naturais e não-renováveis. Partimos desta problematização junto à graduação nos cursos de Formação de Professores. A realização do projeto parte do levantamento de questões relacionada a essa problemática buscando abalizá-la, vivenciá-la junto a comunidades e contribuir na teorização científica desta temática.

Temos na UFBA uma grade curricular de caráter extensivo o que significa, fechada e fragmentada, aulas expositivas, alunos e professores presos em um mesmo ambiente acadêmico (a sala de aula) passeio genérico e superficial pelos conteúdos, prática como puro treinamento e absorção do conhecimento despejado pelo professor, o único dono do saber. Esse tipo de currículo resulta na formação, alienada do professor. Dados de pesquisa realizada pelo NEPEL em 1997 em escolas da rede pública de Salvador evidenciam isto. Para uma ação pedagógica na escola ou em qualquer outro ambiente de ensino aprendizado, são

necessários instrumentos suficientes para intervir e transformar a realidade social em que estamos inseridos.

Apontamos para a possibilidade de construção de um complexo curricular que possa problematizar uma de nossas problemáticas significativas. Permitindo alterar a organização do trabalho pedagógico a partir da prática pedagógica nos cursos de Formação de Professores. Juntamente com o coletivo de pesquisadores do doutorado, do mestrado e da própria graduação, a ACC EDC 465 – Cultura Corporal e Meio Ambiente lança a oportunidade de construir o conhecimento atualizado e inovador, ocorrendo isto desde o primeiro semestre na faculdade.

A proposta do currículo intensivo persegue um pensamento sistemático, elaboração própria, intervenção qualitativa na realidade. A capacitação, tendo por base o currículo intensivo, define como cidadão competente aquele dotado de capacidade construtiva de conhecimento, tendo em vista desempenhar sua função de sujeito histórico autônomo e inovador, apresentando assim os instrumentos necessários para a transformação de nossa realidade através da ação pedagógica qualitativa no processo de construção do conhecimento.

Tal abordagem de currículo, segundo Demo (2000), exige professores preparados, no entanto constatamos que a qualificação dos nossos professores é precária e defasada. Essa preparação profissional é extremamente necessária para a composição de uma formação que exige participação efetiva e dinâmica na orientação dos alunos para a construção de saber próprio e autônomo. Além da precária capacitação dos professores, apontamos também, a falta de compromisso sócio-político na prática pedagógica acadêmica, visto que neste na

formação de professores a intervenção para a transformação é direta na sociedade. Alguns questionamentos se impõem frente a tal realidade, a saber: Será que temos o direito de lutar por mudanças sem antes definir nossa própria política de ação? A favor de quem estaremos lutando? Quando o professor define no projeto político-pedagógico sua postura filosófica e política, sua ação pode acarretar na manutenção ou não da sociedade estratificada, desigual e injusta altamente destrutiva. Qual é a nossa proposição?

A proposta de uma nova formação a qualidade do curso depende da atuação do professor como pesquisador legítimo, de conhecimentos comprovados, atualizados, mantendo-se na vanguarda do conhecimento, sinalizando as condições do futuro para novas pesquisas e novas teorias, orientando os alunos para a construção sistemática do conhecimento, com vistas a qualificar a intervenção inovadora da realidade. Para que esta prática exista precisamos de professores que consigam transpor os muros da Universidade, construindo uma pedagogia que supere a proposta tradicional de ensino bancário.

É necessário que o professor favoreça uma atitude de intervenção na prática social, e não ficar somente restrito a transmissão do conhecimento do professor para o aluno em sala de aula. A construção do conhecimento se desenvolve priorizando a qualidade política e formal. A teoria não se constitui como redutora da realidade à simples partes fragmentadas, mas procura entender a realidade como ela é na sua complexidade e na sua globalidade.

Para contribuir com esta reflexão o Grupo LEPEL experimenta a idéia da organização do trabalho pedagógico a partir da pesquisa matricial, conforme proposto inicialmente por Demo. A pesquisa matricial construída e vivenciada no

Grupo LEPEL representa uma metodologia para consolidar a proposta de reformulação curricular, possibilitando aos professores trabalharem com um método que estabelece uma unidade teórico-metodológica entre os envolvidos no processo de pesquisa. As soluções buscadas são de conjunto e visam transformar de forma múltipla e complexa a realidade escolhida intencionalmente e dialogicamente pelo coletivo de pesquisadores representado por estudantes da pós-graduação e da graduação.

A noção de matricial significa conexões, nexos e relações e suas principais características são as seguintes: a) o problema se caracteriza como uma matriz de problemas e a solução é também processada em matriz; b) a metodologia indica para a unidade e considera que as partes só têm sentido e significado dentro da visão do todo, e vive-versa; c) apresentando três patamares de unificação, o primeiro nos diz que a unificação do trabalho de pesquisa deve seguir o mesmo caminho metodológico para todos os seus participantes; o segundo patamar de unificação é a problemática globalizada única, representando o mesmo desafio de tratamento e solução; o terceiro patamar de unificação é a permeação das teorias e práticas envolvidas, tendo como ponto de partida o real concreto para elevação do concreto no pensamento e a práxis revolucionária, o que depende, obviamente, do compromisso dos pesquisadores.

Acrescentamos também que para intervenção qualitativa na sociedade e na educação o professor necessita de instrumentos de pensamento e instrumentos de pesquisa que vão dar possibilidade de uma ação pedagógica qualitativa. Portanto, a intervenção na realidade só será possível a partir da articulação do ambiente acadêmico com a comunidade através da pesquisa.

Sintetizando, destacamos que nossa proposta parte de uma pesquisa matricial defende a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, o currículo intensivo, a prática pedagógica problematizadora, o trabalho como princípio educativo, a realidade como ponto de partida. E a realidade atual nos aponta a problemática de meio ambiente em franca decomposição. O ser humano não está em harmonia com a natureza. A dicotomia entre ser humano e natureza deverá ser redimensionada através do redimensionamento do trabalho humano. A corporeidade construída historicamente na relação com a natureza necessita ser questionada e reconceptualizada.

5 – Relações Ser humano - trabalho - cultura



“(...) e finalmente, entre eles, o vertebrado em quem a Natureza adquire consciência de si mesma: o homem” (Engels; 1979, p. 25)

“Homem Natureza”: partimos da análise desses dois elementos, pois é da relação do homem com a natureza que a sociedade se constitui e, se hoje, temos que debater as questões relativas à destruição ambiental é porque historicamente o homem sempre manteve relações com a natureza para sua sobrevivência na perspectiva do domínio e da exploração.

Buscamos em Marx e sua crítica ao modo de produção do capital organizar a produção, os elementos para compreendermos as contradições de nosso tempo. Consideramos Marx um autor ainda não superado e, portanto, um clássico cujos subsídios para explicar as relações no mundo capitalista moderno continuam válidas. Nos diz Marx:

“O trabalho é antes de tudo um processo entre o homem e a natureza, um processo no qual o homem por sua atividade realiza, regula e controla suas trocas com a natureza. Ele põe em movimento as forças naturais que pertencem à sua natureza corporal, braços e pernas, cabeças e mãos, para se apropriar das substanciais naturais sob uma forma utilizável para sua própria vida. Agindo assim, por seus movimentos sobre a natureza exterior e transformando-a, o homem transforma ao mesmo tempo a sua natureza”.

MARX (2001, p. 211).

O homem busca manter sua vida na natureza, mas estabeleceu ao longo da história relação com o meio ambiente²³ de transformações, hoje reconhecida como destrutivas. Ele vive em sociedade e se destaca dos animais por não conseguir como fazem os animais, acomodar-se e adaptar-se ao meio ambiente em que vive sem estabelecer uma relação de transformação e modificação do seu *habitat*. A relação ser humano e natureza se estabelece através da produção dos meios de trabalho, ou seja, é a partir de seus instrumentos de trabalho que ele domina e transforma para atender as suas necessidades individuais e coletivas.

O processo de trabalho, ao atingir certo nível de desenvolvimento, exige meios de trabalho mais elaborados e tecnologicamente avançados, devastando e destruindo mais o espaço natural em que vivemos.

Marx nos coloca em sua análise que, tudo disposto no planeta que não seja ainda virgem é resultado do trabalho humano e, por tanto, representa os meios e a produção final com valor de uso para a sociedade. É a, segundo ele, apropriação social da natureza.

Na sociedade capitalista historicamente, as relações de ser humano, natureza e trabalho são determinadas pela lógica econômica, base estrutural desse sistema. O produto e o trabalho humano estão sob o poder dos que detêm os meios de produção e eles são os responsáveis por fixar um valor capital e rentável, para gerar a mais-valia. Seguindo esta lei, a mercadoria que deveria ter

²³ Meio Ambiente é aqui compreendido como a complexidade do mundo. Segundo Leff (2001) é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes de conhecimento.

somente um valor de uso passa a ter também o valor de troca e valor excedente, garantindo a lei básica do capitalismo: o lucro e a acumulação de capital.

Esse é o marco para compreendermos os motivos pelos quais não acreditamos que é possível construir uma Educação verdadeiramente Ambiental em defesa da vida, não somente humana no planeta com a forma de organização capitalista. As leis do mercado não permitem a garantia de preservação da natureza, já que basicamente é ela que ainda fornece a matéria-prima para a produção.

Para alguns teóricos a solução de estabelecimento equilibrado entre a natureza e o ser humano, não passa pela transformação das questões de ordem econômica e apontam ser possível garantir através da educação ambiental entre outras iniciativas a lógica do desenvolvimento sustentável. (LIMA, 1997 apud GADOTTI 2000, p. 65) crítica a concepção de desenvolvimento sustentável e apresenta o conceito de ecodesenvolvimento que é baseado nos seguintes princípios:

- A satisfação das necessidades básicas da população;
- A solidariedade com as gerações futuras;
- A participação da população envolvida;
- A preservação dos recursos naturais e do e meio ambiente em geral;
- A elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas;
- Programas de educação.

Nesse sentido, Frigotto (2000), afirma que os avanços das ciências e das tecnologias, apesar de prometerem o contrário, ajudaram a fomentar, a maior destruição da natureza, o acúmulo exorbitante de capital, a exponencial produção de desemprego, trabalho precário, miséria e destruição dos direitos humanos.

Segundo esse autor, hoje entendemos que o capitalismo acumula um montante de riquezas concentrado apenas nas mãos de poucos. Em nome desta acumulação produzimos e exploramos a natureza para atender as necessidades do sistema vigente, lucro e acumulação de capital e não das necessidades básicas de vida humana no planeta.

A centralidade da análise entre homem e meio ambiente vem sendo considerada em pesquisa sobre formação de professores. Clássicos da pedagogia socialista especificamente Pistrak (2000), afirma ser o trabalho a centralidade para entendermos e conhecermos questões da realidade atual. A realidade atual poderia ser definida como: luta pelas formas sociais novas de trabalho.

As generalizações possíveis, a partir da análise de trabalho humano de transformar a natureza, nos permitem reconhecer o indivíduo e sua ação na coletividade. A análise materialista histórica entende que todo indivíduo dedica a maior parte de sua vida ao trabalho e este trabalho se caracteriza pelas relações sociais existentes no capitalismo. Essas relações de trabalho são determinadas pela divisão social do trabalho e garantem a alienação do ser humano.

Marx (2000) considera o ato de alienação da atividade humana prática, o trabalho sob dois aspectos: a relação do trabalhador com o produto do trabalho como um objetivo estranho que o domina e a relação do trabalho como o ato de produção dentro do trabalho. Nesses dois aspectos dirá: Não obstante, alienação

aparece não só como resultado, mas como o processo de produção, dentro da própria atividade produtiva. Como poderia o trabalhador ficar numa relação alienação com o produto de sua atividade se não alienasse a si mesmo no próprio ato de produção. O produto é resumidamente apenas o resultado da produção. A alienação do objeto do trabalho resume a alienação da própria atividade do trabalho. As formas de alienação são ainda sob as formas do trabalho alienado: aliena a natureza do ser humano; Aliena o ser humano de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital, assim também o aliena da espécie, ele transforma a vida da espécie em uma forma individual e fragmentada.

Segundo Freitas (1995), ao longo da história o trabalho ganha características particulares oriunda das várias formas de como o ser humano organiza a produção da vida material. No presente momento, portanto o trabalho está em antagonismo com o capital, se valoriza cada vez mais por intermédio da exploração da força de trabalho contratada. Esse antagonismo básico faz com que os homens não se apresentem iguais perante a natureza. A configuração deste sistema, seguindo a interpretação do materialismo histórico dialético, é definida por classes sociais que lutam e possuem interesses opostos. O trabalho, portanto está no centro dessa relação entre ser humano trabalho e natureza, sendo definido suas características mais particulares pelo modo de produção capitalista.

A importância do trabalho humano nos ajuda a entender o eixo trabalho, ser humano e natureza e também, como veremos mais adiante, a importância do trabalho pedagógico para a reestruturação do currículo de formação dos professores.

Após a revolução industrial na sociedade moderna, o capitalismo, organiza o processo de produção em empresas que se fortalecem nos países desenvolvidos e invadem os espaços dos países em desenvolvimento através da implementação de organizações e multinacionais, com a promessa de acabar com a pobreza e tornar essas nações soberanas. Mas o que vemos é um crescimento econômico sem, necessariamente, um simultâneo crescimento e desenvolvimento social e uma real distribuição dos bens de produção e de consumo. Entendemos que o eixo da engrenagem capitalista é: lucro e acumulação de capital. Com elas penetram também as tecnologias de devastação do meio ambiente.

A lógica da racionalização rejeita necessariamente qualquer modo de organização social digna para todos, ou pelo menos para a maioria, o bem estar dos trabalhadores, o meio ambiente, a cultura os valores sociais e éticos da vida em nome do lucro máximo para a manutenção do capitalismo.

Lowy citado por Gentili (1999) nos coloca sistematicamente a discussão do processo de racionalização que vem desde a revolução industrial e suas conseqüências:

“1 - A Zweckrationalität racionalidade como finalidade, isto é a utilização de meios racionais para alcançar objetivos que nada tem de racional, cuja expressão racional típica é a burocracia. A lógica do funcionamento da economia capitalista...”

2 – A diferenciação e autonomização das esferas como resultado da separação entre o econômico,

o social, o político, e o cultural. A economia de mercado torna-se um sistema auto-regulado que já não se encontra encaixado na sociedade (para retomar a célebre expressão de Karl Polanyi) e escapa a quaisquer controles sociais, morais ou político.

3 – A Rechenhaftigkeit, ou espírito do cálculo racional, isto é a tendência geral a quantificação. Os valores qualitativos éticos, sociais ou naturais estão condenados a ser destruído, degradados ou neutralizados por tal quantificação que encontra sua expressão mais direta na dominação total de valor de troca das mercadorias e na monetarização das relações sociais.” (LOWY apud GENTILI 1999, p 90).

O modelo desenvolvimentista do pós-guerra atribuiu o fim da pobreza a essas formas de organização econômica, o resultado é mostrado hoje até em dados estatísticos da ONU²⁴, onde a pobreza do mundo aumenta e tem uma relação diretamente proporcional com acumulação de bens também, um quadro cada vez maior de contrastes. Além da crescente destruição da natureza e aniquilação dos bens não renováveis do planeta e a poluição do ar, da água e da terra em nome da evolução tecnológica, o que resta está sob ameaça da privatização. Estes dados têm chamado atenção das organizações mundiais que

²⁴ Pesquisa realizada na internet no endereço < <http://www.onu-brasil.org.br/>>, em 2004.

se reúnem em conferências, fóruns e encontros, em prol de garantir as condições de vida no planeta, e estabelecer diretrizes que garanta ao capitalismo formas de se reestruturar e sobreviver também a este ataque, o ataque implosivo da falta de matéria prima bruta tanto para os meios de produção como para a própria produção.

Esta forma de organização das sociedades capitalistas industriais, não abrange somente o ambiente empresarial, mas também todos aqueles que participam desse sistema, vendendo/ sendo explorado ou comprando/ explorando, a força de trabalho.

A questão ambiental, preservação da vida, ou seja, o equilíbrio entre o ser humano e a natureza, é totalitária, concreta. Ela envolve as variáveis da cultura, do trabalho, da história e das relações sociais. Segundo Kosik (2002), do ponto de vista da totalidade, compreende-se a dialética da lei e da causalidade dos fenômenos, da essência interna e dos aspectos fenomênicos da realidade, das partes e do todo, do produto e da produção e assim por diante. O que significa que tudo está em conexão com tudo, e que o todo é mais que as partes.

Tomamos essa categoria dialética da totalidade concreta para analisamos o macro, sistema de funcionamento de nossa sociedade, e o micro, entendendo o movimento entre as ações individuais e comportamentais, que envolve a cultura, a religião e de trabalho. Nesse sentido, não basta trabalhar com a comunidade para transformar as ações perante a natureza, não basta que nós professores tenhamos uma visão crítica de nossa sociedade e busquemos a preservação da natureza, não basta agir localmente em Matarandiba. É necessário implementarmos políticas públicas que garantam a vida do homem

com dignidade, onde cada um possa ter o direito do trabalho, da escola, da moradia, da cultura, da saúde, enfim da vida digna.

Na democracia em que vivemos todos têm o direito de falar e participar para construir um espaço de convivência na sociedade, mas não vemos isso, o que vemos é a negação de oportunidades, de escolhas, e do conhecimento para as camadas desfavorecidas da população. O que vemos é a pobreza a negação de participação na divisão dos bens da humanidade. A democracia capitalista é um engodo, que prega os valores burgueses, a liberdade, fraternidade e igualdade como possíveis de serem atingidas, mas na realidade isto não acontece.

As manobras do capitalismo para sobrevivência são muitas e no campo ambiental, algumas diretrizes e conceitos são difundidos sobre a questão da preservação da natureza e da vida humana. A carta de Joanesbugo²⁵, por exemplo, afirma que a questão ambiental está diretamente relacionada com a equidade entre as nações, princípio básico da sustentabilidade²⁶. Esse conceito tem sido disseminado mundialmente pelos relatórios do Worlwattch Institute durante a década de 80 e pelo relatório Nosso Futuro Comum produzido pela Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987, afirmando que o desenvolvimento poderia ser o processo integral que inclui dimensões culturais, éticas, políticas, sociais e ambientais e não só econômicas.

Outro termo usado também é o do desenvolvimento humano, sustentável, que conceitualmente coloca o ser humano no centro do desenvolvimento, com as idéias de *equidade e participação*, concebendo-se que a

²⁵ Reunião mundial para avaliação da RIO ECO 92 e foi apoiada Rio mais dez.

²⁶ Esse termo foi utilizado pela primeira vez na assembléia Geral das Nações Unidas em 1979.

sociedade é eqüitativa, possível somente, pela participação e vontade das pessoas, o que não corresponde com os fatos.

As Nações Unidas passaram a usar esse termo como indicador de qualidade de vida, fundado nos índices de saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação ambiente limpo, espírito comunitário e lazer criativo representando uma sociedade sustentável, ou seja, uma sociedade capaz de satisfazer as necessidades das gerações de hoje sem comprometer as gerações futuras. Mas na desigualdade do mundo neoliberal a coisa muda de figura. Os países desenvolvidos fazem um grande esforço para preservar as suas grandes áreas naturais e avançar sobre áreas onde se localizam fontes energéticas e diversidade biológica. As guerras em curso, em regiões petrolíferas são exemplos destes interesses. A questão ecológica não é somente uma questão ambiental. É uma questão política econômica.

A luta ecológica depende da capacidade de entendimento da maior parte da população, os pobres, de que não é somente limpando os rios, despoluindo o mar, o ar, reflorestar os campos, mas tomando consciência de que é necessária a transformação das relações sociais e econômicas de produção da vida no marco do capital. A questão ambiental diz respeito à vida no planeta onde o trabalhador preenche o eixo central na sua relação ser humano com a natureza. O trabalho alienado é um instrumento de devastação e de antagonismo, de predatorialidade. Só o trabalho livre, onde o trabalhador se encontra no produto final, onde ele tem consciência do seu papel na sociedade é que pode oferecer condições de vida em equilíbrio e harmonia.

A teoria do desenvolvimento humano, não se sustenta. A idéia de satisfazer as necessidades do presente sem colocar em risco gerações futuras, representa uma fórmula vazia, de solidariedade dentro do capitalismo. Esse princípio implica um distanciamento da realidade, um distanciamento da lógica do lucro. As proposições resultantes de debates e fóruns destinados à questão ambiental criam a crença de que é realmente possível erigir no plano nacional uma economia que poupa o meio ambiente. O desenvolvimento se torna insustentável na medida em que busca economia eficiente, ecologicamente suportável, politicamente democrático e socialmente justo na lógica fordista do modo de produção do capitalismo.

Segundo Gadotti (2000) a organização de estruturas econômicas e sociais são sustentáveis apenas do modo condicional, somente quando não se colide com as restrições de uma sociedade capitalista industrial, o lucro, a competitividade, a imposição das condições objetivas. Falar de ambientalismo, no entanto, não é fazer “jardinagem”, mas questionar e buscar alternativas para a transformação das bases que fundam o sistema capitalista. Acreditar num modelo de sociedade sustentável sem a revolução do que está posto socialmente é o mesmo que

“Ecologizar a economia” objetiva questionar as bases desse consagrado modelo econômico que ele considera “evangelicano” (evangelho + americano), no interior do qual eficácia econômica e justiça distributiva seriam o mesmo que a quadratura do círculo. (GADOTTI, 2000, p. 59).

Para Gadotti 2000 o conceito de desenvolvimento sustentável é impensável e inaplicável nesse contexto. O fracasso da agenda 21 é uma prova deste fato. Não seria possível afirmar que um crescimento sustentável, com equidade, seria possível regida pelo lucro pela acumulação ilimitada e pela exploração do trabalho. Ela só tem sentido na organização de uma sociedade sem propriedade privada, numa economia solidária. A utopia posta pelos ecologistas de uma sociedade sustentável é inválida, se não tocarmos na questão central, as bases da economia. (ELMAR ALTAVATER apud GADOTTI, 2000, p. 59).

O desenvolvimento tecnológico e o avanço da ciência aliados à lógica capitalista levaram a exploração exacerbada da natureza e a destruição das possibilidades de vida futura.

O encontro do ser humano com a natureza através do trabalho é definido pelas relações sociais, econômicas e culturais que podem ser modificadas a partir da verdadeira conscientização de que tratar de preservação ambiental não é somente desenvolver programas de Educação Ambiental em pequenas localidades, nem somente modificar os costumes da vida cotidiana, mas sim construir as possibilidades de ações que integram transformações da base desse sistema e as ações locais. É a busca pela revolução, que segundo Luxemburgo (2000), é necessária, a completa destruição de todas as leis que regem o sistema atual, para a construção de outras novas relações livre do lucro, da exploração/ alienação do trabalho e da acumulação de capital. Assim seria realmente possível falar de uma relação equilibrada entre o ser humano e a natureza estabelecida através do trabalho livre e produtivo, o trabalho onde o ser

humano se encontra no produto final, construído por ele, individualmente ou coletivamente.

“...A realidade pode ser mudada de modo revolucionário só porque e só na medida em que nós mesmos produzimos a realidade, e na medida em saibamos que a realidade é produzida por nós. A diferença entre a realidade natural e a realidade humano-social está em que o homem pode mudar e transformar a natureza, enquanto pode mudar de modo revolucionário a realidade humano-social porque ele próprio é o produto desta última”. (KOSIK, 2002, p. 22).

A utopia da revolução, de construir uma outra sociedade onde, o respeito, a dignidade, e o reencontro do ser humano com a natureza possam ser reais, encontra sintonia com as possibilidades na educação, não uma educação qualquer, mas uma educação que se comprometa politicamente com a formação do ser humano no sentido mais amplo, omnilateral e que esteja articulado com o projeto histórico para além do capital.

Sem negar que os problemas hoje de destruição ambiental são conseqüências do modelo econômico, a educação em particular a educação comunitária e ambiental tem um papel importante. A educação ambiental proposta por Gadotti (2000), representa uma pedagogia das coisas a partir da vida cotidiana. Para ele a preservação do meio ambiente depende também de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação. Mas,

nossos estudos nos demonstram que, sem uma forte e clara articulação com um projeto histórico socialista não avançaremos na compreensão do rumo que pode e deve ter a preservação ambiental.

Indicamos uma possível apropriação desse conhecimento pelos cursos de formação de professores os quais representam à base da formação dos trabalhadores em educação que por fim vão tornar possível a acessibilidade do conhecimento sobre a questão ambiental.

Trabalhar com meio ambiente e educação na formação de professores significam trabalhar com cada indivíduo que constitui nossa sociedade e também com as leis gerais que regem o nosso planeta. Significa oferecer subsídios a partir da prática pedagógica que construa elementos para a revolução, ou seja, da sociedade, para a superação do capitalismo, na infra-estrutura e na superestrutura. Somente a partir disso poderemos pensar em um mundo saudável, com vida digna para todos.



5.1 – Educação Ambiental

A necessidade de trabalhar na formação de professores na área específica “Cultura Corporal e do Meio Ambiente”, não surge de idéias abstratas de pensadores nas academias, mas sim, de um conhecimento construído historicamente sobre as problemáticas ambientais do mundo capitalista, que vêm se consolidando entre as mais diversas áreas científicas.

A educação ambiental é um campo de estudos e pesquisas que a partir do quadro emergencial do planeta, de destruição e necessidade de preservação, tem crescido e ocupado espaços de grande relevância social por dentro de discussões para o ensino em todos os níveis no Brasil e no Mundo. Ela representa um processo pelos quais os indivíduos e a comunidade toma consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e

determinação que os tornem aptos a agir e resolver problemas ambientais, presentes e futuros.

Nossos esforços para construir um conhecimento científico na área da Cultura Corporal e Meio Ambiente encontram terreno legal e legítimo nas bases do movimento pela educação ambiental que oferece um acúmulo histórico de elementos essenciais sobre as questões ambientais e a educação.

Para delimitarmos e analisarmos a Educação Ambiental no Brasil e no Mundo é plausível que façamos, breve histórico e análise dos dados pesquisados e sistematizados particularmente pelo coletivo de professores e alunos na própria ACC EDC - 465 Cultura Corporal e Meio Ambiente. Para isso, entendemos que se faz necessário o entendimento do movimento ambientalista, que representa a gênese de todo o processo que hoje ocupa posição privilegiada tanto em encontro científicos como em estratégias governamentais para o planejamento do “desenvolvimento humano” na sociedade capitalista.

Para tal discussão encontramos em Dias (2000) a contribuição, no sentido de que, este traz na publicação “Educação Ambiental. Princípios e Práticas” um verdadeiro dossiê de documentos necessários para a compreensão e análise sobre a temática do Meio Ambiente para a Educação. Os elementos que caracterizam a Educação Ambiental são trazidos para análise também através do debate com a obra *Pedagogia da Terra* de Moacir Gadotti. Os documentos citados, em sua grande maioria, estão reunidos nesta mesma obra assim como também foram consultados em *sites da Internet*, principalmente do Governo Federal, no Ministério do Meio Ambiente e da Educação Ambiental, como também, em amplas referências bibliográficas, em jornais e revistas da atualidade.

O surgimento da preocupação com a preservação da vida no planeta para as gerações futuras, ou seja, a consciência ambiental, segundo, Cascino (2000) nasceu no século XVIII, quando o ser humano conquistou espaços naturais como o pico da montanha Mont Blanc e as grandes navegações dos anos 1400 e 1500. Ao explorar esses novos espaços o ser humano ao mesmo tempo caracteriza o reencontro com a natureza, como também os traços do ser humano moderno, que explora, e descobre novos territórios, e é capaz de dominar antagonicamente a natureza transformando suas ferramentas de trabalho e cria as máquinas favorecendo o processo da revolução industrial.

Em meio à revolução dos meios de produção alteram-se as idéias nas ciências. A crença de que o planeta não é mais o centro do universo e não seria o ser humano um predestinado mágico com a sabedoria de dominar e modificar o mundo. Alteraram-se as relações sociais da sociedade com o surgimento de duas classes sociais distintas.

A sociedade passa de artesanal a produção industrial e com ela a formação da burguesia com a promessa de concretização dos seus valores: liberdade, fraternidade e igualdade. Redefinem-se os espaços da modernidade sendo as cidades, construídos sob a *polis*, o local onde cidadãos determinavam uma nova forma de organização social.

A partir do advento da modernidade e do surgimento do modo de produção industrial ocorreu uma particularidade e interessante articulação, o progresso científico, o crescimento da mobilidade pessoal, o crescimento da produção industrial, a vertiginosa ampliação dos assentamentos humanos, das

idades determinando amplas e profundas mudanças nas relações sociais e econômicas.

Em contraposição os espaços naturais começam a receber uma atenção especial. A natureza não tinha mais um valor apenas de espaço a ser conquistado e sim de um lugar para relações mais “humanas”.

Cascino (2000) afirma que esta ressignificação ocorreu pela própria conquista humana da tecnologia na construção de diversos instrumentos e equipamentos voltados para aventura e exploração em espaços naturais ou virgens. Essa ressignificação entre outros aspectos da história contribuiu com o movimento ambientalista.

O livro “A Origem das espécies” de Darwin comentado por Serpa (1991), traz a noção de que os seres humanos se desenvolvem da sua forma de vida mais simples para a mais evoluída, a partir da relação estabelecida com o meio ambiente. Segundo Darwin às ciências o conceito de evolucionismo, ou seja, as transformações qualitativas na evolução das espécies, colocaram em cheque o determinismo mecanicista. Este pensamento influenciou o comportamento do ser humano perante a natureza, pois é a partir da relação do ser humano - natureza que a natureza é transformada, numa escala evolucionária. Mas foi com o poeta Henry David Thoreau e o filósofo Ralph Waldo Emerson, que segundo Dias (2000), trouxeram a bandeira do movimento ambientalista ao mundo. A partir de seus escritos sobre a natureza e o ser humano em harmonia e equilíbrio que movimento Hippie dos Estados Unidos da América entre a década de 40 e 60 reafirmaram esses valores e fortaleceram a luta pela construção de um mundo melhor para a vida humana.

Identificado outras duas obras de grande importância para a reflexão sobre os problemas ambientais causados pela relação homem e natureza: as contribuições de Thomas Huxley no livro “*Evidências sobre o lugar do homem na natureza*” (1863), onde a interdependência dos seres humanos com os demais seres vivos é abordada e também a obra de George Peckin intitulada “*O homem e a natureza: ou geografia física modificada pela ação do homem*” (1864). Estas obras apresentam análises das relações do homem com a natureza no processo civilizatório e como essas relações vêm esgotando o meio ambiente natural. No entanto, a preocupação não passava dos aspectos meramente descritivos do mundo natural, onde as inter-relações eram pouco abordadas e a noção do todo ficava circunscrita a análises idealistas e filosóficas.

A Educação Ambiental, mais especificamente, é sistematizada primeiramente por Patrick Geddes (1854 – 1933), expressava a preocupação com os efeitos da revolução industrial²⁷, pelo desencadeamento do processo de urbanização e suas conseqüência para o meio ambiente. Nesta mesma época, o mundo já começava a se mobilizar para a questão ambiental, mas, o Brasil não anunciou nem mesmo a terminologia na sua constituição de 1891 já que aqui a exploração já estava em larga escala.

As medidas internacionais para implementação da Educação Ambiental só vão aparecer a partir do momento em que se torna vital discutir os impactos destrutivos e devastadores da relação entre o ser humano e a natureza.

²⁷ Segundo Dias 2000 iniciaram-se em 1779 na Inglaterra.

O avanço do capitalismo construiu um mundo neoliberal de desigualdades sociais, de pobreza, de diferenças e de lutas, mas também um mundo de alta tecnologia e avanços científicos.

No quadro mundial principalmente, após as guerras, o mundo redefine sua organização em grandes impérios e as culturas, as tecnologias sofrem profundas transformações. Mais especificamente no Brasil, a partir, principalmente do plano desenvolvimentista, enquadrou ou tenta-se enquadrar o plano nacional nos moldes dos parâmetros mundiais econômicos e sociais. A nossa agricultura que teve sua herança no latifúndio começou a deixar espaço para o grande desenvolvimento do parque industrial, definido como agro-negócio.

O avanço da tecnologia contraditoriamente²⁸ nos faz destruir a natureza, pois hoje, ela está a serviço, das leis do capitalismo, o lucro e a acumulação de capital, mas também nos serve para evidenciar que nós fazemos parte da terra e somos apenas uma pequena parte dela, e apesar disso construímos uma relação social de destruição e devastação.

Dias (2000) menciona que em 1952 a primeira catástrofe ambiental ocorreu em Londres com a poluição do ar que provocou a morte em torno de 1600 pessoas desencadeando o processo de sensibilização. Evento que culminou na lei do ar puro pelo parlamento da Inglaterra em 1956 e desencadeou o debate a

²⁸ Dos termos em Grego. *technologia* < *téchne*, arte + *lógos*, tratado significa teoria geral e estudos especializados sobre os procedimentos, instrumentos e objetos próprios de qualquer técnica, arte ou ofício; técnica moderna e sofisticada; linguagem específica de uma arte ou ciência. Ou seja, pela sua definição a tecnologia deveria ser uma forma de fazer o ser humano se relacionar com a natureza através do trabalho da forma melhor possível, estabelecendo técnicas de uso e apropriação da natureza com menos impacto ambiental e maior aproveitamento do produto final. Um reencontro do ser humano com a natureza e não o antagonismo.

cerca do ambientalismo em outros países como a influencia do movimento dos *hippes* nos Estados Unidos.

O reconhecimento de que o modelo econômico capitalista devasta e destrói a natureza foi reconhecido pela ONU em 1969, constituindo o primeiro fórum sobre a questão ambiental, oficialmente reconhecida, defendendo a existência de soluções globalizastes para deter a destruição do planeta.

Mas em 1965 durante a conferência em Educação na Universidade Keele, Grã - Betanha surgia o termo Educação Ambiental para os currículos afirmando que ela não poderia mais estar de fora das discussões mais gerais da educação. No Brasil neste mesmo período, o regime ditatório apresentava ao mundo, junto ao seu projeto desenvolvimentista, o Projeto Carajás e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Contraditoriamente, no sul do país, nascia à primeira organização dos ambientalistas AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural.

Os encontros, no Brasil e no mundo, apontavam para um caminho de desenvolvimento da tecnologia e das ciências simultaneamente numa relação diretamente proporcional, com a destruição de nossas riquezas naturais. Politicamente esses documentos não foram reconhecidos e divulgados.

Enfim podemos falar da importante Conferência de Estocolmo 1972 ou a conferência da ONU sobre o “Ambiente Humano”, que garantiu pela primeira vez, a reunião de 113 países, na discussão sobre as questões ambientais, gerando a declaração que indicou um plano de ação mundial e recomendaram o estabelecimento de um programa internacional para educação ambiental no intuito de disseminar a idéia de combate às crises ambientais do planeta.

No Brasil, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - Sema (no Ministério do Interior) é criado, e estabeleceram as propostas para as leis ambientais e estabelece os programas de estação ecológicas para pesquisa e preservação.

O Encontro Internacional sobre Educação Ambiental com especialistas de 65 países ocorreu em 1975 na cidade de Belgrado promovido pela UNESCO. Desse encontro foram elaboradas as diretrizes para a formulação do programa de Educação Ambiental segundo as quais, ela deveria ser *contínua, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e votada para os interesses nacionais*. A carta de Belgrado expressa também a necessidade de erradicação da pobreza, da fome e do analfabetismo, da poluição e da dominação e exploração humana. Mas, ao longo desses anos, prevaleceu uma educação ambiental reduzida em movimento ecologista, ou seja, a luta do verde pelo próprio verde, subsumindo a discussão socioeconômica.

Outro encontro de Educação Ambiental foi feito em Tbilisi, na Geórgia, que foi a primeira conferência inter-governamental sobre Educação Ambiental, organizada pela ONU e pela PNUMA²⁹. Essa conferência estabeleceu os princípios, objetivos e características formulando recomendações e estratégias pertinentes aos planos regional, nacional e internacional. Lançaram-se medidas para a incorporação, *nas diretrizes curriculares dos conteúdos e atividades referentes à educação ambiental*. Nessas diretrizes ficaram estabelecidas as recomendações e considerações de todos os aspectos da sociedade humana que compõem a questão ambiental: os aspectos políticos, sociais, econômicos,

²⁹ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

científicos, tecnológicos, culturais, ecológicos e éticos, facilitando a visão integrada do ambiente envolvendo as diversas disciplinas em um *projeto interdisciplinar*.

Desse modo, segundo as diretrizes, a Educação Ambiental passou a ter como objetivo a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, política, social e ecológica da sociedade, desenvolvendo o conhecimento a fim de formar pessoas capazes de entender, respeitar e proteger a natureza, buscando soluções para as problemáticas ambientais através da coletividade, da ação comunitária.

No Brasil, as ações do MEC, primeiramente, firmaram em “protocolos de intenções”, a inclusão de temas transversais como ecologia. Mas foi a pressão dos órgãos ambientais que conquistou a abertura de cursos em todo o país sobre a questão ambiental e adicionaram, aos currículos, principalmente das áreas como engenharia entre outras a disciplina envolvendo tal discussão como obrigatória. Outros cursos em sua maioria ficaram de fora como, por exemplo, em geral os Cursos de Formação de Professores.

Após o encontro de Tbilisi o MEC, reduziu a Educação Ambiental ao Ecologismo, com a proposta de Ecologia, uma proposta para o ensino de 1º e 2º graus, ficando restrito somente nos pacotes fechados dos livros de ciências biológicas, se distanciando cada vez mais da realidade concreta.

A preocupação em inserir nos currículos, de todos os níveis escolares e de formação continuada, foi intensificada no congresso de Moscou em 1987, que levantou alguns problemas específicos relacionados ao desequilíbrio do ecossistema, como a poluições do ar, do solo, da água e dos mares, a perda da biodiversidade, a proliferação de epidemias e o quadro agravante e generalizado

de pobreza em todo o mundo. Os países participantes se comprometeram de levar um documento explicitando as dificuldades e os avanços durante o processo de implantação da Educação Ambiental. O Brasil por sua vez não entregou tal documento nem em Tbilisi e nem em Moscou, se ausentando das discussões mundiais a cerca da destruição ambiental.

A Educação Ambiental brasileira teve nos anos de 1986, 1987 e 1988 a instalação do seu primeiro curso de especialização. Neste mesmo período o governo aprova em seu parecer 226/ 87 a inclusão da Educação Ambiental dentre os conteúdos a serem explorados pelas propostas curriculares nos 1º e 2º graus, de modo transversal, como é até hoje estabelecido até hoje e pode ser verificado nos Documentos Política Nacional de Educação Ambiental e Programa Nacional de Educação Ambiental. Enfim concluímos estar no mínimo o país, muito atrasado no que diz respeito às questões ambientais, já que uma década depois das orientações de Tbilisi, o MEC oficialmente começa a tratar da questão ambiental.

Em 1988 as associações ambientalistas elaboram um documento universal, apresentando as pressões dos países desenvolvidos para o pagamento da dívida externa dos países em desenvolvimento, acusando eles, de serem os responsáveis pelas transformações drásticas na economia e da sociedade. Na verdade, isso representa a configuração de um sistema internacional em crise o sistema capitalista, que acaba com as perspectivas do desenvolvimento das nações, e acentua as diferenças das classes sociais, estabelecendo um ambiente insustentável para a qualidade de vida.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, IBAMA (surge em 1989) com o objetivo de formular, coordenar e executar a Política Nacional para o Meio Ambiente e também a preservação, a conservação, o controle e o fomento de iniciativas em defesa do meio ambiente.

Apesar de iniciativas para a implementação de programas sobre a questão Ambiental e Educação Ambiental como: leis; curso de educação ambiental continuada; e a criação do IBAMA, as ações da Educação Ambiental continuava ser esporádicas, até que forçosamente o MEC elabora um documento informativo de premissas básicas da Educação Ambiental, dirigido aos professores de 1º e 2º graus, veiculado pela revista *Nova Escola*. Foi então que no Governo Collor de Melo, a Secretaria do Meio Ambiente do MEC publicou o Projeto de Informações sobre Educação Ambiental, constituído por questionários sobre a questão ambiental.

No final de 1989 é criado o Grupo de Trabalho para a Educação Ambiental e a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente conhecida como RIO 92 que reuniu 170 países, promovida pela ONU, foram realizadas inúmeras iniciativas para promover a Educação Ambiental. Esse encontro pretendia contribuir com a Educação Ambiental colocando a necessidade de erradicação do analfabetismo ambiental e atividades de capacitação de recursos humanos para a área.

Um dos resultados do encontro RIO 92 foi construção da agenda 21 e o tratado de educação ambiental. Ele teve como objetivo, examinar a situação ambiental do mundo e as mudanças ocorridas após a Conferência de Estocolmo (1972): identificar estratégias regionais e globais para ações apropriadas

referentes às principais questões ambientais; recomendar medidas a serem tomadas nacionais e internacionalmente quanto à proteção ambiental através de políticas públicas de desenvolvimento sustentável; promover o aperfeiçoamento da legislação ambiental internacional; examinar estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável e de eliminação da pobreza nos países em desenvolvimento, entre outros.

O grupo de trabalho passou a ser permanente (portaria 773 de 10/05/93) com o objetivo de coordenar, apoiar, acompanhar, avaliar e orientar as ações metas e estratégias para a implantação da Educação Ambiental nos sistemas de ensino em todos os níveis e modalidades. Foi conseguido a partir disso, encontros com Secretarias de Educação dos Estados e Municípios para o planejamento de ações práticas.

Hoje, as oportunidades de cursos oferecidos na área da Educação Ambiental se encontram concentradas nas Universidades de Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Acompanhamos o crescimento pelo interesse das Universidades Particulares para oferecerem o curso de Gestão Ambiental com o intuito de discutir o desenvolvimento sustentável, garantindo profissionais que saibam difundir a idéia de que é possível estabelecer uma relação harmoniosa e sem destruição entre os seres humanos, determinados por sua relação social capitalista e a natureza.

Concordamos com Dias (2000), quando ele alerta que os últimos encontros de Educação Ambiental deixaram os professores fora do processo, colocando a questão ambiental como algo das idéias, das cabeças dos especialistas, “devaneios epistemológicos”, completamente fora da realidade

humana e educacional. Não é discutido o que realmente interessa como os ordenamentos legais e as metas para solucionar as problemáticas da área específica.

No Brasil as políticas públicas apresentam diretrizes e bases formuladas a partir de 1994 pelo MEC, e o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA) com a intervenção do Ministério da Ciência e da Tecnologia e o Ministério da Cultura, formulando o Programa Nacional de Educação Ambiental, cujos esforços culminaram no documento da Política Nacional de Educação Ambiental (lei 9795 de 27/04/99).

O documento Política Nacional de Educação ambiental dispõe as leis sobre a Educação Ambiental no Brasil. A saber:

“Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002:
Regulamenta a Lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999: Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998: Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, entre os quais o Ministério do Meio Ambiente e dá outras providências.

Lei nº 8.028, de 12 de Abril de 1990: Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos

Ministérios, entre os quais o Ministério do Meio Ambiente e dá outras providências.

Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Texto atualizado em 07.02.2000 Última alteração: Lei nº 9.960, de 28.01.2000. (PNEA, 1999, p. 1)

O documento do ProNEA, propõe ações que destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade - ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política - ao desenvolvimento do país, resultando em melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições ao longo prazo. Nesse sentido, assume também quatro diretrizes do Ministério do Meio Ambiente: Transversalidade; Fortalecimento do SISNAMA; Sustentabilidade; Participação e controle social.

A proposta do ProNEA representa um exercício de Transversalidade, criando espaços de interlocução bilateral e múltipla para internalizar a educação ambiental no conjunto do governo, chamada a agenda transversal, que tem o objetivo de estabelecer o diálogo entre as políticas setoriais ambientais, educativas, econômicas, sociais e de infra-estrutura, de modo a participar das decisões de investimentos desses setores e a monitorar e avaliar, sob a ótica educacional e da sustentabilidade, o impacto de tais políticas. Indicando que tal

exercício deve ser expandido para outros níveis de governo e para a sociedade como um todo.

Com a regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental, o ProNEA compartilha a missão de Fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), por intermédio do qual a PNEA deve ser executada, em sinergia com as demais políticas federais, estaduais e municipais de governo. A idéia é descentralizar as diretrizes com o MMA e o MEC para a implementação da PNEA, no sentido de consolidar a sua ação no SISNAMA.

O documento considera a *Educação Ambiental* como um dos elementos fundamentais da gestão ambiental, o ProNEA busca desempenhar um importante papel na orientação de agentes públicos e privados para a reflexão e construção de alternativas que almejem a Sustentabilidade. Assim propicia-se a oportunidade de se ressaltar o bom exemplo das práticas e experiências exitosas.

A Participação e o Controle Social também são diretrizes que permeiam as estratégias e ações do ProNEA, por intermédio da geração e disponibilização de informações que permitam a participação social na discussão, formulação, implementação, fiscalização e avaliação das políticas ambientais voltadas à construção de valores culturais comprometidos com a qualidade ambiental e a justiça social; e de apoio à sociedade na busca de um modelo socioeconômico sustentável.

Mas essas iniciativas governamentais precisam ser mais bem analisadas e se possível desenvolver estudos crítico sobre políticas públicas na área da educação ambiental. Pois se há uma iniciativa de implementação de projetos ambientais e sobre a educação ambiental, há por parte do governo e mais

especificamente do ministério se posicionar quanto à relação de essência que há nas questões sobre a preservação do meio ambiente. Não há interesse em discutir e questionar como é verdadeiramente possível garantir a soberania nacional na lógica da globalização sem agredir, explorar e destruir o meio ambiente.

É importante para este estudo nos situarmos no âmbito local, nacional e internacional, por isso a necessidade de conhecer as leis que garantem no estado nacional a Educação ambiental e as propostas de intervenção social.

Além desses documentos a Agenda 21, Brasileira e o tratado de educação ambiental são de grande relevância para o desenvolvimento de ações sobre as questões ambientais.

A agenda 21 brasileira está articulada com a Agenda 21 internacional, estabelece um plano de ações para o século XXI, visando a sustentabilidade da vida na terra que trata de dimensões econômicas e sociais, conservação e manejo de recursos naturais, fortalecimento da comunidade e meios de implementação como estratégias de sobrevivência no planeta terra.

As diretrizes sobre o trato com o conhecimento das questões ambientais estão no tratado de educação ambiental para as sociedades sustentáveis e responsabilidade global³⁰ e foi resumida nesses tópicos:

- *A EA deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus*

³⁰ Esses tratado foi construído na Jornada Internacional de educação ambiental realizada no Fórum Global em 1992 no Rio de Janeiro (Rio-92), organizada pelo Icaec Conselho internacional de Educação de adultos com apoio das ONG's, como o SUM Serviço Universitário Mundial e a Icaec Associação Internacional de Educação comunitária.

modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade;

- *A EA é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência locais e planetárias, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.*

- *A EA deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.*

- *A EA deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se da estratégia democrática e interação entre as culturas.*

- *A EA deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas das sociedades sustentáveis.*

- *A EA deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos. (GADOTTI, 2000 p. 95).*

Podemos considerar que o resultado dessas últimas reuniões manifestado em documentos influenciaram as diretrizes do ProNEA e o PNEA. Neste âmbito está também a Conferência Internacional sobre o meio Ambiente e Sociedade, centrada no tema educação, realizada em Tessalônica Grécia patrocinada pela UNESCO em 1997 e se reconheceu que a educação ambiental não poderia dar conta de solucionar os problemas ambientais. Alguns fatores que agravam a insustentabilidade: o rápido crescimento da população mundial, a persistência da pobreza generalizada, a expansão da indústria em todo o mundo, o uso de modalidades de novos e mais intensivos aparatos tecnológicos de exploração, a negação da democracia e a violação dos direitos humanos.³¹

Em 2002 tivemos o encontro em Joanesburgo ou Rio Mais Dez - Conferência da ONU Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Humano. Um dos principais informativos adicionais para o mundo, foi à necessidade de fazer os países em desenvolvimento terem a tão famosa soberania nacional e se posicionarem com equidade e perante o mundo, transformação essa que seria propiciada pelos países desenvolvidos, em acordos econômicos como a ALCA³².

Hoje, a luta por uma Educação Ambiental, enfrenta as modificações das relações econômicas estabelecidas pela globalização - modelo de desenvolvimento vigente, imposto pelos países desenvolvidos por meio de diversos processos e instituições como: o Sistema Financeiro Internacional, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional - que vai desde as articulações de empresas multinacionais em manobras absurdamente devastadoras, como a

³¹ Esses fatores foram reconhecidos também na Carta do Rio Mais Dez na Conferência realizada em Joanesburgo em 2002.

³² Área de Livre Comércio das Américas.

legalização dos transgênicos, até o comportamento consumista e uniformizado dos indivíduos que compõem esta sociedade.

Podemos afirmar que a sociedade contemporânea capitalista é uma sociedade desequilibrada no sentido ecológico e podemos identificar seus sintomas nas alterações ambientais mais globais com o meio ambiente: efeito estufa; buraco na camada de ozônio; alterações na superfície da terra; exacerbações das mudanças climáticas; desflorestamento; queimadas; erosão do solo; areificação/ desertificação; destruição de *habitats*; perda da biodiversidade; poluição; escassez de água potável; *erosão e perda da diversidade cultural e exclusão social*.

Portanto o questionamento radical, de conjunto e com totalidade é imprescindível para que se compreenda esta complexa temática do Meio Ambiente.

A proposta de ação no curso de formação de professores na UFBA com o projeto piloto ACC 465 Cultura Corporal e Meio Ambiente representa a necessidade de trabalhar com o conhecimento sobre a questão ambiental nos cursos de formação de professores entendo que este tema não pode mais ser negado pela ciência e pela sociedade. Os princípios para o desenvolvimento desse projeto piloto na UFBA teve como base o conhecimento já construído no campo do ambientalismo e da Educação Ambiental, articulando este conhecimento com a proposta de organização do trabalho pedagógico a partir da prática pedagógica. O trabalho faz parte de uma luta pela reformulação curricular que garanta o trato com conhecimentos concretos, complexos da vida real, como é o caso das questões relativas ao meio ambiente.

Ao analisarmos os processos históricos a cerca da Educação Ambiental percebemos que ela vai se constituindo a partir do reconhecimento científico e popular da gravidade sobre as questões ambientais que envolvem as relações ser humano e natureza. O modelo social capitalista determina a exploração dos recursos naturais renováveis e não renováveis sem medir as drásticas conseqüências para a vida no planeta. Os movimentos populares ambientalista, e as políticas públicas implementadas, por sua vez, nem sempre radicalizaram a questão da preservação ambiental com lógica do funcionamento social capitalista, ou seja, identificam o fenômeno, mas não analisa a relação das partes com o todo, resultando em ações unicamente locais.

A educação ambiental hoje traça diretrizes para a formação nos currículos de formação de professores e nas escolas.

Como contribuição para a problemática apresentada, Gadotti (2000) coloca que a tarefa da EA para o futuro imediato deve construir um paradigma curricular para as escolas que nos possa ajudar, da melhor forma possível, a recuperar um modo humano autêntico da relação com o mundo natural e enfrentar de modo direto os desafios ecológicos com os quais nos deparamos atualmente, esse movimento deve ter como base a dialética, que constitui, segundo Gadotti, no melhor referencial teórico para abordar questões filosóficas como esta.

Construir possibilidades do trato com o conhecimento sobre as questões ambientais é necessariamente como afirma a metodologia dialética relacionar tudo com tudo, o todo nas partes. Pensar em termos de relações e encadeamentos das hierarquias para as redes cooperativas comunidades de aprendizagem das estruturas para os processos.

O trato com o conhecimento sobre as questões ambientais e a preservação da vida planetária necessita primeiramente da conscientização. A proposta de preservação do meio ambiente depende da transformação desse sistema social e a transformação só pode ser construída a partir das necessidades objetivas, que depende da democratização do conhecimento possível através também da educação. Uma educação das coisas a partir da vida cotidiana, a partir do trabalho e da cultura.

As diretrizes para o desenvolvimento de uma ecopedagogia estão baseadas principalmente na vida cotidiana, que busca sentido a cada momento, a cada ato, que pensa a prática em todos os momentos evitando a burocratização do conhecimento. Pistrak (2002) desenvolve um planejamento educacional para as escolas socialistas com base no sistema dos complexos, e aponta que a escola é parte integrante da comunidade e não pode estar dissociada das conquistas e dificuldades do seu cotidiano. Seu programa deve representar um programa de vida.

A iniciativa da educação ambiental busca o reencontro do mundo da natureza com o mundo da cultura. O simples fato de aprender a economizar, a reciclar, a compartilhar, a complementar, a preservar, a aceitar a diferença pode representar uma revolução no corpo do sistema social, é a possibilidade da união da natureza com a cultura. Para Gadotti (2000) a “ecopedagogia” assume uma posição na consciência quando conscientiza o ser humano de que a cultura capitalista é cristã e por isso predatória, que a terra continuará sendo considerada como espaço de sustento e de domínio técnico-tecnológico.

Entendemos que nesse processo tratar das questões relativas à Educação Ambiental para um futuro sustentável é mais amplo do que a educação que se restrinja aos processos da educação escolar ou ambiental curricular em qualquer nível de ensino, ela está fora e dentro da escola ela se apresenta como um objeto complexo a ser analisado de forma dialética.

Para Gadotti (2000) a educação ambiental no modelo de escola e currículo tradicional foi reduzida à intenção de incorporar uma consciência ecológica, e não é capaz de exercer o papel interdisciplinar, sendo entendido como a formação de habilidades para apreender a realidade complexa. Não se pode limitar ao ambiente externo sem se confrontar com os valores sociais, a solidariedade, não pondo em questão a política de educação e do conhecimento e a relação entre ser humano e natureza mediada pelo trabalho.

Leff citado por Gadotti (2000) reconhece a necessidade de uma educação ambiental que não se reduza ao ambientalismo, para ele é a vertente da teoria crítica da educação com a teoria da complexidade que determina o que é ambientalismo. É um objeto complexo que implica a desconstrução do pensamento disciplinário e simplificador. A pedagogia da complexidade ambiental reconhece o conhecimento, enxerga o mundo como potencia e possibilidade, entende a realidade como construção social mobilizada por valores, interesse e utopias.

A sustentabilidade é um princípio que reorienta a educação principalmente quanto aos currículos, objetivos e métodos. Tendo como referência o projeto histórico socialista.

A ecopedagogia é um movimento que surge no âmbito político e social, no seio da sociedade civil, nas organizações tanto de educadores quanto de ecologistas, e de trabalhadores e empresários, preocupados com o meio ambiente. É apenas através da ação integrada que se pode combater e revolucionar as relações entre o ser humano e a natureza. O Instituto Paulo Freire com seu programa de ecopedagogia e o Movimento pela Ecopedagogia³³ tem a concepção de que as ações devem integrar medidas governamentais para a implementação de projetos de estatais de despoluição e de preservação do meio ambiente, assim como a concretização de ações que permita a democratização do conhecimento.

As contribuições dos estudiosos sobre a complexidade ambiental são imprescindíveis, mas reconhecemos que não basta a sensibilização e as formações políticas de setores cada vez maiores da opinião pública são essenciais para concretizar um processo mais sólido e criar condições sociais propícias que possibilitem a sustentabilidade social e econômica do nosso planeta. É necessário entender que para atingir este patamar devemos falar primeiramente em construir possibilidades para mudanças de estruturas sociais e econômicas que regem a nossa vida.

Acreditar que é possível trabalhar a ecopedagogia é acreditar num processo de educação que diz respeito à preservação da natureza, o impacto de sociedades humanas sobre os ambientes naturais, acreditando em possibilidades para a construção de um projeto histórico socialista. Uma civilização sustentável do ponto de vista ecológico, que implica as mudanças nas estruturas econômicas,

³³ Criado em agosto de 1999 durante o primeiro encontro Internacional da Terra na Perspectiva da Educação.

sócias e culturais. Ela está relacionada com o projeto utópico de mudar as relações humanas, sociais e ambientais que temos hoje.

Neste sentido, a contribuição que esta pesquisa traz está, justamente, na luta da Educação Ambiental contra destruição da natureza, contra a globalização e o sistema capitalista neoliberal. A partir do paradigma da organização do trabalho pedagógico da “Cultura Corporal e do Meio Ambiente” para a valorização da cultura humana, do trabalho digno e da vida no planeta.



5.3 - A Cultura Corporal

As relações entre cultura corporal e meio ambiente na sociedade capitalista são estabelecidas, predominantemente, pelas atividades esportivas. Autores como Kunz (2003), Bracht (1999) e Da Costa (1997) entre outros tratam da questão da destruição dos espaços em decorrência construção e das práticas do esporte, principalmente o esporte competitivo de alto rendimento. As relações entre o ser humano e as atividades esportivas são determinadas pela lógica da cultura capitalista. O esporte deve ser caracterizado a partir do reconhecimento que ele é um dos importantes fenômenos culturais da modernidade, portanto falar do esporte sem buscar criticamente as relações com o modo de produção capitalista, o trabalho e a destruição com a natureza é ter uma visão ingênua e romântica do fenômeno esportivo.

A partir dessa crítica ao esporte reconhecemos a necessidade de construir propostas para responder as problemáticas significativas relativas ao ser

humano e meio ambiente através da cultura corporal, que vem se constituindo como uma proposta superadora no campo da Educação Física e também na formação de professores.

O esporte é uma das principais atividades do ser humano na modernidade no final do século passado e início do novo milênio. A contribuição da Universidade do Porto para Agenda 21 com a publicação do livro “Meio Ambiente e Desporto uma perspectiva internacional”, reúne artigos de vários autores que abordam temas relacionados à teoria geral do meio ambiente e do esporte, a ética, a cidadania e as políticas públicas. Esta publicação foi analisada por reconhecemos o esforço dos pesquisadores em relacionar as questões relativas ao meio ambiente e o esporte.

È bom que fique esclarecido, não é objetivo de esta pesquisa negar o esporte enquanto possibilidades de constituir o conhecimento a cerca da cultura corporal e meio ambiente na formação de professores. É imprescindível entender que quando falamos de atividades físicas devemos reconhecer a dimensão que tem o esporte para a formação social e para a vida humana. E a partir daí construir possibilidades de desenvolver ações, estudos e pesquisas no campo da cultura corporal e meio ambiente. A relação entre Meio Ambiente e esporte deve, portanto ser entendida pelo reconhecimento do esporte enquanto uma manifestação da cultura, um fenômeno social que deve ser questionado com maior radicalidade. Os encontros mundiais em defesa do meio ambiente apontam as possibilidades de construção de atividades esportivas não destruidoras do meio ambiente, e é necessário definir como o fenômeno esportivo pode se constituir uma das manifestações da cultura corporal e suas relações com o meio ambiente.

Entendemos que a destruição da natureza se caracteriza pela destruição das forças produtivas por isso, para iniciar, é preciso destacar que a discussão sobre Esporte e Meio Ambiente deve ser situada no interior das denúncias formuladas pelas organizações de trabalhadores sobre a acentuação da tendência a destruição das forças produtivas, natureza, homem, relações de produção, sob o modo de produção capitalista. Para os trabalhadores dos grandes centros como Europa e Estados Unidos às questões detonadoras das reações contra o capitalismo são as questões do desemprego estrutural, a destruição ambiental, os direitos humanos e individuais, as usinas nucleares, a possibilidade da guerra atômica, os acordos multilaterais de investimentos, enquanto que para os trabalhadores da América Latina, Ásia e África são ainda as condições objetivas de existência material. Para identificar concretamente tais reações podemos examinar o esforço do Acordo Internacional dos Trabalhadores e o Manifesto Ecosocialista da Europa entre outras³⁴. Deve ser situada também no interior dos movimentos ecológicos, que buscam superar visões românticas, e avançar na compreensão e na ação frente à realidade complexa e contraditória, objetivas e construídas. Nunca se soube tanto e nunca se destruiu tanto. Por fim, deve ser situado dentro dos esforços de cientistas e suas instituições que vem fundamentando a importância dos ecossistemas e da complexidade do que é ser vivo, na linha da defesa da bio-diversidade como fundamentos da ecologia social e política. Destaca-se aí o trabalho do Latino-americano H. Maturana³⁵.

³⁴ Manifesto Ecosocialista da Europa

³⁵ Humberto Maturana. *Emoções e Linguagem em Educação e Política*, 1989.

As denúncias sobre “limites de crescimento” eclodem na Europa, em vários países, destacando-se aí, as denúncias referentes à acentuação da tendência a destruição do meio ambiente em decorrência das relações de exploração com a natureza, à exploração do trabalho e do trabalhador, pela reserva de mercado, pela perda de direitos sociais e, do Estado de Bem Estar Social. Trata-se dos recursos naturais básicos que fundamentam a economia (relações de produção e troca), em decomposição, desaparecimento e destruição. O que temos assinalado é que é impossível fazer economia ou política que não parte destes bens e fontes energéticas renováveis ou não renováveis.

O clube de Roma³⁶, na década de 70, denunciou a degradação do meio ambiente, produzida por um desenvolvimento não-sustentável destacando-se nas denúncias: a) ameaças à biodiversidade; b) efeito estufa; c) camada de ozônio; d) poluição do ar-água-solo; e) consumo excessivo de recursos.

As Nações Unidas organizaram a “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento” , em junho de 1992, no Rio de Janeiro e lançou-se o conceito de “desenvolvimento sustentável”, ampliando-se o debate em torno dos movimentos ecológicos e da conservação da natureza. Os compromissos e resoluções foram firmados na denominada Agenda 21.

Inicialmente é preciso esclarecer o que significa “desenvolvimento não-sustentável” e “desenvolvimento sustentável” Gadotti (2000). O balanço da

³⁶ Reunindo chefes de estado, economistas, pedagogos, humanistas, industriais, banqueiros, líderes políticos, cientistas, entre outros membros de diversos países, o Clube de Roma nasceu na década de 60, sendo marcado por uma série de encontros, visando analisar a situação mundial e oferecer previsões e soluções para o futuro da humanidade. Fonte <http://www.ibps.com.br> fragmento do texto história problema, desafios e probabilidade. Identificando que as reservas de matéria prima e energia estariam incompatíveis com a capacidade de reposição de recursos naturais e absorção dos resíduos dessa produção pelo planeta.

literatura marxista, especialmente, mostra que a forma capital de relações sociais, evidência, neste final de século, indicadores deste “desenvolvimento não-sustentável” significando isto, esgotamento, exaustão desta forma de desenvolvimento. O problema crucial não é o “desenvolvimento não-sustentável” – mas sim, a lógica consumista e destrutiva do sistema capitalista.

Neste contexto de acentuada destruição discute-se esporte e meio ambiente considerando que o esporte não é “um fim” em si, tem razões sociais e estas devem ser reconhecidas no contexto do desenvolvimento econômico que, ao contrário dos postulados da harmonia da ideologia liberal, é profundamente marcado por relações de poder e de forças assimétricas que se conjugam em dadas relações de produção. A sociedade capitalista afluenta possui um lado ordeiro ao Norte, e um lado desordeiro ou caótico ao Sul, alerta Altvater (1995).

Algumas questões são essenciais, nos debates sobre esporte e meio ambiente como a ciência, ética e educação. Os ensaios críticos sobre as práticas corporais, especificamente os esportes, como nocivos à natureza, principalmente quando praticados sem medidas de proteção para o meio ambiente vem se constituindo como objeto de estudo em todo o mundo. A maioria deles aponta para a questão como uma questão ética, educativa, regulativa. Cabe perguntar, frente aos inúmeros trabalhos que partem deste pressuposto. O problema é ético, é educativo, é regulativo, ou é um problema econômico e político?

Pelas reflexões correntes identificamos uma predominância da abordagem ética. Como exemplo pode ser mencionado o estudo de Eckard Meinberg (1997) que analisou o conflito entre desporto e meio ambiente a partir de considerações

éticas. Defende o autor a necessidade de um modelo ético que simbolize a integração do homem com a natureza e este símbolo é o *Homo Ecologicus* que respeita seu corpo e que estabelece limites. É pertinente entender a partir daí, que as pessoas praticando esporte devem se comportar de modo a minimizar o conflito esporte e meio ambiente, e para que isto aconteça, a educação se faz necessária: a ética depende da pedagogia finaliza o autor.

Nesta linha da abordagem ética encontramos também o trabalho do Douglas A. Brown ³⁷que examina a política do Comitê Internacional Olímpico (CIO) em relação ao meio ambiente estudando as idéias que constituem os discursos, identificando o diálogo filosófico e político. Estabelece as diferenças epistemológicas e ontológicas da teoria dos valores, concluindo que o CIO insere-se no discurso da ética ambiental.

No ensaio “Ética e Violência”, ³⁸ Marilena Chauí analisa o retorno á ética considerando como um mito da não-violência. O que está na radicalidade da questão segundo a autora, é a desigualdade social econômica, base estrutural de nossa sociedade, o que jamais proporcionará um estado de conhecimento e democracia suficientes para garantir uma relação ética entre o ser humano e a natureza. Acrescenta que uma ação só será ética se for consciente, livre e responsável e; virtuosa se for realizada em conformidade com o bom e o justo, se for livre, necessariamente, autônoma, resultado de uma decisão interior ao próprio agente, não sendo uma obediência de ordem a uma pressão externa.

³⁷ Do Centro de Estudos Olímpicos da Universidade de Western Ontario, Canadá.

³⁸ Chauí, Marilena. Publicado pela Revista Teoria e Debate, n. 39 de out/ dez de 1998.

A questão de ética ambiental e do esporte, não se reduz a uma questão de código ético esportivo, pois estaríamos reduzindo as relações entre ser humano e natureza em regulamentações e fiscalizações. A regulação das atividades que proporcionam o consumo ativo da natureza não depende de um arsenal de normas de utilização e de comportamento que deve ser seguida pelos atletas.

Neste aspecto a autora Jesus apud Bruns (2003), aponta uma problemática identificada em práticas esportivas em áreas de ecoturismo. A autora chama atenção para a questão da gestão em ecoturismo, sob o aspecto da leviana territorialidade dos esportes de aventura, afirmando que as práticas esportivas principalmente as que buscam uma reintegração entre o ser humano e a natureza são transitórias, estão sempre à procura de novos lugares preferencialmente virgens, além de estabelecer uma relação de destruição cultural nas comunidades onde se instalam. Essas características dificultam a fiscalização e o monitoramento nas áreas exploradas.

Sobre a questão da ética, muitos autores, trabalham em busca construir estabelecer um código de ética necessário para o desenvolvimento de um esporte que preserve a natureza, acreditando ser a solução para a problemática.

Nossa base teórica nos permite entender que há estudos, pesquisas e constatações sobre práticas esportivas e a destruição ambiental é muito mais complexa do que simplesmente normatização e fiscalização nos padrões da ética ambiental de ações esportivas.

Outra abordagem evidente é a sociológica, que parte da reflexão das relações esporte e sociedade e admitem que o futuro da sociedade esteja em

perigo, fazendo-se necessárias avaliações críticas sobre o desenvolvimento do esporte. Como exemplo, mencionamos a posição de Hans Jägemann³⁹ (1997) que aponta tanto para o sentido da responsabilidade, que não é um esporte de meios medidas, mas, aquele que dá mais alegria à vida do que causa problemas nocivos à natureza e ao entorno, bem como para a responsabilidade das autoridades públicas. Aponta a planificação e monitoração e ainda ações competentes pela educação ambiental. Hans foi dirigente do Jornal Sport Stutzt Umwelt (O esporte protege o meio ambiente) que em 1986, por iniciativa da DSB Federação Alemã de Esportes, inicia um Movimento a favor de proteção ambiental nas práticas esportivas.

Na Europa podem ser encontradas outras abordagens e, para exemplificar menciono o trabalho de Charles Pigeassou (1997)⁴⁰. Partindo de uma abordagem sócio-histórica Pigeassou faz referência a paradigmas econômicos e a revolução cultural do tempo livre. Admite que compreender a trajetória do esporte é realizar uma démarche sócio-histórica que se define a partir daí. Define esporte como um espelho da sociedade, em que se projetam seus fantasmas, valores, excessos, laboratório onde se passa uma intensa atividade social. Admite ser o esporte um processo de educação para a cidadania e suscita uma reflexão acerca da noção de natureza que hoje permeia as relações esportivas. Pigeassou demonstra também que a temática ambientalista no âmbito do esporte é recente e teve somente importância periférica. Questiona ainda se a dificuldade de consideração nas análises sociológicas das mudanças do esporte está relacionada ao sistema

³⁹ Da Federação de Esportes da Alemanha – Departamento de Desenvolvimento e Facilitação do Esporte

⁴⁰ Da Universidade de Montpellier I, UFR STAPS, França.

ambientalista de valores, e reconhece, por fim, que o pensamento ambientalista molda o esporte, indicando que o estudo sociológico da sensibilidade ambientalista no interior do esporte é uma premissa digna de atenção em futuras investigações.

No Simpósio Internacional sobre Formação de Professores e Intercâmbio Científico e Tecnológico na Área de Educação Física/ Ciências do Esporte⁴¹, o professor Doutor Dieckert⁴² contribuiu com a discussão indicando por que o esporte quando praticado sem meios de proteção ambiental é nocivo à natureza. Suas análises levam em consideração desde os ambientes esportivos, quanto às práticas, os excessos, a perda de limites e referências humanas. O Esporte assim torna-se desumano, não colocando no centro o ser humano, mas sim o esporte em si. Até hoje pesquisando sobre a literatura esportiva, especificamente sobre os conceitos sociais, identifica-se déficits que apontam para esta constatação, o ser humano não é o centro. Segundo este pesquisador, a grande revolução de paradigma reside nisto, o ser humano, sua vida digna, em equilíbrio com a natureza, em sistemas de base comunitarista.

Vale destacar que na década de 70, na cidade de Oldenburg, construía-se uma Universidade totalmente orientada para o Movimentar-se e a Harmonia com a natureza e com as tradições locais. Tratava-se, não somente da observação de uma dimensão social, as práticas corporais e esportivas e seu

⁴¹ Evento realizado pela LEPEL linha de estudos e pesquisa em educação física esportes e lazer no ano de 22 a 27 de julho de 2002, Universidade Federal da Bahia, cidade de Salvador, Bahia, Brasil.

⁴² Outras contribuições do Professor Dieckert para a área de conhecimento esporte e meio ambiente pode ser verificado no apêndice A.

caráter formador, mas sim de uma visão geral e abrangente de educação e, de totalidade da vida universitária.

Para a construção desta Universidade, mencionada como exemplar nos periódicos na Alemanha, a equipe interdisciplinar o Professor Doutor Dieckert, um dos principais responsáveis pela concepção filosófica relacionada à formação humana em uma vida de movimento, em equilíbrio com a natureza, com o entorno, já observava os seguintes pontos⁴³:

- Uso de terrenos em condições de eficiência máxima;
- Economia no uso de energia;
- Visibilidade e ênfase no cenário natural e tradições locais;
- Planejamento para luz solar passiva;
- Integração com o planejamento urbanístico da cidade;
- Reciclagem de materiais;
- Rejeição a materiais tóxicos;
- Práticas de gerência responsável pelo lixo;
- Reciclagem de água usada;
- Maximização do transporte público;
- Redução da dependência no automóvel;
- Programação diversificada e multifacetada também para a comunidade.

⁴³ Os pontos mencionados acima podem ser reconhecidos nas preposições para manejo do meio na construção do ambiente para os Jogos Verdes, os Jogos de Sydney do ano 2000.

À arquitetura, soma-se um programa de práticas corporais multivariado, segundo Taffarel⁴⁴, oferecido pela Hochschule enquanto um programa de vida para universitários e a comunidade, desenvolvido com a criatividade excepcional do pedagogo do esporte WOOP⁴⁵.

Outra contribuição importante na discussão vem do Clube de Colônia, na pessoa de Volker Rittner da German Sport University, Universidade de Esportes de Colônia, Alemanha.

No Brasil temos contribuições dos estudos de Kunz (2003) que chama atenção para as dimensões inumanas do esporte como o treinamento precoce, o doping no esporte de rendimento e a busca do talento esportivo.

A exaustão do esporte, no diz Rittner, podem ser identificadas por limitações evidentes na performance humana, e daí recorrer-se ao doping para ultrapassar limites humanos, e ainda, no reconhecimento social, bloqueando as relações entre mente e natureza, corpo e sociedade, evidenciando-se isto nos prejuízos provocados pelo esporte na natureza.

Como sintoma da exaustão do esporte Rittner menciona a excessiva comercialização, uma vez que o patrocínio desportivo apresenta sinais de estagnação seja pela recessão ou pela degeneração moral do esporte.

Merece destaque ainda na posição de Rittner as abordagens cínicas das relações entre o esporte atual e suas relações sócio-econômicas, o que confirma a tensão e os indicativos da exaustão.

⁴⁴ Relatório técnico-científico apresentado ao CNPq em 1999. Base da tese de pós-doutoramento apresentado na UFBA para concurso público para professor titular da UFBA.

⁴⁵ Christian Woop. *Entwicklung und Perspektiven des Freizeitsportes* Aachen.

Existe uma tradição de liberdade e ludicidade do esporte que está em vias de desaparecer. Esta tradição genuína diz respeito a moral dos sportistas, as responsabilidades e sensibilidades com a natureza, a preservação, do que diz respeito a todos.

Tais bases estão ameaçadas na perspectiva de preservação do meio ambiente, e pelo comercialismo, profissionalismo e individualismo. Nesse aspecto, Rittner é taxativo e define a crise atual do esporte pelo seguinte:

- a) O esporte não garante uma atenção ao corpo como parte da natureza humana;
- b) O sistema esportivo está perdendo a sua capacidade regulatória nas relações entre atividades corporais e o meio ambiente;
- c) O esporte está dissolvendo o seu potencial de socialização;
- d) A progressiva instrumentalização do corpo que hoje caracteriza o esporte rejeita as potencialidades da promoção da saúde que reside no interior da atividade esportiva;
- e) O esporte contemporâneo contribuiu para a destruição das bases naturais da existência humana, opondo-se as suas próprias tradições e, portanto, perdendo a sua legitimidade social.

Com base neste diagnóstico, o Clube de Colônia, tem promovido ações que merecem destaque: a) esclarecimentos; b) mobilizações; c) intervenções. Elas se desenvolvem por seis modos principais: Análises científicas do problema; Trabalhos interdisciplinares; A apreensão da realidade e as possibilidades ou não de soluções; Cooperação entre centros de decisão em política, cultura e negócios;

A informação a grupos representativos dos esportes e da comunidade; A cooperação internacional.

O Clube tem consciência dos diferentes problemas e suas áreas, considerando relevante à constituição de grupos de trabalho interdisciplinares concernentes as seguintes problemáticas:

- a) Performance humana e saúde;
- b) Cultura e sistema social;
- c) Ética, leis e política;
- d) Ecologia e desenvolvimento;
- e) Grande mídia (mais mídia) e comunicação;
- f) Trabalho, tecnologia e economia.

O Clube de Colônia está associado à Organização Mundial da Saúde (OMS) e à Federação Internacional de Medicina Desportiva (FIMD). Por aí se veiculam e disseminam-se conhecimentos. Este conjunto de iniciativas estas sintetizadas no documento “Apelo à Ação” e é dirigido a governos de diferentes países, apresentando planos de ação conjunta entre a OMS e a FIMD.

Mas as críticas evoluem e podemos encontrá-las em vários âmbitos, tanto restritos ao esporte, quanto a manifestações de outros setores da sociedade que defendem o meio ambiente e exigem normas de proteção ambiental. E isto vem impactando a Organização Esportiva.

A Carta Olímpica, documento fundamental do Movimento Olímpico e da operacionalização do Comitê Internacional Olímpico estipula que o Comitê deverá “verificar se os jogos Olímpicos são organizados em condições que demonstrem responsabilidade quanto aos assuntos do meio ambiente”.

O Congresso referente ao Centenário Olímpico, realizado em Paris, 1994 identificou fatores essenciais para o desenvolvimento do esporte, entre eles destaca-se o tema do meio ambiente.

Importante destacar na discussão referente à Esporte e Meio Ambiente a diretiva principal formulada pelo Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Sydney, Olimpíadas 2000, que prevê a mobilização de 15.000 atletas e dirigentes de 14 modalidades esportivas. Como por exemplo, os locais das modalidades esportivas foram inter-relacionadas por caminhadas de duração máxima de 30 minutos. O que evitava o uso de automóveis.

Sallyamne Attkinson⁴⁶ apresentam uma análise interessante sobre “Os impactos físicos e o meio ambiente”. Afirma Attkinson (1997) que “A diretiva principal dos Jogos refere-se. À promoção da consciência ambiental e de inovações técnicas de proteção ambiental por via de exemplos práticos e de adesão a um conjunto consensual de princípios”. Os Jogos devem ter padrões que respeitem normas de proteção ambiental. O GREENPEACE apóia o Comitê quanto à orientação geral das Olimpíadas.

Esta diretiva geral decorre dos princípios emitidos pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 1992 (RIO 92) e seguem os compromissos do desenvolvimento sustentável para a área ecológica. Os temas gerais da proteção ambiental, aos quais se articula a especificidade do esporte são: ameaças a biodiversidade; efeito estufa; camada de ozônio; poluição ar-água-solo; e consumo excessivo de recursos.

⁴⁶ Do Comitê Organizacional dos Jogos Olímpicos de Sydney –2000.

Medidas foram tomadas para garantir um encontro mundial esportivo, as Olimpíadas 2000 que constitua um meio de renovação urbana prevendo-se também, os seguintes manejos do meio ambiente: Uso de terrenos em condições de eficiência máxima; Economia no uso de energia; Visibilidade e ênfase no cenário natural e tradições locais; Planejamento a luz solar passivo; Integração com o planejamento urbanístico da cidade; Reciclagem de materiais; Rejeição a materiais tóxicos; Práticas de gerência responsável do lixo; Reciclagem de água usada para irrigação; Maximização do transporte público; e Redução da dependência no automóvel.

Os organizadores pretendiam oferecer os Jogos Olímpicos da era moderna de maior harmonia, mais orientados para atletas tecnicamente excelentes e de maior sentido cultura. Estes jogos mobilizaram um acréscimo no PIB do país em torno de 7,3 bilhões de US\$ no período de 1994-2004, gerando 150 mil empregos e 1,3 milhões de visitantes estrangeiros foram verificar os *Green Games*, Os Jogos Verdes.

Analisar o fenômeno esportivo é identificá-lo como um campo de ludicidade de lazer, mas também de trabalho e de produção e acumulação de capital. Entendemos que o fenômeno esportivo e o meio ambiente passam pela base material de existência humana, a economia. Para entrar na discussão sobre Esporte e Meio Ambiente, imprescindível se faz explicitar de que estamos falando. O Esporte não é algo mágico que paira sobre nossas cabeças. É algo concreto, situado, em construção. É um dos fenômenos sócio-culturais da mais alta relevância no mundo contemporâneo e constitui o processo civilizatório. É preciso

reconhecer e situar a discussão, a partir da complexidade do novo tecido social. As formas, como o capitalismo se reorganiza, renovando alguns elementos com o propósito de manter e reconstruir sua hegemonia, procurando ajustes (reestruturação produtiva) conducente a um novo modelo de acumulação (flexibilização), tem conseqüências significativas sobre o mundo do trabalho e intervenção estatal (Ajuste Estrutural) na questão social, na produção e, conseqüentemente, no esporte, enquanto prática social. A reestruturação produtiva representa, também, uma nova estética e uma nova psicologia. Os novos métodos de trabalho não são inseparáveis de um modo específico de viver, de pensar e, de sentir a vida.

Taffarel (1999) destaca que é necessário reconhecer que o novo tecido social apresenta hoje três complexos sistemas: a) a economia empresarial capitalista; b) a economia estatal (empresarial-capitalista estatal e empresarial-estatal não regida pelo lucro; c) e a economia popular. Onde afinal, estamos localizando o esporte neste complexo econômico? De qual esporte estamos falando? O esporte praticado por pouquíssimos homens e mulheres excepcionais, excelentes e, consumido simbolicamente pelas massas através de subprodutos da industrial cultural de massas?

A economia empresarial capitalista é baseada na reestruturação produtiva e tem como estratégias a competitividade, a produtividade, a qualidade total, a lucratividade. É extremamente centralizadora e gera uma repercussão social destrutiva catastrófica, visível na crise de desemprego estrutural, na destruição do mundo do trabalho.

A Economia capitalista Estatal, por sua vez, é baseada em duas estratégias, uma de cunho lucrativo, imbricada com a economia capitalista monopolista, que visa lucros e hoje tem setores lucrativos nos mecanismos de privatização de empresas estatais de mineração, telefonias, eletricidade, petróleo, e outra de cunho “não lucrativo” como a educação, saúde, previdência, seguridade social, segurança pública, que os Governos aliados com as políticas de Ajustes Estruturais, vêm sistematicamente se desobrigando e forçando a privatização destes setores, que passam a constituir setores lucrativos ao capital.

A economia popular cujas estratégias objetivam: a) sobrevivência humana; b) subsistência humana; c) estratégia de vida anticapitalista.

Merece destaque nesta reflexão o que significa Esporte e como ele se manifesta em relações econômicas capitalistas empresariais, estatal lucrativa ou não e ao nível da Economia Popular.

Para a economia empresarial capitalista e Esporte é o “negócio do século” porque mobiliza paixões, emoções, frustrações, consumos diversificados ao infinito, enfim grandes negócios. Isto pode ser perfeitamente detectado deste as operações de compra e venda de atletas de alto rendimento, até as empresas de marketing, propaganda e na imprensa que vendem sonhos e desejos irrealizáveis.

Para a economia estatal representa a mobilização de negócios, uma forma de revitalizar a economia com a geração de empregos e circulação de mercadorias, sejam elas supérfluas ou não. Representa também investir em setores de interesse do grande capital, como por exemplo, a construção de um

mega estádio, para as mega estrelas, em detrimento da generalização de espaços urbanos adequados para as práticas corporais comunitárias. Representa também uma forma de controle ideológico via educação, com as campanhas de busca de talentos esportivos, com as campanhas de aceitação passiva da condição de não praticante ativo do esporte, “quem não joga bate palma”.

Para a economia popular representa meio de sobrevivência que vai deste o negócio ilegal na compra e venda de ingressos, a venda de “bugigangas” até a venda em massa dos subprodutos da empresa capitalista ligada ao esporte (bebida, cigarro, vestuário) aos negócios das empresas comunicacionais e informacionais e da cultura de massa, das empresas do supérfluo, de fantasias, de ilusões. Significa também meio de subsistência com os pequenos negócios forjados em torno dos grandes espetáculos, o comércio ambulante de alimentação, etc.

Os agentes da economia popular, em uma dinâmica cuja organização está na circulação de mercadoria materiais e não materiais interagem com os setores altamente lucrativos da economia, os grandes empresários, alimentando o círculo dos negócios, que em última instância se expressam nos negócios especulativos, alienados do que significa esta estrutura social.

Para avançarmos na compreensão do Esporte, temos que entender que a economia popular vai para além de cooperativas e grupos de produção. Luiz Rezeto⁴⁷ nos apresenta, por exemplo, a economia popular (equivocadamente denominada de “subterrânea”, “invisível”, “informal”), composta por cinco tipos de

⁴⁷ REZETO, Luiz Empeze de Trabajadores y Ecoeconomia de Mercado. PET, Santiago do Chile, 1991.

atividades e empreendimentos, que não representam mais estratégias de subsistência e de sobrevivência, contra os mecanismos capitalistas de exclusão e de exploração da força de trabalho, mas como de integração econômica, a saber:

1. Solução assistencial, mendicância de rua, subsídios oficiais para indigentes, sistema organizada de beneficência pública ou privada orientados a setores de extrema pobreza;
2. Iniciativas individuais não estabelecidas e informais como comércio ambulante, serviços domésticos, entregadores, guardadores, coletores, vendedores;
3. Microempresas e pequenos ofícios e negócios de caráter familiar/individual, como oficinas, lojas, bares, biroskas de bairros, dirigidos pelos próprios proprietários, com a colaboração da família;
4. Atividades ilegais e com pequenos delitos, como prostituição, inclusive infanto-juvenil, trabalho infantil, furtos, pontos de venda de drogas, armas, documentos falsos e outras atividades consideradas ilícitas ou à margem das normas culturais socialmente aceitas;
5. Organizações econômicas populares, de pequenos grupos que buscam associativa e solidariamente encarar o problema do desemprego e suas manifestações sociais e culturais imediatas, surgidos de paróquias, associações de bairros e comunitárias, sindicatos, partidos e outras organizações populares.

Pelo exposto, percebe-se que nem toda a Economia Popular é de solidariedade visto que não estão presentes as iniciativas de cooperação, companheirismo, colaboração, comunidade, comunitarismo, coletividade, coordenação, valores que caracterizam uma ação conjunta e solidária. Este complexo de organizações econômicas populares pode por um lado, interagir de forma completamente dependente e subalterna à economia empresarial capitalista, a economia empresarial do estado lucrativa, ou então, significarem

iniciativas cujos processos de trabalho trazem em si a gênese de uma nova cultura do trabalho, a partir dos quais pode se tornar visível à elaboração de um projeto de desenvolvimento tendo em vista interesses dos setores populares, ou seja, a economia popular solidária.

O rumo que deve ter este processo depende, em muito, do papel estratégico das organizações dos trabalhadores identificadas com a superação do capitalismo e com a construção de Projeto Histórico Socialista.

O grande capital empresarial buscará intensamente manter tal movimento da economia popular sob a órbita de sua influência desumana. O sentido de solidariedade neste complexo econômico popular pode assumir as características meramente assistencialista, filantrópica e compensatória, ou então, pela ação concreta e pela organização dos setores populares, representarem à consciência da classe agindo para superar o que a explora.

Pelo exposto podemos reconhecer que se colocam aos setores engajados com a superação do capitalismo, aos setores populares em geral que buscam a sobrevivência, a subsistência ou uma opção de vida anticapitalista, uma tarefa essencial que tem três, concomitantes, simultâneas e interligadas dimensões, a saber: a) a educação ideológica, de classe; a educação popular; b) a conscientização política que se dá na ação concreta, na luta, na defesa de reivindicações; c) a organização revolucionária.

O desemprego estrutural forja uma alternativa e ela se apresenta aos setores populares que, para garantirem a vida, lançam mão de três estratégias: de sobrevivência: emergencial e transitória; de subsistência para satisfazer necessidades básicas sem acumulação ou crescimento; e como estratégia de

vida, para valorizar a liberdade, companheirismo, a autogestão, a solidariedade, representando uma opção autônoma de sujeitos. O desemprego, fantasma que ronda a o mundo todo, trazendo em si o espectro do comunismo, não é tempo livre, mas tempo de escassez, a “sociedade de risco e de incerteza” segundo Beck (1944 apud Taffarel 1999). O capitalismo se constitui justo nesta desvinculação entre a economia e o contexto cultural e as necessidades humanas.

Não é o fim dos partidos revolucionários e do sindicalismo combativo, muito pelo contrario é nessas organizações que a consciência de classe adquire um caráter ativo e prático sobre o desdobramento da evolução histórica permitindo que as ações individuais adquiram um sentido histórico consciente. Junto com demais setores organizados, mais do que nunca, estas organizações jogam um papel decisivo nos rumos do processo histórico de superação do capitalismo, como por exemplo, a luta pela preservação ambiental.

Sob a égide do capitalismo as atividades culturais estão sujeitas à abstração do dinheiro. O capitalismo, como já foi analisado, arruinou a utopia do trabalho humanizado, prostituindo-o, ou melhor, dito, subsumi-o pela dupla e super exploração da mais-valia absoluta e relativa, transformando-o em trabalho abstrato, encerrado em um tempo espaço depurado de todos os elementos da vida que pudessem perturbá-lo, como a vida pessoal, a moradia, a cultura, fazendo surgir à separação moderna entre tempo do trabalho e tempo livre, diferente do tempo morto e vazio do trabalho, arrebatado à vida como um pesadelo, tempo de trabalho impingido ao indivíduo até pela violência. Mas arruinou também o que criou, arruinou o “tempo livre”. Arruinou a utopia do tempo

livre ao transformar o ócio em consumo acelerado de mercadorias, transformando o tempo livre num consumo de mercadorias de crescimento constante, substituindo as formas de descanso por hedonismos que comprimem o tempo livre da mesma forma que antes, o horário de trabalho conforme nos alerta Robert Kurz, co-editor da revista "Krisis". O que se apresenta hoje é um tempo-espaço capitalista acelerado para uns, os ainda empregados, e desemprego estrutural de massa para outros. Mas o que fazem estes outros, desempregados. Desenvolvem a economia popular solidária ou não e nesta base constrói a cultura esportiva. Que cultura é esta? A cultura impregnada dos valores de um esporte que interessa ao grande capital, altamente lucrativo, ou valores relacionados com a vida centrada no dia a dia, na economia da solidariedade?

A crença baseada na idéia de que a racionalização e o aumento da produtividade diminuiriam proporcionalmente o tempo de trabalho global necessário; permitindo que os trabalhadores dispusessem de crescentes e maravilhosos lazers, leva o lazer para o centro das preocupações dos estudiosos, abrem-se núcleos de estudos, para tentar remediar antecipadamente, a tendência da deteriorização das massas, pela alienação muitos acreditaram que o lazer, nova disponibilidade de tempo, desenvolveria melhores formas de sociabilidade, mais satisfatórias, nos tornaria, mais respeitosos de nosso planeta e seus recursos. O lazer produziria o fim de desemprego, tornando-se um campo de trabalho em expansão, e introduziria enfim, um novo pacto ecológico e social. Esta era a utopia que não se realizou. O sonho americano de satisfação (impossível) de desejos (infinitos) faliu. Esgotaram-se as possibilidades da própria natureza e do processo em si, que é automático. O pacto ecológico e social faliu.

Como se situam o Esporte e a questão ambiental, abordados a partir do complexo social, cultural, da economia empresarial capitalista; ou da economia estatal (empresarial-capitalista estatal e empresarial, estatal não regida pelo lucro) ou da economia popular solidária ou não solidária? Onde afinal, estamos localizando, enfocando, privilegiando a discussão sobre o esporte de alto rendimento, o esporte espetáculo, o esporte de turismo e a ecologia, neste complexo econômico, social e cultural? Que papel estratégico joga as instâncias organizativas de classe e a educação neste complexo?

Encontramos muitas abordagens sobre Esporte e Meio Ambiente que desconsideram a base econômica e política em suas análises. Estas abordagens não radicalizam a reflexão e a ação para a construção de uma nova cultura, considerando o esgotamento do processo civilizatório capitalista, alimentando a perspectiva da humanização do capitalismo, via ética ciência educação, regulação/ normatização monitoramento, sem especificação das bases objetivas, materiais e não materiais das conseqüências, buscando a minimização da destruição causada por relações baseadas na lógica do mercado capitalista. Acreditam ainda, no processo regulador, quando o capitalismo altamente regulador, contraditoriamente não poupou sequer o Estado regulador, e vem destruindo paulatinamente o Estado de Bem Estar Social, com retirada de direitos e conquistas sociais e, vem intervindo brutalmente em economias populares, infiltrando seus setores altamente lucrativos, o setor das drogas, da prostituição, da especulação e o setor armamentista.

Ocultam com isto uma catástrofe que se avizinha, silenciam quanto ao holocausto em que estão submetidos 2/3 da humanidade que sobrevive ou

subsistem com base na economia popular, e mais ainda, manipulam o imaginário popular em relação ao Esporte na Sociedade com a idéia das relações neutras e exclusivamente positivas entre Esporte e saúde, Esporte e Qualidade de Vida, Esporte e Educação, Esporte e regulação Social. (GADOTTI, 2000).

O Esporte de alto rendimento, o esporte de espetáculo, o esporte turismo, tem por base a economia capitalista e só sobreviverá com base nele e, com ele, expressa suas avassaladoras conseqüências. Dessa forma o esporte com é nocivo ao meio ambiente porque, na base, não se assegura o pacto ecológico e social.

Cabe agora fazer uma análise em busca de proposições no que diz respeito à organização pedagógica interdisciplinar no trato com o conhecimento da cultura corporal e meio ambiente. Já que partimos do pressuposto que o esporte deve ser valorizado e ressignificando dentro das possibilidades de construção de uma nova cultura.

A valorização da Cultura acompanha o movimento pela preservação do equilíbrio ecológico está registrada em todos os documentos resultantes de encontros mundiais sobre a questão ambiental, sendo que a grande maioria deles já foi citada anteriormente.

Especificamente no documento final do encontro em Joanesburgo 2002, “Rio Mais Dez”, que avaliou as metas do RIO ECO 92, ficou estabelecido para todos os países do mundo, como uma das necessidades fundamentais para a preservação ambiental a perspectiva de preservar a cultura para preservação da vida.

Podemos citar entre os documentos “globais” que estabelecem diretrizes para ações educativas para a preservação da vida, o tratado da Educação Ambiental, estabelecendo que:

“Deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se da estratégia democrática e interação entre as culturas”. (GADOTTI, 2000 p. 95).

Na publicação da Unesco “Educação para um Futuro Sustentável: uma visão transdisciplinar para as ações compartilhadas” onde encontramos a afirmação de que o modelo atual de globalização ameaça a diversidade cultural da humanidade, sendo que diversidade cultural pode ser considerada como uma forma de diversidade por adaptação e como tal, condição prévia para a sustentabilidade. E coloca que a tendência atual para a globalização ameaça a riqueza das culturas humanas e muitas culturas tradicionais já foram destruídas. O argumento a favor de se por um fim ao desaparecimento de espécies também é aplicável a perdas culturais e ao conseqüente empobrecimento do acervo coletivo dos meios de sobrevivência da humanidade.

As iniciativas no Brasil também seguem as orientações internacionais e estabelecem no Programa de Educação Ambiental diretriz para o desenvolvimento de ações como pode ser verificado nesse fragmento de texto.

“E nesse contexto onde os sistemas sociais atuam na promoção da mudança ambiental a educação assume posição de destaque para construir os fundamentos da sociedade

sustentável, apresentando uma dupla função a essa transição societária: propiciar os processos de mudanças culturais em direção à instauração de uma ética ecológica e de mudanças sociais em direção ao empoderamento dos indivíduos, grupos e sociedade que se encontram em condições de vulnerabilidade face aos desafios da contemporaneidade. Com a proposta de mudança cultural na sociedade, entende-se que são necessárias mudanças nos desejos e formas de olhar a realidade, nas utopias e nas necessidades materiais e simbólicas, nos padrões de produção e consumo, lazer e religiosidade”. (MMA, 2005, p 09 e 10).

Neste sentido a proposta de mudanças culturais exige a necessidade de transformações nas relações sociais e no mundo do trabalho.

O trabalho desenvolvido na formação de professores, através do projeto ACC que articula ensino, pesquisa e extensão no trato com o conhecimento da Cultura Corporal e Meio Ambiente, representa a possibilidade de transformação nas relações entre o ser humano, cultura corporal e natureza. Está, portanto articulada com uma necessidade historicamente construída e negada até então pelos cursos de formação de professores.

Mas alertamos, quando falamos de Cultura Corporal e Meio Ambiente não estamos propondo mais uma proposta de apropriação da natureza pelos esportes

alternativos⁴⁸, ou ainda novos esportes que se dizem em contraposição direta a modalidades esportivas tradicionais que se realizam sob condições espaço temporais minuciosamente controladas e preestabelecidas. Essas atividades vêm apresentando mudanças das características das atividades esportivas apenas fenomênicas, sem transformações de essência.

Além disso, contribuições de estudos no campo do ecoturismo, lazer e natureza apontam que as atividades físicas que promovem o reencontro artificial da natureza com o ser humano podem causar a destruição ambiental e desequilíbrio cultural, elas não apresentam um estudo sistemático dos impactos ambientais e são difíceis de fiscalização segundo nos alerta Jesus (2003).

Nossa pesquisa buscou a análise crítica dos documentos e manifestos mundiais em defesa da preservação da vida e do meio ambiente e propõe contribuir cientificamente a partir de experiências interdisciplinares em atividade Curricular em Comunidade. No campo da cultura corporal nos perguntamos que cultura deve ser valorizada? A diretriz mundial e brasileira para educação ambiental e para o movimento ecológico visa manter e garantir a cultura capitalista ou apontam para relações sociais e econômicas para além do capital?

Nesse sentido foi construído, a partir de referenciais teóricos do materialismo histórico dialético, a representação da cultura explicando como o campo de conhecimento da cultura corporal se constitui como um objeto de estudo nas relações ser humano e natureza. Deixando claro que este estudo tem a pretensão de identificar reconhecendo a urgência de aprofundamento teórico

⁴⁸ Também é chamado esportes extremos, ou ainda esporte em liberdade, esporte selvagem, esporte californianos, esporte técnico - ecológicos, esportes livres, lúdicos, esporte outdoor.

sobre as questões ambientais e mais especificamente da cultura corporal e meio ambiente.

Abib (2004) em seus estudos de doutoramento admite que o debate atual em torno do conceito de cultura é caracterizado por sua complexidade e a precisão de conceitos está a exigir esforços teóricos para situá-los em um contexto em que a conotação política inerente aos conceitos possa ser explicitada mais concretamente e delimitada com maior clareza.

Ao analisar os documentos que estabelecem o ordenamento legal e legítimo para a educação ambiental, é perceptível o não questionamento crítico do sistema social e econômico. Os documentos parecem não tocar radicalmente na essência das problemáticas ambientais, relação ser humano e natureza mediada pelo trabalho, e não é qualquer trabalho, mas um trabalho capitalista, um trabalho alienado. As análises dialéticas de sentido e significado da Cultura Corporal nos ajudam a entender e explicar os nexos entre o valor da cultura para a preservação da vida no planeta e como pode contribuir para o processo de formação dos professores.

Sobre a cultura podemos dizer que enquanto elaboração humana e social é fruto do trabalho humano na relação com a natureza, com seus semelhantes e consigo mesma para a manutenção e reprodução da vida. Da necessidade de preservar a vida, e, portanto, de comer, morar, se reproduzir, a humanidade desenvolveu a cultura alimentar, habitacional, relacional, entre outros. Ater-nos-emos no presente estudo à cultura corporal, admitindo que no modo de

produção capitalista o ser humano aprofundou a dicotomia com a natureza, consigo mesmo, e com seus semelhantes.

A Cultura Corporal tida como eixo teórico norteador do nosso trabalho é uma contribuição paradigmática dos que estudam a Educação Física. Hoje encontramos algumas publicações como teses, livros e artigos, a respeito desta temática específica nos aspectos da metodologia do ensino da educação física, na epistemologia, na história, e na prática pedagógica.

A complexidade para definir e explicar a cultura, fica claro na tentativa desta pesquisa de sintetizar as principais idéias sobre a cultura e poder definir em linhas gerais a Cultura Corporal apresentada na publicação do Coletivo de Autores em 1993 com o título Metodologia do Ensino da Educação Física. Contudo nos valem de alguns autores para dialogarmos e dissertarmos nesta temática.

Segundo Marilena Chauí (2001) com quem temos acordo, podemos caracterizar a cultura a partir dos seguintes elementos:

1 - Vinda do verbo latino colere, que significa cultivar, criar, tomar conta e cuidar. Cultura significa o cuidado do homem com a natureza. Donde agricultura. Significava também, cuidado dos homens com os deuses. Donde: culto. Significava ainda, o cuidado com a alma e com o corpo das crianças, com sua educação e formação. Donde: puericultura (em latim puer significa menino; pura menina). A cultura era o cultivo ou a educação do espírito das crianças

para tornarem-se membros excelentes ou virtuosos da sociedade pelo aperfeiçoamento e refinamento das qualidades naturais (caráter, índole, temperamento);

2 – A partir do século XVIII, cultura passa a significar os resultados daquela formação ou educação dos seres humanos, resultados expressos em obras, feitos, ações e instituições: as artes, as ciências, a filosofia, os ofícios, a religião e o Estado. Torna-se sinônimo de civilização, pois os pensadores julgavam que os resultados da formação educação aparecem com maior clareza e nitidez na vida social e política ou na vida civil (apalavra civil vem do latim cives, cidadão; civitas, a cidade estada). (CHAUÍ, 2001, p. 292).

A cultura se apresenta segundo Chauí, com dois sentidos. No primeiro a cultura é vista como aprimoramento das crianças pela educação em seu sentido mais amplo, ou seja, não somente pela alfabetização, mas também pela iniciação a vida coletiva, por meio da aprendizagem de manifestações como a dança, ginástica, gramática, poesia, retórica, História, Filosofia, Matemática. A cultura enquanto política consciente e participativa representa a virtuosidade, forma um indivíduo intelectualmente desenvolvido pelo conhecimento das ciências. Nesse sentido a natureza e a cultura não se opõem, pois os seres humanos são

considerados seres vivos e naturais com capacidade de desenvolver cultura. A cultura seria uma segunda natureza que a educação e os costumes acrescentam à natureza bruta do homem, uma natureza adquirida e construída ao longo de toda uma vida em sociedade.

No segundo sentido vemos a separação entre a natureza e a cultura, que é explicado, segundo Chauí, por Kant, que coloca o homem como um ser que é dotado de liberdade e de razão e a natureza mecânica, ou seja, que opera mecanicamente de acordo com as leis naturais. A modernidade, sob influência das idéias iluministas, traz o conceito de natureza como a própria escuridão e a cultura ou o homem culto seria a Luz, o reino da finalidade livre, das escolhas racionais, dos valores, da distinção entre o bem e o mal, verdadeiro e falso, justo e injusto; sagrado e profano; belo e feio. É a própria caracterização da cultura capitalista.

O segundo sentido trazido pelo positivismo passa a dar a cultura um valor de obras humanas que se exprimem numa civilização e, também, passou a significar as relações que os homens socialmente organizados estabelecem com o tempo e com o espaço, com os outros humanos e com a natureza, relações que se transformam. A cultura é o reino da transformação, é a relação dos homens com o tempo e no tempo. A cultura é construída historicamente.

A relação entre cultura e história foi enfatizada primeiramente por Hegel e depois por Marx, segundo Chauí (2001). A história-cultura é o modo como, em condições determinadas e não escolhidas, os homens produzem materialmente, pelo trabalho, pela organização econômica, sua existência e dão sentidos a essa produção material. A cultura como história tem a capacidade de narrar as lutas reais dos seres humanos reais, que produzem e reproduzem suas condições

materiais de existência, isto é, produzem e reproduzem as relações sociais pelas quais distinguem-se da natureza e diferenciam-se uns dos outros em classes sociais antagônicas.

Esse movimento da cultura como história é concretizado pela luta de classes, já que não somente no capitalismo (mas nos detemos nele, pois é nele que nos situamos), entendemos as estruturas sociais como classes sociais que lutam entre si, uma para manter sua posição na sociedade e, a outra, para emergir, para transformar as relações de dominação política, de opressão social e exploração econômica.

Para a antropologia a cultura humana é determinada pela definição de uma lei universal ou para um povo, ou para uma comunidade, sendo lei um imperativo social que organiza toda a vida dos indivíduos e da comunidade, determinando o modo como os costumes são transmitidos ao longo das gerações, como fundam as instituições sociais. A lei não é uma proibição, mas a prova de que os humanos são capazes de criar uma ordem de existência que não é mais natural, é uma ordem simbólica. É por isso que os humanos em comunidades são capazes de se relacionar através de símbolos como o trabalho, palavra, memória e atribuir valores às coisas e aos homens.

A cultura e suas manifestações são então tudo isso: a comunicação, o trabalho, relação com o tempo e espaço enquanto valores, criação de formas expressivas para a relação com o outro com o sagrado e com o tempo (a dança, música, rituais, guerra, paz, pintura, escultura, construção da habitação, culinária, tecelagem e vestuário).

Cultura seria enfim a criação da ordem simbólica da lei; criação de uma ordem simbólica do trabalho; conjunto de práticas, comportamentos ações e instituições pelas quais os humanos se relacionam entre si e com a natureza e dela se distinguem, agindo sobre ela ou através dela, modificando-a. Formando a organização social, sua transformação e sua conservação para as futuras gerações.

Partimos do pressuposto, que vivemos em uma organização econômica a que pertencem comunidades apresentando cada uma delas individualidades que precisam ser respeitadas, mas sem perder a noção do todo, e buscamos no desenvolvimento da pesquisa trabalhar com a valorização da cultura da comunidade através das relações Cultura Corporal e Meio Ambiente, em que particularmente uma se apresenta diferente da outra. As transformações históricas da humanidade se caracterizam pela amplitude e, por tanto, entendemos que a contribuição de estudos sobre as culturas é de extremo valor, mas não podemos perder de vista a análise histórica da sociedade.

“Se, porém, reuniremos o sentido amplo e o sentido restrito, compreendemos que a cultura é a maneira pela qual os humanos se humanizam por meio de práticas que criam a existência social, econômica, política, religiosa, intelectual e artística”. (CHAUÍ, 2001 p.295).

A cultura é invenção da relação com o outro, sendo o outro a natureza, os deuses e os outros humanos, não em uma relação de destruição e de antagonismo, mas em uma relação harmoniosa. Em sociedades como a nossa

onde existe a estratificação das classes o outro também é a outra classe que não a nossa, de modo que, não podemos entender o outro em uma outra sociedade, mas sim na mesma, definindo relações de conflitos, exploração e lutas.

Temos então uma sociedade que constrói cultura e que são seres culturais. A cultura, portanto, não pode de forma nenhuma ser reduzida à arte, música, ou mesmo, a um conhecimento escolar, e sim, como já foi dito, um bem que todos os homens criam ao estabelecerem relações sociais entre si e entre a natureza. O ser humano é então um ser cultural.

Reduzir a cultura a manifestações culturais aprendidas em escola significa negar que vivemos em uma sociedade de classes onde uns podem produzir livremente e ter acesso (conhecer os sentidos) às artes e outros trabalham sem se identificar ao menos no produto final de seu trabalho.

A disciplina ACC EDC 465 “Cultura Corporal e Meio Ambiente”, constrói uma ação direcionada com o objetivo de organizar o trabalho pedagógico a partir da complexidade da vida real, respondendo as problemáticas sobre as questões ambientais e a cultura corporal na comunidade. Essa comunidade, por exemplo, representa uma parte de um todo social capitalista, uma sociedade dividida em classes. Os indivíduos constituem um coletivo de uma classe social ou de outra, onde seus valores são diferentes e até mesmo opostos. As relações não são apenas pessoais, subjetivas, são também, sociais e se estabelecem em instituições como igreja, família, fábrica e partidos políticos. A atividade Curricular em Comunidade oferece a possibilidade de superação da dicotomia trabalho manual e intelectual, através da proposta de organização do trabalho pedagógico centrada no trabalho docente produtivo.

Na sociedade os acontecimentos estão sempre se transformando, a origem e as transformações são contadas de maneiras diversas e de acordo com a funcionalidade e interesses das classes sociais. A sociedade é histórica, construída por classes diferentes e antagônicas e cada um delas estabelece uma visão distinta da realidade e interpreta os fatos diferentemente uma da outra, vemos o que prevalece hegemonicamente na indústria cultural, são as interpretações da classe dominante. E o que prevalece nesta pesquisa é a posição de trabalhar com a classe que está na base da pirâmide, a explorada.

A cultura corporal destaca-se como objeto de estudo da educação física no Brasil a partir da contribuição do Coletivo de Autores em 1992. O livro “Metodologia do Ensino da Educação Física” coloca como eixo teórico da prática pedagógica a cultura corporal⁴⁹ e passa a orientar pesquisas e a construção do trabalho pedagógico no sentido de valorizar as culturas existentes e da ação cultural construída pelo homem, ou seja, a ação histórica.

Trabalhar as questões relativas ao meio ambiente e a cultura corporal exige um entendimento das relações sociais em que vivemos, da cultura construída por essas relações. E a valorização da cultura local, através da valorização das manifestações da cultura corporal para compreensão, construção e reificação de uma autêntica cultura específica da comunidade. O primeiro passo,

⁴⁹ É importante lembrar que entendemos o corpo como a superação da fragmentação entre o corpo e mente. Alguns teóricos principalmente na área da Educação Física buscaram a superação desta fragmentação entre eles podemos citar as contribuições de Medina no livro intitulado, A educação Física cuida do corpo e “mente”, sua primeira edição foi publicada em 1990.

para tanto é, a partir da conscientização e do reconhecimento do estado de ser e estar no mundo enquanto ser histórico e cultural.

O Coletivo de Autores parte da crítica ao conhecimento delimitado e reconhecido como conhecimento da Educação Física para construir uma Educação Física superadora que como uma prática pedagógica no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais construídas historicamente, pela cultura que possuem signos, sentidos e significados: jogo, esporte, dança, ginástica, formas que configuram uma área do conhecimento chamado Cultura Corporal.

Para a compreensão de signo consideramos os estudos de Bakhtin (1979, p. 30) que o considera como uma representação ideológica que não pode entrar no domínio da ideologia sem não tomar forma, criar raízes e adquirir um valor social.

As atividades lúdicas e os jogos na complexidade da Cultura Corporal, trazem em sua forma e sua operação a carga cultural construída historicamente ao longo do desenvolvimento de cada indivíduo. Lúria (2001) afirma que essas marcas culturais se identificam dentro dos processos sociais de organização dos homens, na nossa sociedade capitalista dividida e antagônica.

A história da Educação Física demonstra que a sua legitimação se deu a partir da valorização de práticas e atividades corporais para a valorização e manutenção de corpos saudáveis, buscou cunhar um homem cada vez mais forte, mais ágil, mais veloz e mais empreendedor. Na escola o quadro é ainda pior, a Educação Física assumiu a função também eugenista, higienista, militarista disciplinadora de corpos. Ao longo de sua história outras influências, como a

Psicomotricidade, o humanismo e a proposta de Esporte Para Todos vieram traçando outros caminhos para a Educação Física, contribuindo para consolidar o que hoje chamamos de Cultura Corporal, delimitado como campo teórico que apresenta elementos possíveis de estabelecer relações entre o homem e a natureza.

“O homem se apropria da cultura corporal dispondo sua intencionalidade para o lúdico, o artístico, o agonístico, o estético ou outros, que são representações, idéias conceitos produzidos pela consciência social e que chamaremos de significações objetivas. Em face delas, ele desenvolve um sentido pessoal que exprime sua subjetividade e relaciona as significações objetivas com a realidade da sua própria vida, do seu mundo e de suas motivações... Por tanto os temas da cultura corporal, representa um sentido significado onde se interpretam, dialeticamente a intencionalidade/ objetivos do homem e as intenções objetivas da sociedade”. (Coletivo de Autores, 1993, p. 62).

Se o Campo da Educação Física se consolida a partir e para valores da burguesia capitalista a proposta da cultura corporal caminha em outro sentido. O das possibilidades de construir elementos necessários para revolução social, econômica e cultural.

A cultura corporal permite que cada pessoa participe das mais diversas atividades de forma integral, pois ela pode estabelecer conexões entre sua própria realidade social, interpretando-a e explicando-a a partir interesses e objetivos claros e definidos.

Leontiev (2001) em seus estudos sobre o desenvolvimento da criança e os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar acrescenta que a ação na atividade corporal.

“Não provem da situação imaginária, mas pelo contrário, é esta que nasce da discrepância entre operação e ação; assim não é a imaginação que determina a ação, mas são as condições da ação que tornam necessária a imaginação e dão origem a ela”. (LEONTIEV, 2001, P 127).

O movimento entre o imaginário e o real, representa muito mais do que uma simples atividade corporal criada e imaginada, seja ela completamente competitiva, puramente saudável ou mesmo ingenuamente lúdica. As atividades da cultura corporal são repletas de sentidos e significados da sociedade em geral e, mais especificamente, de cada indivíduo construído socialmente e carregado de representações sociais e de ética.

A complexidade de desenvolver um trabalho que articula Meio Ambiente e Cultura Corporal não pode simplesmente estar pautado nas questões éticas, como sugerem alguns pesquisadores, já citados neste texto. O casamento entre o esporte e meio ambiente não é infeliz, mas esta relação não pode ser reduzida ao estabelecimento de código de ética, de normatizações e fiscalizações. O código

de ética sem autonomia é uma violência o que esta em contradição com a apropriada ética que diz respeito à liberdade de ação.

Segundo Chauí a ética como ideologia a ser seguida e respeitada significa que, em lugar da ação reunir os seres humanos em torno de idéias e práticas positivas de liberdade e felicidade, ele os reúne pelo consenso sob o mal. Torna-se perversa porque toma o presente como fatalidade e anula a marca essencial do sujeito ético e da ação ética, isto é, a liberdade.

A questão central de toda a discussão na área das ciências humanas parece ter um fim em comum, a garantia da qualidade de vida no planeta. Não se pode, portanto debater as questões relativas ao meio ambiente e a cultura corporal, ou mesmo a destruição causada pela prática esportiva, pela necessidade de retorno à ética. A questão parece não ser tão simples. A imposição de uma ética para o comportamento humano diante das desigualdades de vida e de oportunidades do atual sistema capitalista representa uma iniciativa violenta e incentiva a criação de mitos e crenças utópicas. É necessário buscar na essência da nossa cultura a essência da destruição ambiental, o modo de produção capitalista, o trabalho humano explorado.

O fenômeno esportivo no âmbito da cultura corporal se projeta numa dimensão complexa do fenômeno que envolve códigos, sentidos e significados da sociedade que o cria e o pratica. Questionar suas normas, suas condições de adaptação à realidade social e cultural da comunidade que o pratica e o transforma, e resgatando dele o valor que privilegiam o coletivo sobre o individual, defendendo o compromisso da solidariedade e respeito humano, a compreensão de que jogo se faz a dois e de que é preciso jogar com e não contra. Talvez assim

o esporte possa contribuir com as possibilidades de construir relações mais justas entre os seres humanos.

Nesta perspectiva, os estudos sobre o esporte escolar, com contribuição significativa da fenomenologia, trazida pelo professor Kunz, (2003) traz a análise de que o esporte pode ser tematizado com vistas ao desenvolvimento do aluno em relação a determinadas competências da autonomia, da interação social e da competência objetiva, imprescindíveis na formação de sujeitos livres e emancipados. Segundo ele o fenômeno social do esporte pode ser compreendido na sua dimensão polissêmica quando é transformado numa atividade de interesse real dos participantes. Conforme Brodtmann Trebels (1979, apud Kunz 2003), isso significa que compreender o esporte nessa dimensão deve abranger também:

“1- Ter a capacidade de saber se colocar na situação de outros participantes do esporte, especialmente aqueles que não possuem aquelas devidas competências ou habilidades para a modalidade em questão; 2- ser capaz de visualizar componentes socioculturais no campo esportivo (a mercantilização, por exemplo); 3- saber questionar o verdadeiro sentido do esporte por intermédio dessa visão crítica poder avaliá-lo”. (TREBELS, 1979 apud KUNZ, 2003 p 28).

No contexto escolar a proposta de construir possibilidades para um esporte “educativo” significa dizer que ele precisa de uma transformação didático-pedagógica que deve ser oportunizada a reflexão e diálogo sobre essas práticas

para conduzir uma verdadeira superação do esporte e do ensino tradicional. E é na Cultura Corporal que ele encontra base teórica metodológica para a sua ressignificação.

O projeto piloto desenvolvido na UFBA da disciplina ACC EDC 465 - Cultura Corporal e Meio Ambiente assume esse campo de conhecimento como uma possibilidade de concretizar ações entre os pesquisadores da graduação e a própria comunidade. A ação pedagógica pode constatar e explicar as manifestações da cultura corporal seus sentidos e significados na comunidade e suas relações com o trabalho humano para a manutenção da vida, em relação à natureza.

Alguns autores como, Leff (2001), Guimarães (2000), Dias (2000), Gadotti (2000) e Reigota (2001) afirmam que não dá para construir teoria como também implementar projetos de pesquisa na área da Educação Ambiental sem falar da cultura dos povos e das comunidades, sem buscar a valorização de cada expressão cultural advindas dos processos de relação entre o homem e a natureza. A delimitação teórica da ACC EDC 465 - “Cultura Corporal e Meio Ambiente” busca essa construção teórico-metodológica na ação em comunidade.

A valorização da Cultura Corporal como possibilidade de valorização da vida no planeta é uma problemática que deve ser tratado de modo emergencial na formação de professores e está articulada com as relações de trabalho, ou seja, as sociais, culturais e econômicas. É onde o esporte de alto rendimento voltado para o lucro dá vez à economia solidária e passa a representar uma prática cultural da vida humana, uma prática que seja impossível dissociar das atividades naturais e de sobrevivência, entre elas: o trabalho, a cultura e o lazer. Falar sob

esta base teórica é sem dúvida reconhecer a produção que nasce das relações de vida de sobrevivência. O centro do debate está na base material da vida, a economia, que encontra nas relações de trabalho as formas culturais de sobrevivência. Trabalhar com a cultura corporal para a preservação da vida no planeta significa trabalhar com o dia a dia dos trabalhadores, significa oferecer a possibilidade de trabalhar não mais na lógica do esporte espetáculo, mas, em uma lógica que tem como estratégia, a valorização da liberdade, companheirismo, a autogestão, a solidariedade, representando uma opção autônoma de sujeitos.

É a possibilidade de uma economia não mais centrada na acumulação de bens e de capital, mas na valorização da solidariedade, as iniciativas de cooperação, companheirismo, colaboração, comunidade, comunitarismo, coletividade, coordenação, valores que caracterizam uma ação conjunta e solidária. Esta proposta traz como pressuposto a gênese de uma nova cultura de trabalho, a partir dos quais pode se tornar visível à elaboração de um projeto de desenvolvimento tendo em vista interesses dos setores populares. Isto significa trabalhar de acordo com a economia popular proposta por Guitierrez e Gadotti (1999) cujas estratégias objetivam: sobrevivência humana; subsistência humana; e estratégia de vida anticapitalista.

É nas possibilidades de valorização das manifestações da cultura corporal na perspectiva de transformações das relações entre o ser humano, trabalho e meio ambiente que atividades como canoagem, natação, caminhadas, “samba de roda”, pesca, entre outras, que o coletivo da ACC EDC 465 Cultura Corporal e Meio Ambiente, vêm valorizando na consolidação de ações locais sem perder a noção do geral que preserve o trabalho livre, a cultura local e a vida

humana no planeta terra. Essa ação só foi possível pela organização do trabalho pedagógico na formação de professores que tem como centro articulador da construção do conhecimento o trabalho docente, a partir de uma perspectiva interdisciplinar e intercursos que articula ensino, pesquisa e extensão no trato com o conhecimento sobre a Cultura Corporal e Meio Ambiente.

6 - A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ACC: CULTURA CORPORAL E MEIO AMBIENTE



“Com o homem entramos na história (...) os homens fazem eles a sua própria história ...”

(Engels, 1979; p. 26)

A construção do conhecimento enquanto atividade humana está sujeito a leis gerais que regem o desenvolvimento do conhecimento e aos instrumentos criados pela humanidade para superar as limitações humanas de sua capacidade de percepção e observação. Dentro, portanto, de limites históricos levantamos uma possibilidade para a construção do conhecimento a partir de vivência e experiência pedagógica aberta a uma problemática vital para a comunidade, a preservação do meio em que se produz e reproduz a vida. A seguir passaremos a relatar e refletir sobre tal possibilidade.



6.1 - A atividade curricular em comunidade

Nossa pesquisa se encontra entre as que estudam a reestruturação curricular. Atende a uma demanda que foi reconhecida e constatada em estudos anteriores que comprovam a negação, no processo de formação dos professores de Educação Física, o conhecimento sobre a “Cultura Corporal e Meio Ambiente”.

Para respondermos as demandas sobre tal conhecimento desenvolvemos a ACC 465 - “Cultura Corporal e Meio Ambiente”, uma proposta para a reestruturação curricular na formação de professores.

As atividades são oferecidas para os estudantes como atividade curricular que pode ser aproveitada como uma carga horária eletiva ou optativa para a integralização curricular.

É na ação em comunidade que a extensão e a pesquisa se integram com a atividade de ensino. A ACC “Cultura Corporal e Meio Ambiente” originalmente vinculada ao Departamento de Educação Física, Faculdade de

Educação, UFBA foi inicialmente proposto pela Professora Celi N. Z. Taffarel que assumiu a disciplina na condição de coordenadora, contando também com uma monitora, a estudante do curso de licenciatura em Educação Física, Silvana Rosso e com a minha participação na condição de Auxiliar Técnica de Pesquisa Científica e Tutora desta disciplina.

Este coletivo foi reformulado a partir do segundo semestre de funcionamento que correspondeu o período letivo da UFBA de 2002.2, com a colaboração do professor Ney Santos na Coordenação (a) da ACC. Professor Ney na condição também de representante da SETUR, Secretaria de Turismo e Cultura, do município de Vera Cruz e Professor do Departamento de Educação Física/ Faculdade de Educação UFBA tem contribuído significativamente com os estudos. Participaram também os monitores. Em 2002.2 foi o estudante de pedagogia Raimundo dos Santos passando para a estudante de Licenciatura em Ciências Naturais Telma Critiane em 2003.1. que permaneceu na monitoria até 2004.1.

Os dados coletados a partir de fontes primárias e secundárias permitiram sistematizar dados analisados a partir de uma delimitação intencional orientada para o semestre letivo de 2003.2. Este semestre apresentou, cientificamente, contribuições a respeito da produção do conhecimento significativo e foi o semestre letivo completo no que diz respeito ao planejamento e implementação das atividades acadêmicas. A observação e análise dos encontros permitiram reconhecer nas ações nos seminários, participação em congresso, planejamento e vivência da ação pedagógica em comunidade, estudos e debates entre outros, as categorias que emergiram de tais práticas e que permitiram a

discussão sobre a organização do trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento a partir do real concreto da comunidade e suas problemáticas vitais.

A ementa da ACC apresenta como elementos centrais os estudos e vivências práticas acerca da Cultura Corporal e Meio Ambiente no enfrentamento de problemas comunitários concretos e as possibilidades de alterar o trato com o conhecimento no currículo de formação de professores. O objeto e a problematização estão relacionados à organização do trabalho e o trato com o conhecimento sobre o complexo temático “Cultura Corporal e Meio Ambiente”. A ementa constitui elementos significativos para a análise de dados como, por exemplo, os objetivos-avaliação, a organização do trabalho e o trato com o conhecimento, as ações das atividades na comunidade.

A ausência de conhecimentos de caráter interdisciplinar, dialético, contemporâneos e de relevância para a formação de jovens e adultos como Cultura Corporal e Meio Ambiente demonstra que a atual forma de organização das relações de produção capitalista acentua a tendência a destruição do meio ambiente, trabalho, trabalhador, natureza, e que, estas relações se mantêm e se reproduzem no interior dos currículos, por mediações na organização do trabalho. A disciplina propõe, a partir desse reconhecimento, alterações significativas no trato com o conhecimento sobre “homem e meio ambiente”.

Os procedimentos metodológicos ao início do trabalho letivo e muitas vezes, reformulado ao longo do semestre se configuram em garantir o desenvolvimento do projeto em uma perspectiva científica e se constitui de vários momentos.

O primeiro momento foi de constatação dos dados da realidade e diz respeito à produção do conhecimento, legislação, Fóruns e organizações. Identificando e analisando criticamente o “estado da arte” sobre o meio ambiente e cultura corporal, em cada uma destas fontes. O segundo momento foi à preparação e levantamento de dados práticos, teóricos para a compreensão e intervenção no espaço tempo social onde foram realizadas as vivências; planejamento das vivências e seminários interativos e domínio das técnicas de coleta de dados. O terceiro momento foi de ação pedagógica e de influências recíprocas na inter-relação com a comunidade, através de seminários interativos acerca da cultura corporal e meio ambiente e suas relações com a educação. Estágio de vivência interdisciplinar com oficinas, seminários, cursos intensivos, durante um semestre letivo. O quarto momento foi à sistematização teórica que se traduziu em relatório técnico-científico e que se desdobrou em textos para divulgação em periódicos e eventos científicos e na presente dissertação de mestrado.

Os processos avaliativos foram desenvolvidos ao longo do semestre e tiveram como princípios: a avaliação interativo-participativa descritiva e dialógica. Os dados para a avaliação foram coletados em observações e foram relacionados aos objetivos propostos, definidos e assumidos coletivamente. As dimensões cognitivas processuais foram apreendidas através de diversos instrumentos: fichas de registros, entrevistas, relatórios, seminários.

A proposta foi avaliar coletivamente com os participantes, mensalmente todo o processo para redimensionar as ações pedagógicas na formação de

professores. Foi traçado um cronograma de trabalho buscando garantir a organização de todas as tarefas objetivadas no início do trabalho:

Etapas Básicas: Implementar e acompanhar o projeto; Divulgar o projeto, mobilizar a comunidade; Diagnosticar a realidade; Construção dos instrumentos para coleta e sistematização dos dados; Elaboração de projetos participativos, planejamento detalhado da programação específica das oficinas e vivências na comunidade, para atender as necessidades apresentadas; Seminários mensais interativos; Avaliação do processo e seus resultados; Sistematização de todo o material coletado em campo; e Elaboração dos relatórios e divulgação dos resultados.

A ACC/ UFBA propõe que nossa pesquisa assim como qualquer outra atividade dessa espécie produza conhecimentos científicos que possa ser socializado e divulgado garantindo a construção histórica da ciência, neste sentido, como indicadores de produção na ACC EDC - Cultura Corporal em Meio Ambiente, foi apresentado: Produção de textos monográficos em forma de relatório técnico científico elaborado individualmente e pela equipe de 10 estudantes com a coordenação, que foram encaminhados para publicação em periódicos e exposição em evento científico e nos seminários interativos avaliativos na comunidade; Produção coletiva de material didático em forma de vídeo e painel para trabalhar as problemáticas significativas da prática pedagógica; Dissertação de mestrado sobre cultura corporal e meio ambiente; e projetos de doutorado na área de educação ambiental.

Portanto, a base teórica sobre o desenvolvimento do conhecimento considera os graus deste conhecimento, ou seja, os graus de apreensão da

realidade no pensamento, que pressupõe constatações, explicações, proposições, avaliação para novas investigações.

Isto corresponde ao conhecimento organizado de forma espiralada, em ciclos. O ciclo da constatação, da sistematização e generalização, da ampliação e aprofundamento teórico. É pela prática que se elabora teoricamente.



6.2 Caracterização da ação pedagógica

Caracterização da disciplina

1 - Dados de Identificação

1.1 - Denominação

1.1.1 - Título: CULTURA CORPORAL E MEIO AMBIENTE

1.1.2 - Código: ACC EDC 465

1.1.3 - Órgão Proponente: Pro Reitoria de Extensão/ Departamento III – Educação Física FACED/ UFBA

1.2. Vínculos Institucionais:

Internos: LEPEL/ NEPEC

Externo: UFS; UFAL; Dow Química; Prefeitura de Vera Cruz; IBAMA.

1.3 - Participantes

1.3.1 -Professores do Departamento III de Educação Física: Prof^a Dr^a Celi Nelza Zülke Taffarel e Prof^o Jose Ney Santos.

1.3.2 -Monitores (as): Silvana Rosso semestre 2002.1; Raimundo dos Santos semestre 2002.2; Telma Cristiane semestre 2003.1; Telma Cristiane semestre 2003.2; 2004.1 e Rosineide da Silva.

1.3.2 -Tutores (as): Soraya Corrêa Domingues, Terezinha Perin.

1.3.4 - Estudantes: Eliene Campos; Edlena Santos; Denílson Araújo; Katyuche da Costa; Lédna Texeira; Mariane Victal; Quênia Ribeiro; Rosineide da Silva⁵⁰.

1.4- Voluntários participantes do ACC

1.4.1 - Médico Voluntário do Plano de Saúde da Família: Marcus Vinícius do Carmo

1.4.2 - Apoio técnico de Acessória Ambiental: Professor Doutorando Manuel

1.4.3 – Professoras Pedagogas: Andréa Xavier; Nívia Telles.

1.5- Participantes do Distrito de Matarandiba e Prefeitura de Vera Cruz

1.5.1 - Outros moradores de Matarandiba: Sr. Julivaldo Silva dos Santos; Sr. Valfredo dos Santos Calmon; Sr. José Carlos dos Santos.

1.5.2 - Secretaria de Turismo e Meio Ambiente

Secretária da SETUR, Sra. Eliana Brito Rocha; Assessor de Comunicação de Matarandiba e a Prefeitura de Vera Cruz: Sr. Ubirani.

1.5.3 - Prefeitura de Vera Cruz/ 2003

Secretária de Turismo Jaciara Pimenta

1.5.4 - IBAMA

⁵⁰ Outros estudantes contribuíram na construção da atividade curricular em comunidade e pode ser verificado em anexo D.

José Magalhães – Gerente regional de pesca

Ciomara - Departamento de Educação Ambiental

1. 5. 5 - ESCOLA JUVENAL GALVÃO

Diretora Vera Lúcia



6.2.1 - A região

A atividade curricular em comunidade se propõe trabalhar e desenvolver ações no mundo concreto. A disciplina ACC 465 - “Cultura Corporal e Meio Ambiente” desenvolve o ensino, pesquisa e extensão com os estudantes da graduação e da pós-graduação na comunidade de Matarandiba.

O trabalho desenvolvido em uma comunidade considerou o espaço local histórico e temporal e representa o mundo e as relações de trabalho e de cultura globais construídas historicamente. Segundo Milton Santos

“Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”. (SANTOS, 2002, p. 339).

A importância de analisar como as atividades curriculares em comunidade se desenvolveu em um povoado, está no fato de que, os problemas relacionados

à destruição ambiental, nesta localidade, estão intrinsecamente relacionados com as organizações de trabalho no mundo capitalista. Não é organizar o trabalho pedagógico para a construção do conhecimento sobre cultura corporal e meio ambiente em qualquer lugar, mas entender como um determinado espaço pode representar socialmente respeitando como afirma Milton Santos, (2002) as características da territorialidade do local e sua relação com o global.

A caracterização da região é uma possibilidade de identificação dos elementos que contribuíram para a construção desta pesquisa. Matarandiba é uma pequena ilha que fica na contra costa da ilha de Itaparica e apresenta em seu litoral Mata Atlântica ainda primária e mangue. A população vive basicamente da pesca e da catação de mariscos. Matarandiba representa uma das áreas com sérias ameaças de destruição é o litoral baiano, inclusive o litoral das ilhas, entre as quais a Ilha de Vera Cruz. A escolha da localidade se deve por três razões:

1. Atender as necessidades do objeto de investigação da pesquisa, meio ambiente e cultura corporal;
2. As demandas da comunidade pesquisada, ameaças de deteriorização do meio ambiente;
3. As necessidades educacionais da região pesquisada em relação à formação de professores.

Primeiramente foi considerado o reconhecimento prévio da região pelo Professor e ex-secretário de Turismo da Ilha de Vera Cruz, Ney Santos que apresentou para o nosso coletivo de pesquisadores a possibilidade de trabalhar em comunidades como Baiacu e Matarandiba, cujas condições sociais e relações econômicas estão centradas no turismo. Secundariamente foi identificada a região

de Matarandiba estratégica para a ação pedagógica, especificamente, na escola e em toda a comunidade. A caracterização de Matarandiba foi realizada a partir da análise de dados coletados por relatórios resultantes de observações realizadas diretamente no local, questionário⁵¹ com os moradores, fotos⁵², filmagens⁵³ e conversas informais.

A análise desses relatórios nos permite afirmar que Matarandiba é uma região ou povoado da contra costa da Ilha de Itaparica regida pela prefeitura de Vera Cruz, possui entre 400 a 500 moradores entre crianças, jovens, adultos e idosos. A população vive na costa da Ilha à beira mar, muitos são descendentes da mesma família, ou são amigos e vizinhos desde a infância.

O serviço público do local se restringe a duas escolas de ensino infantil e fundamental até a 4º série e um posto médico-odontológico que funciona muito raramente, segundo depoimentos dos moradores, pois não há funcionários trabalhando diariamente no local.

As áreas de lazer correspondem: uma quadra poliesportiva, um campo de futebol de grama, um campo de futebol de areia e uma pracinha com brinquedos infantis. Possui também duas igrejas, sendo uma católica e outra protestante. Além disso, existem uns cinco bares ou boteco que também funcionam à tarde e à noite com músicas populares, regionais e nativas.

A população hoje está restrita a atividades de manifestação da cultura corporal como dança, esporte e jogos, seguindo os padrões sugeridos pelos meios

⁵¹ O questionário foi elaborado pelo coletivo de estudantes, professores e pesquisadores que participaram das atividades curricular em comunidade.

⁵² As fotos foram registradas ao longo dos cinco semestres de atividades curricular em comunidade, ocupando o valor de dados coletados tanto para esta pesquisa quanto para os estudantes que ao iniciarem o semestre conhecem a comunidade através de depoimentos e dos registros relatórios, fotos e filmagens.

⁵³ Idem a nota 40.

de comunicação de massa como televisão e rádio. Segundo os questionários aplicados, as atividades corporais estão relacionadas ao futebol, ao pagode “Baixaria”, e as atividades ligadas ao trabalho corporal, como caça, caminhadas, natação, pesca, canoagem entre outros. Algumas atividades como o samba de roda e o festival de canoa faziam parte da cultura local e com o tempo foi desaparecendo.

As condições físicas das casas são descritas segundo o seu aspecto físico. São rebocadas, na sua grande maioria e possuem fossa séptica e luz elétrica⁵⁴.

A comunidade possui uma Associação de Moradores que é liderada por “Lico” e “Bira”. Nossas relações com a comunidade se estabelecem através, primeiramente, dessa Associação de Moradores, com as escolas e diretamente com os próprios moradores.

É importante também deixar registrado que existe e funciona o Telecurso segundo grau além de outros projetos ligados a TV Futura e à Dow Química. No semestre de 2003.2, formou-se a primeira turma do Telecurso Segundo Grau.

A Dow Química é uma das indústrias da região que manipula produtos químicos e emprega trabalhadores não especializados. Os técnicos de alta especialização são de fora da região. A empresa é uma das que compromete a qualidade e preservação do meio ambiente no local, apesar dos cuidados que toma em transportar produtos químicos pelo subsolo. A indústria retém a maior

⁵⁴ Segundo resultados de questionários aplicados durante três semestres na comunidade. Identificando dados a respeito do trabalho, atividades da cultura corporal, escolaridade, moradia e saneamento básico.

parte das terras, que segundo as informações em relatos de entrevistas representa cerca de 90%, e a população em geral fica restrita a uma pequena parcela, chamada colônia dos pesquisadores, localizada a beira mar. A questão ambiental em decorrência da indústria foi um ponto de restrição no nosso trabalho.



6.2.2 - Os encontros

A ACC/ UFBA, caracterizado como atividade de ensino, pesquisa e extensão, foram concretizadas no relato e exposição detalhada do desenvolvimento das atividades do ACC 465 – Cultura Corporal e Meio Ambiente, também na discussão sobre a base legal e a proposta da UFBA de atividades curriculares em comunidade. Após a exposição dos dados que nos identificam institucionalmente, é apresentada a série de atividades desenvolvidas no Semestre de 2003.2 que perfazem um total de 21 (vinte e uma) atividades, sendo que 18 foram aulas dentro do horário previamente estipulado e 3 foram encontros fora da UFBA. Todas estas atividades que inter-relacionaram alunos da graduação e da pós-graduação e participantes do Projeto Cultura Corporal e Meio Ambiente.

A confrontação com dados da realidade, a problematização conseqüente, a organização de instrumentos para coleta de dados, a sistematização e interpretação crítica dos dados e, por fim, a exposição,

propositiva caracteriza outra perspectiva que supera os limites do ensino tradicional, de caráter reprodutivista, bancário, como diria Paulo Freire (1982). Apresentamos aqui uma proposta empírico-analítica que entende o pesquisador não como um ser onipotente, não questionável e os demais meros auxiliares ou objetos investigativos, mas sim como agentes que constroem juntamente com a comunidade soluções para as problemáticas significativas investigadas nesta realidade.

Professores, alunos e participantes assumem responsabilidades na produção e desenvolvimento das ações e as elaborações teóricas são exigidas de todos. Portanto, busca-se superar a perspectiva fragmentada e divisionista entre uns que pensam e outros que fazem, esta pesquisa buscou desenvolver através da autogestão dos alunos o conhecimento científico a respeito da Cultura Corporal e Meio Ambiente.

Encontro 1 - 14 DE JANEIRO DE 2004

Tema

Apresentação da disciplina

Objetivo

Apresentação dos alunos e diálogo sobre o tema da disciplina. Conhecimento, análise e contribuições para as propostas e os objetivos.

Procedimento de ensino

Exposição sobre nexos teóricos da disciplina, seu nascimento e desenvolvimento. O conhecimento cultura corporal e meio ambiente e a relação com o Grupo LEPEL/ FACED/ UFBA, a pós-graduação e a reestruturação curricular e com a

comunidade de Matarandiba. Foram estabelecidos em coletivo às metas, a metodologia e a avaliação de acordo com o objetivo da atividade.

Conteúdo: Crítica ao modo de produção da vida capitalista e sua expressão na organização do trabalho pedagógico na universidade.

Encaminhamentos

- Leitura e debate para a próxima aula dos textos PEA e PNEA
- Indicação de data para a 1º viagem: 07/02/2004

Encontro 2 - 21 DE JANEIRO DE 2004

Tema

Política Nacional de Educação Ambiental e Programa de Educação Ambiental.

Objetivo

Análise crítica e debate para a sistematização da temática sobre a política de educação ambiental e programa de educação ambiental.

Procedimento de ensino

Apresentações e debate sobre o conteúdo dos documentos PEA e PNEA, coordenados pelos seus respectivos grupos.

Conteúdo: Relações entre Estado e Sociedade: A questão das políticas públicas de Estado e de Governo.

Encaminhamentos

- Elaboração teórica: resenha de textos PEA e PNEA, para entregar no dia 28/01/2004.
- Leitura e debate do livro A Modernidade Insustentável de Héctor Ricardo Leis, para dia 28/01/2004.

Encontro 3 - 28 DE JANEIRO DE 2004**Tema**

A questão ambiental, sociedade, mercado e estado.

Objetivo

Sistematização do conhecimento a respeito do meio ambiente, apresentação e socialização do conhecimento com o grupo sobre as relações entre questão ambiental, sociedade, mercado e estado.

Procedimento de ensino

Apresentação dos grupos sobre o livro do autor Enrique Leff: Saber Ambiental. Debate dos aspectos relevantes para a disciplina e a identificação das relações entre esses conhecimentos e a cultura corporal e meio ambiente. Temas abordados: A Revolução ambiental da sociedade civil; A chegada da ecologia ao estado; O mercado e o desenvolvimento sustentável.

Conteúdo: Organização do trabalho: ontogênese Como o homem se transforma em homem pelo trabalho humano. A dupla caracterização do trabalho. O trabalho no modo de produção capitalista. A exploração/ exploração e a alienação humana.

Encontro 4 - 04 DE FEVEREIRO DE 2004**Tema**

O conhecimento sistematizado e acumulado por esta disciplina.

Objetivo

Conhecimento do material produzido pelo coletivo de semestre passado para síntese, avaliação e superação.

Procedimento de ensino

- Leitura dos relatórios das atividades em comunidade curricular dos semestres passados. Debate e questionamentos destacando as ações já consolidadas por este coletivo e as demandas futuras para a comunidade.
- Vivência da atividade da cultura corporal trabalhando a confiança.

Conteúdo: A forma. Os relatórios: Descrição densa da realidade. Análise de conteúdo dos documentos produzidos. O conhecimento acumulado. O método do conhecimento. Do singular ao geral.

Encaminhamentos

Organização de um cronograma de atividades da cultura corporal proposta pelos estudantes, sendo em cada encontro um estudante se responsabilizou por uma atividade da cultura corporal relacionando com a temática ambiental.

Informes

Abertura da ACC, no Palácio da Reitoria as 19h00minh, com entrega das camisas e lançamento do livro: rascunho digital em homenagem a Felipe Serpa do qual consta texto com o dialogo entre Felipe Serpa e a professora Celi Taffarel sobre as determinações históricas do processo de destruição das forças produtivas.

Encontro 5 - 11 DE FEVEREIRO DE 2004

Tema

Organização pedagógica da visita científica na comunidade.

Objetivo

Apropriação dos instrumentos de abordagem e de coleta de dados.

Procedimento de ensino

- Realização de debate sobre a importância do trabalho em comunidade e os cuidados ao se aproximar de uma comunidade pelos meios da ciência, respeitando e valorizando a cultura local.
- Leitura e análise do instrumento de abordagem, o questionário, construído pelos estudantes dos semestres anteriores.
- Vivência da atividade da cultura corporal, título: Forma de figura em coletivo; e depois a avaliação da atividade.

Conteúdo: O método para conhecer o Real. Os instrumentos de pensamento e de pesquisa para apreender o real. A preparação dos instrumentos: de pensamento e de pesquisa.

Informes

- Reunião do MST, oficinas dias 5, 6, 7 e 8 de março no centro de convivência em Ondina.
- Aula extra no dia 17/02/04 (terça-feira) 18h30minh, para organização da ida a campo, comentários e discussão da oficina do MST.

Pré - Programação da Visita Científica nº 1 dia 14/02/2004

- Chegada na lancha 06h30minh para travessia da Bahia de Todos os Santos. Todos os detalhes do meio ambiente são levantados para a reflexão sobre a deteriorização do meio ambiente, em decorrência dos hábitos de vida e dos costumes da população em geral. A mão do homem construindo a cultura e a geografia.
- Atividades: diagnóstico da comunidade pelos instrumentos de pesquisa, entrevistas abertas, questionários. Estes instrumentos inicialmente

esboçados na Universidade em forma de minuta foram amplamente explicados e reformulados de acordo com as contribuições da comunidade.

- Volta: 17h00min em Mar Grande, chegada em Salvador as 18h00minh.
- Equipamentos necessários: caderno, papel, caneta, protetor solar, vestimenta leves.

Encontro 6 - 14 DE FEVEREIRO DE 2004

1º Visita científica à comunidade

A primeira atividade foi de diagnóstico da comunidade realizado através da caminhada no povoado e no seu entorno, para o reconhecimento físico da região, entrevistas e aplicação dos questionários. Os dados anotados, registrados em fotos, filmagens foram sistematicamente organizados em mapas de dados de onde abstraímos os elementos para a reflexão.

Conteúdo: As constatações dos dados da realidade. O contexto e sua construção histórica. As possibilidades de registros e documentações para posteriores análises.

Encontro 7 - 17 DE FEVEREIRO DE 2004

Tema

Avaliação da visita científica

Objetivo

Avaliação e Socialização das atividades vivenciadas na comunidade de Matarandiba por cada estudante através da indicação de categorias analíticas que permitiram organizar o pensamento e aprofundar o debate identificando as conquistas, os avanços e indicando os pontos de superação nas ações pedagógicas.

Procedimento de ensino

Relato oral de cada estudante, sistematização das contribuições e o debate coletivo identificando as conquistas, os avanços e indicando os pontos de superação com a elaboração de nova síntese.

Observações

Registro sintético do depoimento dos estudantes sobre a primeira visita científica.

Os aspectos considerados em geral dizem respeito à:

- Troca de conhecimento entre a comunidade acadêmica e a comunidade de Matarandiba, reconhecendo ser importante para os estudos na formação profissional o contato com a realidade em atividades científicas, assim como é importante para a comunidade a ação com a abordagem de problemas vitais como são as questões relacionadas com a Cultura Corporal e Meio Ambiente;
- Reconhecimento físico da comunidade associando às questões relativas ao meio ambiente, como a vegetação, lixo, saneamento básico, moradia, instrumentos de trabalho, área para lazer entre outros. Identificando esses como aspectos que incidem em problemas de saúde.
- A condição econômica da comunidade constituída de trabalhadores de baixa renda
- Recepção da comunidade calorosa e afável, demonstrando-se respeito e consideração mútua.
- Aspectos relacionados a evidências de indústria e exploração como o portão que solicita identificação ao entrar em Matarandiba, canos e dutos

instalado por toda a ilha, a exploração subterrânea com uma mínima alteração no solo.

- Percepção de aspectos da cultura e do trabalho como a caça, para a sua própria alimentação a pesca com bomba, proibida, mas ainda realizada.
- Identificação da falta de políticas públicas relacionadas principalmente a educação, saúde, moradia e transporte.
- O reconhecimento das casas de comércio da região, o que vendem como trabalham e como são reconhecidos. O comércio local é de pequeno porte.
- O nível de educação e escolaridade dos moradores é baixo e o grau de escolarização não completa 8 anos para a maioria dos moradores.
- A atividade da visita científica como um instrumento de integração entre os estudantes e professores da disciplina e as influências recíprocas com a comunidade.
- O trato com o corpo. As mulheres e os homens evidenciam marcas corporais resultantes do trabalho duro e pesado tanto na lida doméstica das mulheres na casa e na pesca e caça, ou no trabalho na fábrica, na roça e no comércio.
- Existem evidência do mau trato da mulher. A falta de informação, de cuidados básicos.
- Falta percepção dos problemas ambientais gerados tanto pelas pessoas, pelas famílias, pela indústria e pelo comércio. A caça e pesca depredatória são evidências da falta de consciência da relação com o meio ambiente.

- Destacou-se a capacidade de auto-organização dos estudantes quando estão na realidade concreta, resolvendo problemas concretos.

Registro de sugestões dos estudantes para ações na comunidade:

- Trabalhar a cultura corporal e meio ambiente para a valorização do mar e da terra;
- Realização de uma peça de teatro para apresentação na comunidade com a comunidade, para conscientizá-la das questões ambientais.
- Realização de exames médicos básicos para identificar condições de saúde da população, as doenças parasitárias e infectas contagiosas.
- Elaboração de um mini projeto para tratamento do lixo doméstico, comercial e industrial.
- Realização de mutirão para limpeza e cursos sobre reciclagem;
- Participação das atividades da cultura corporal da comunidade como, festivais, folguedos, brincadeiras, jogos, danças.

Conteúdo: Das constatações, as explicações às avaliações e proposições superadoras. As categorias do pensamento. Categorias analíticas: o real, as contradições e a superação. As categorias empíricas: a organização do trabalho, da vida e a relação com o meio ambiente e o trabalho pedagógico.

Encontro 8 - 03 DE MARÇO DE 2004

Tema

Planejamento pedagógico dia Internacional da Mulher

Objetivo

Elaboração do planejamento das oficinas oferecidas no Acampamento de Comemoração do Dia Internacional da Mulher, Atividades pedagógicas com as trabalhadoras rurais sem terra do MST.

Procedimento de ensino

Construção em coletivo de oficinas pedagógicas. Exposição de uma matriz teórico-metodológica e detalhamento dos conteúdos a serem tratados por cada oficina a ser oferecida.

- Leitura e debate sobre a história e as bases políticas de lutas contra o latifúndio e a propriedade privada da terra. O papel da mulher nas lutas camponesas. Os Instrumentos de ensino e pesquisa: sitio www.globus.com.br/cjbnet/mst/ e www.mst.org.br.
- Sistematização das oficinas a partir de uma matriz teórico-metodológica que explica a luta pela terra, o trabalho e a educação no campo.
- Vivência e debate sobre a atividade proposta pela estudante Lédna, título: Dança e liberdade.

Conteúdo: A autodeterminação e auto-organização a partir do real concreto, na luta contra a divisão social do trabalho e a propriedade capitalista.

Encontro 9 e 10 - 06 e 07 de MARÇO DE 2004

Tema

Acampamento em homenagem ao dia internacional da mulher.

Objetivo

Conhecimento do MTS e sua importância para os estudos sobre cultura corporal e meio ambiente. Vivência de coordenação em atividades pedagógicas.

Procedimento de ensino

Participação e realização no acampamento em homenagem ao dia internacional da mulher e do Movimento MST. Participação na organização do evento como um todo e na coordenação das oficinas sistematizadas a seguir:

- Teatro e meio ambiente/ Estudantes coordenadoras: Telma e Paulla
- Amamentação/ Estudantes coordenadoras: Quênia e Edlena
- Lixo: reciclagem e reaproveitamento/ Estudantes coordenadoras: Eliene e Katyuche
- Lixo: higiene e manuseio/ Estudantes coordenadoras: Lédna e Roseneide

Conteúdo: A divisão social do trabalho e a propriedade privada da terra. A luta contra o latifúndio.

Encontro 11 -10 DE MARÇO DE 2004

Tema

Cultura Corporal

Objetivo

Socialização e debate sobre as possibilidades de desenvolver a atividade de cultura corporal proposta pela estudante Edlena na comunidade de Matarandiba.

Procedimento de ensino

Vivência da atividade de cultura corporal proposta pela estudante Edlena, analisando e refletindo sobre as possibilidades de desenvolver esta atividade na comunidade.

Conteúdo: As necessidades humanas para manter a vida. O trabalho humano para manter a vida. A cultura para produzir e reproduzir os meios de garantir a vida. As atividades referenciadas na corporalidade. A cultura corporal. Os jogos, danças, folguedos, ginástica, esporte.

Encaminhamentos

- Entrega do relatório técnico científico das atividades desenvolvidas no dia internacional da Mulher.
- Indicação de datas para apresentação dos grupos responsáveis em trabalhar com os seguintes temas: Planetariedade e terra a vista! (17/03/2004); Sociedade sustentável (24/03/2004); Cidadania planetária (31/03/2004); A terra como paradigma (07/04/2004).

Encontro 12 - 17 DE MARÇO DE 2004

Tema

Educação ambiental

Objetivo

Conhecimento dos aspectos históricos, pedagógicos, culturais da Educação Ambiental.

Procedimento de ensino

Vivência da atividade coordenada pela estudante Roseneide, título Roda Viva. Debate sobre a Educação Ambiental a partir da leitura crítica, análise, socialização no coletivo Instrumento de ensino: texto Planetariedade e terra à vista! Corresponde um capítulo do Livro Pedagogia da Terra autor Moacir Gadotti, 2000.

Conteúdo: A relação do homem com o meio ambiente. O padrão da relação. O padrão de exploração/exploração. A educação pela preservação do meio ambiente.

Informes

- 25/03/04 - palestra com Enrique Leff dia na associação comercial, Comercio às 19h00minh;
- 25/03/04 – reunião de monitoria na pró-reitoria de extensão às 17h00minh.

Encontro 13 - 24 DE MARÇO DE 2004

Tema

IV Congresso Nacional do Ministério do Meio Ambiente

Objetivo

Conhecimento e análise crítica das políticas públicas propostas pelo ministério do Meio Ambiente.

Procedimento de ensino

Participação da palestra de abertura do IV Congresso Nacional do Ministério do Meio Ambiente, presidida pela Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Local do congresso Salvador, Ondina, Hotel Othon.

Conteúdo: A relação Sociedade-Estados. As políticas de Estado e as políticas de Governo. O Bloco Histórico Hegemônico as políticas ambientais.

Informes.

Reunião de monitores no dia 25/03/04 na pró-reitoria de extensão

Encontro 14 - 31 DE MARÇO DE 2004

Tema

Educação e Sociedade Sustentável

Objetivo

Conhecer e analisar as questões relativas às relações entre a sociedade capitalista e a possibilidade de construção de uma educação para preservação do meio ambiente.

Procedimento de ensino

Vivência da atividade da cultura corporal, título: “passeio pela FACED, reconhecendo seu espaço”, coordenada pela estudante Paulla. Debate sobre temática educação e sociedade sustentável. Instrumento de ensino: texto Educação e Sociedade Sustentável (*Ibdem, Idem*).

Conteúdo: A escola capitalista e as possibilidades da educação emancipatória. A superação da alienação.

Encaminhamentos

Indicativo de viagem 17/04/2004

Informes

- Relato sintético sobre a reunião de monitores das ACC realizada dia 25/03/04 na pró-reitoria de extensão;
- 1º e 14 de abril, paralisação dos servidores públicos federal; Congresso de Meio Ambiente, a maioria dos alunos foram;
- Inscrição efetivada do trabalho no Coned (Congresso Nacional de Educação) que será realizado em Recife - Pernambuco no período de 2 a 5 de maio de 2004;
- Visita ao Ibama 25/04/2004;

- Exposição do calendário aprovado pela congregação da UFBA para o semestre de 2004.1 e 2004.2.

Encontro 15 - 07 DE ABRIL DE 2004

Tema

Cidadania Planetária e Cultura Corporal

Objetivo

Aprofundamento e análise crítica das relações entre cidadania, globalização e a valorização da cultura.

Procedimento de ensino

Vivência da atividade da cultura corporal proposta pela estudante Mariane, título: “Retrato imaginado”. Debate sobre a temática específica e as relações entre a atividade da cultura corporal vivenciada. Instrumento de ensino: texto Capítulo Cidadania Planetária do livro Pedagogia da terra de Moacir Gadotti, 2000.

Conteúdos: O Projeto de mundialização do capital e da educação. A globalização dos interesses do capital. As resistências. A luta pela cidadania.

Encontro 16 - 14 DE ABRIL DE 2004

Tema: Cultura Corporal e Meio Ambiente

Objetivo

Conhecimento e reconhecimento dos elementos constitutivos da atividade vivenciada e contextualização nos ciclos temáticos de desenvolvimento sistematizado pelo livro Metodologia do Ensino da Educação Física do coletivo de autores. Identificação da importância da valorização da cultura corporal para a preservação ambiental. Sistematização de ações para a visita científica.

Procedimento de ensino

Vivência da atividade da cultura corporal proposta por Katiuche título: no escuro, debate sobre as possibilidades de experimentar esta atividade na comunidade.

Planejamento das atividades a serem desenvolvidas na comunidade.

Conteúdos: A organização do conhecimento em ciclos de ensino – constatar, generalizar, explicar, propor, superar.

Informes

Lançamento do processo eleitoral no ANDES - SN

Encontro 17 - 17 de abril

2º ida à comunidade

Os objetivos da viagem e a organização das atividades foram alterados. Chegamos a Matarandiba às 10h00min horas. Reunião entre os estudantes e os professores para a reorganização em coletivo das atividades propostas. A reorganização estabeleceu como novo objetivo desta visita: a realização do convite domiciliar a todos os moradores para participarem do curso de formação de agentes ambientais que será realizado no dia 08 de maio de 2004.

Programação para esta visita científica foi à participação dos estudantes em atividades pedagógicas desenvolvidas na formatura dos alunos do Telecurso 2º grau. O convite foi feito pelos próprios formandos e a Associação de Moradores. Mas ocorreu um imprevisto e a formatura foi antecipada para sexta-feira, dia 16 de abril. Por falta de comunicação, não foi possível antecipar a viagem.

O destaque da visita foi às observações coletadas pelos estudantes em contato direto e informal com os moradores, em uma vivência rica de diálogos.

Conteúdos: O conhecimento imediato da realidade. As representações a partir dos dados sensitivos. O conhecimento elaborado cientificamente. A proposta de curso de formação de agentes ambiental.

Encontro 18 - 28 DE ABRIL DE 2004

Tema

- Terra, elemento indispensável para a vida.
- Avaliação

Objetivo

- Reconhecimento da importância da terra saudável para a preservação da vida, assim como a identificação de que todos são necessários para equilibrar a relação ser humano e meio ambiente.
- Avaliação de todos os aspectos relativos à presença, produtividade, pendências Esta avaliação tem como objetivo, a identificação dos limites e de dificuldades do grupo e a proposição de superação para os próximos encontros.

Procedimento de ensino

- Vivência da atividade da cultura corporal proposta pela estudante Eliene, título: “Atividade Lúdica” relacionando com os elementos centrais do texto a Terra como Paradigma do livro Pedagogia da Terra de Moacir Gadotti, 2000, lido e apresentado pelo grupo.
- Em coletivo a exposição de todas as atividades vivenciadas até o momento, identificando o que foi produzido e o que ficou de pendências.

Conteúdos: A relação do homem com a terra. Da propriedade tribal a propriedade privada da terra. Meios e procedimentos para a elaboração do conhecimento sobre os padrões de relação. O balanço do conhecimento produzido. Da superação do senso comum, pela prática, a consciência filosófica.

Encontro 19 - 05 DE MAIO DE 2004

Tema

Organização pedagógica da visita à comunidade

Objetivos

Exposição, organização e programação de ação para a visita científica. Identificação dos aspectos a serem superados, buscando atender a demanda tanto da comunidade quanto dos estudantes da disciplina. Vivência da atividade proposta pelo estudante Denílson discutindo e contextualizando na cultura corporal meio ambiente.

Procedimento de ensino

- Organização em coletivo da programação de ações do dia da visita científica. O coletivo propôs a realização do curso de agentes ambientais garantindo desenvolvimento de atividades para adultos e crianças e a sistematização de temas relevantes e possíveis de ser trabalhado nas oficinas. Observações sobre o curso: esta programação pode ser modificada de acordo com as demandas locais da comunidade.
- Vivência da atividade corporal proposta pelo estudante Denílson.

Conteúdos: Possibilidades de organizar o trabalho pedagógico na atividade curricular em comunidade. O conhecimento e a aprendizagem. A autodeterminação e auto-organização

Encontro 20 - 08 DE MAIO DE 2004**3º Visita científica à comunidade**

ATIVIDADE NA ILHA

Curso de formação de Agentes Ambientais, Local: Matarandiba dias: 08 e 09 de maio de 2004.

Programação

Hora	Atividade	local	responsável
9:00 às 10:00h	Convite	Rua	Todos
10:30 às 12:30h	Ciranda	Escola	Todos
14:00 às 15:00h	Palestra de abertura	Escola	Ney Santos
15:00 às 18:00h	Oficinas (3)*	Salas Escola	Todos
18:00 às 20:30h	Encerramento	Escola	Soraya, Telma e Ney

As oficinas: 15:00 às 18:00h

1 – Saúde

Responsáveis Marcus Vinícius do Carmo e Quênia

Detalhamento da atividade: Dinâmica da caixa; Xerox do material de higiene; Ida ao mangue.

2 – Lixo, Reciclagem e Coleta seletiva.

Responsáveis Eliene, Lédna e Rose.

Detalhamento da atividade: Recolher material; Tempo de decomposição na natureza; Caixa de coleta seletiva (pedir nos estabelecimentos de lá); Material reciclado; Reutilização/ plástico e papel.

3 – O Teatro e Meio Ambiente

Responsáveis Telma, Paulla e Katyuche.

Detalhamento da atividade: da cultura corporal proposta por Edlena; Peça – leitura e modificações; Ensaio geral e apresentação; Discussão.

4 – Comércio

Responsáveis Denílson e Lena

Detalhamento da atividade: Apresentação dos dados; Material do SEBRAE para abrir empresa; Higiene sanitária.

5 – Alfabetização

Responsáveis Andréa, Nívia e Mariane

Detalhamento da atividade: exposição oral da importância da leitura para o conhecimento da vida.

6 – Ciranda

Todos os estudantes são responsáveis:

De idade entre 2 a 7 anos: Quênia, Denílson, Katyuche, Mariane e Roseneide.

De idade entre 8 a 14 anos: Paulla, Eliene, Lédna e Telma.

Relatório sintético da 3º visita científica à comunidade.

- Vivência de jogos e outras afetividades lúdicas com as crianças relacionando o tema cultura corporal e meio ambiente.

- Palestra de abertura do curso sobre o projeto da UFBA/ ACC EDC 465 Cultura Corporal e Meio Ambiente presidida pelos professores e estudantes. Tema o que já foi construído e ações futuras desse projeto.
- Desenvolvimento de oficinas teórico-práticas.
- Encerramento - Debate avaliando em coletivo, moradores, estudantes e professores as ações desenvolvidas por este projeto e identificação de expectativas da comunidade.

Os resultados da 3º visita científica à comunidade.

O resultado desta visita foi à participação de dezenove moradores da comunidade de Matarandiba que participaram das atividades e receberam um certificado de agentes ambientais. Esses agentes têm a responsabilidade de multiplicar os conhecimentos construídos neste curso e integrar junto com os estudantes da UFBA/ ACC Cultura Corporal e Meio Ambiente um coletivo que lute pela valorização da vida em Matarandiba e no planeta.

Sugestões dos estudantes a partir da avaliação do evento

A sugestão para o próximo semestre é que este curso pode ser algo mais amplo, articulando pesquisadores da área do meio ambiente e cultura corporal, com carga horária de 16 horas em Salvador, levando o grupo para conhecer a Faculdade, ir ao Instituto de Química ver a coleta seletiva de lixo, parque de Pituaçu, conhecer os projetos da LIMPURB, usar os espaços e equipamentos da Faculdade de Educação.

Conteúdos: O trato com o conhecimento sobre as relações cultura corporal e meio ambiente e a ação desenvolvida na comunidade

Encontro 21 - 12 DE MAIO DE 2004**Tema**

Avaliação das atividades do semestre.

Objetivo

Identificação dos objetivos propostos inicialmente pelo coletivo apontando o que foi realmente alcançado e que não foi e os pontos de superação, assim como sugestões para o próximo semestre.

Procedimento de ensino

Exposição oral de todos os elementos relevantes para a avaliação das atividades do semestre, identificação dos pontos de superação e os limites da disciplina.

Observações sobre as avaliações dos estudantes

- Desenvolvimento de trabalho em um coletivo. O grupo produziu conhecimento no campo do meio ambiente e cultura corporal, planejou e implementou ações pedagógicas, identificou e avaliou as demandas da comunidade e os limites do grupo e buscou a superação dessas condições.
- Os conteúdos trabalhados foram relacionados com a formação social do homem através do trabalho, suas relações sociais, os padrões existentes de produção, dominação e exploração da natureza e dos homens entre si, as conseqüências sociais de tais relações às possibilidades de alteração. Sentido e significação dos conteúdos relacionados com ávida na terra. A capacidade de articulação entre a teoria e a prática problematiza o tema central da disciplina contextualizando com a realidade.

- A participação nas ações concretas na comunidade como um elemento de superação da fragmentação do conhecimento científico. Trazendo para o centro do processo de formação de professores o trabalho produtivo neste caso docente possibilitado pela proposta da ACC/ UFBA que articula o ensino, a pesquisa e a extensão.
- A relação estudante professor, passa da centralidade dos conhecimentos trazidos pelo professor para a possibilidade de professores e estudantes trabalharem na realidade concreta, sendo este o ponto e a matriz para a formação de professores.
- Compromisso social ao construir o conhecimento a partir da relação comunidade e universidade, organizando o trabalho pedagógico de acordo com as necessidades da comunidade pesquisada e não mais com os interesses puramente científicos.
- Participação em movimentos sociais. As atividades “extras” como a participação no acampamento em homenagem ao dia internacional da mulher no MST contribui com a organização do trabalho pedagógico nos aspectos: do planejamento e coordenação de oficinas pedagógicas, da produção de conhecimento e do reconhecimento sobre a importância da organização política na luta pela vida na terra, enfrentando a propriedade privada da terra.
- O redimensionamento dos significados da avaliação. A avaliação passa a ter um papel fundamental na construção da disciplina, pois é através dela

que pode ser organizado o procedimento futuro tendo como base aos avanços e os limites passados.

- A articulação intercurso para a produção do conhecimento. A possibilidade de articular diferentes cursos da UFBA trabalhando os conhecimentos a respeito da cultura corporal e meio ambiente permite uma diversidade, amplitude e complexidade na organização do trabalho pedagógico.
- A capacidade de solucionar problemas diante da demanda social que se apresenta.
- A reorganização do tempo pedagógico que não está mais relacionada com o horário da grade curricular, mas as necessidades da complexidade da Cultura Corporal e Meio Ambiente tratada na comunidade.
- O reconhecimento de Universidade pública gratuita e o retorno social. O trabalho realizado na comunidade representa uma possibilidade de transformar o conhecimento abstrato em conhecimento científico concreto de alta relevância social.

Limites

- Poucas viagens, prejudicando o trabalho na comunidade e a construção do conhecimento. Os recursos financeiros da UFBA estão escassos. A atividade curricular em comunidade necessita de investimento, como equipamentos, recursos humanos, transporte e alimentação o que não é suprido pelos recursos disponíveis para o ensino, pesquisa e extensão.
- A continuidade das atividades. O trabalho realizado pelos estudantes durante um semestre é insuficiente e não facilita a construção do

conhecimento científico nesta complexidade e interrompe as atividades desenvolvidas na comunidade.

Conteúdos: As possibilidades de essência e os limites. Proposições para superar dificuldades e avançar no trato com o conhecimento sobre cultura corporal e meio ambiente nas atividades curriculares em comunidade.



6.2.3 Avaliação/ Objetivos

Os estudos desenvolvidos por esta pesquisa buscaram a construção de um campo teórico relacionado à cultura corporal e meio ambiente na Atividade Curricular em Comunidade, nesta complexidade nos delimitamos a tratar especificamente através das análises de ações do projeto piloto, as possibilidades de organização do trabalho pedagógico que responda as necessidades do mundo do trabalho docente.

Para a construção dessa teoria utilizamos a análise de dados sobre as atividades desenvolvidas durante um semestre da disciplina ACC EDC 465 - Cultura Corporal e Meio Ambiente e destacamos três aspectos da organização do trabalho pedagógico apontadas por Freitas 1995, Taffarel 1993 e Lacks 2003.

Segundo Freitas 1995, essa análise de dados busca a regularidade, ou seja, a essência, o que há de constante e substancial no concreto empírico, o universal, as leis que regulam o movimento da realidade contraditória. Trata-se de

entender a prática pedagógica da Atividade Curricular em Comunidade, examinando categorias da organização do trabalho pedagógico: objetivo/ avaliação e conteúdo/ forma.

A avaliação é entendida como momento real concreto o resultado de uma objetivação anterior. A concepção de avaliação na escola moderna e capitalista está relacionada com os seguintes objetivos: qualificação necessária para o funcionamento da economia e a formação de métodos e quadros para o controle político. Sem resistência a formação pode ser um aparelho de controle estatal.

A experiência da ACC EDC 465 - Cultura Corporal e Meio Ambiente têm demonstrado elementos de superação para a atual formação de professores que atende às necessidades da lógica capitalista, que se expressa na avaliação formal em normas e orientações, avaliam o conhecimento, atitudes e valores reduzindo às aprovações e às reprovações.

Na descrição dos encontros podemos identificar a avaliação como um processo avaliativo que considera os aspectos da produção do conhecimento em todo o processo de construção da prática pedagógica cotidiana. Esse aspecto pode ser verificado nos encontros nº 4, 7, 18 e 21 que tratam sobre:

- O conhecimento produzido pelo coletivo nos semestres anteriores, identificando as conquistas, o trabalho realizado, e as demandas, os limites a serem superados pelo atual semestre. O curso com a comunidade tratando de conhecimentos relacionados com problemáticas vitais e necessárias.

- O relatório de atividades em comunidade. Os relatórios de visita científica resgatam os objetivos propostos e os resultados alcançados, estabelecendo e restabelecendo as ações para as próximas visitas;
- Avaliação final do semestre. As atividades, apesar de sofrer alterações ao longo do semestre, têm uma proposição que se desenvolvem através de leituras, debates, seminários, planejamento de ações na comunidade, vivências e experiências. Essas atividades são revistas em coletivo ao final do semestre identificando os reais resultados para a comunidade e para os estudantes da disciplina.

Esses elementos nos ajudam a perceber o valor da avaliação nesta organização do trabalho pedagógico que é de um instrumento de identificação da concretização dos objetivos propostos, a avaliação assume o valor de representação das conquistas e das possibilidades de ações futuras.

Os encontros em que os estudantes avaliam o que foi produzido identificam a avaliação como elemento fundamental na construção do conhecimento superando a separação semestral na formação de professores, possibilita a ACC um caráter contínuo e histórico na sua essência. A avaliação evidencia o próprio trabalho produtivo docente e social quando estabelece como objetivo o ensino, pesquisa e extensão em atividades curriculares em comunidades no trato com o conhecimento da cultura corporal e meio ambiente.

Na avaliação final o estudante tem a possibilidade de verificar a proposta inicial, recuperando os objetivos primeiros e posteriormente o que foi

efetivamente realizado, quais foram os avanços individual e coletivo, quais as influências recíprocas entre a universidade e a comunidade. Esse processo demonstra a capacidade autônoma de organização e identificação por parte dos estudantes se o grupo foi capaz de atender as demandas sociais valendo-se de instrumentos de pensamento que permitem relacionar o particular com o movimento mais geral e o local com o internacional.

A avaliação da produção do conhecimento produzido processual se concretiza nos seguintes aspectos: participação e assiduidade, entrega de relatórios, realização de seminários, resenhas, planejamento de oficinas e participação nas atividades em comunidade. Elaborações de análises, sínteses, avaliação. Ações, reflexões, ações. Sendo que essa produção científica é avaliada em um todo articulado com o objetivo geral da disciplina proposto pelo próprio coletivo no início do semestre. A produção científica e o aprofundamento do conteúdo específico, Cultura Corporal e Meio Ambiente estão articulados com a atividade curricular em comunidade. A avaliação deixa de ser individual momentânea e passa a ter um valor fundamental para o processo coletivo de produção do conhecimento.



6.2.4 O conhecimento construído

Analizamos o conteúdo e forma, juntos, por entender a não existência de conteúdo que não expresse estruturalmente uma determinada forma, assim como no método existe um conteúdo específico. (Freitas 1995). Destacamos três aspectos da ACC em relação à problemática teoria/ prática ou trabalho material e a fragmentação do conhecimento. Freitas ainda acrescenta a gestão da escola, mas nos ateremos somente aos dois aspectos primeiros.

A valorização do trabalho material que no caso da ACC EDC 465 – Cultura Corporal e Meio Ambiente é uma atividade de trabalho pedagógico que ocupa uma posição central na análise por representar como já analisado, para a vida humana, o processo pelo qual o ser humano se relaciona com a natureza para a própria sobrevivência. O trabalho da sociedade capitalista é caracterizado pelas amplas massas pelo trabalho assalariado, alienado e tecnológico. Essas determinações históricas orientam também a própria concepção de conhecimento,

separando o sujeito que conhece do objeto a conhecer. Separando os trabalhadores que vende a sua força de trabalho dos que detêm os modos de produção. Separando a intelectualidade da força bruta. A teoria da prática.

A articulação indissociável, entre o ensino, pesquisa e extensão pode ser verificada, em todo o processo pedagógico e redefine a organização do trabalho pedagógica no que diz respeito à relação teoria e prática na realidade. Não se tratou de realizar atividades corporais em si mesmas, mas sim de relacionar o ambiente com as possibilidades de atividades que ampliassem o grau de consciência da comunidade sobre o seu meio ambiente. Isto requer diálogo, atividades práticas, reflexões e ações de influências recíprocas. Sem instrumentos de pensamento, sem métodos de investigação isto não se torna possível.

1. A continuidade dos estudos, apesar de serem semestrais, deixa de ser fragmentado e interrompido entre o trabalho de um semestre e outro, quando os estudantes se apropriam do conhecimento produzido pela disciplina analisando e avaliando o que já foi construído, quais são as problemáticas significativas a serem respondidas. A definição do objetivo da disciplina deve ser organizada de acordo com essa estruturação. Pode ser verificado nos encontros: nº 1, onde se expõe os objetivos da disciplina, seu caráter de pesquisa e a necessidade de continuidade do trabalho desenvolvido pelos estudantes no semestre passado; nº 4, quando os estudantes se apropriam do conhecimento produzido no semestre passado para estabelecer as possibilidades de construção do conhecimento no semestre atual; e nº 2, na avaliação final um dos aspectos relevantes destacados pelos estudantes é a descontinuidade das atividades curricular em comunidade.

2. O trato com conhecimento está relacionado com as problemáticas significativas, as questões da destruição ambiental e as possibilidades de construção de uma atividade curricular em comunidade que articule os conhecimentos adquiridos na academia com o movimento complexo da realidade. Representa a articulação entre teoria e prática no trabalho material, no trabalho pedagógico. Como por exemplo, construção do Curso de Agentes Ambientais proporcionou aos estudantes a possibilidade organizar o conhecimento científico para a realização de uma ação pedagógica na comunidade, e pode ser verificado nos encontros: nº 5, 6 e 7 que respectivamente tratam do planejamento, atuação e avaliação da primeira visita científica, ela relaciona os conhecimentos específicos da cultura corporal e meio ambiente e procedimentos de pesquisa como a apropriação de instrumentos para a coleta de dados, realização de diagnóstico e produção de relatórios científicos; nº 8, 9 e 10 planejamento de oficinas pedagógicas e atuação no MST, esta atividade permite ao estudante a vivência na organização política de um movimento social que luta contra o latifúndio e a propriedade privada da terra, lutam pela vida digna para todos, lutam pela reforma agrária; e nº 19 e 20 tratam do planejamento e atuação da terceira visita científica, que realizou o Curso de Agentes Ambientais. Esses encontros possibilitaram ao coletivo o planejamento das ações articulando os conhecimentos construídos na disciplina sobre Cultura Corporal e Meio Ambiente, a especificidade e qualificação de cada estudante (cursos distintos) e as necessidades da comunidade.
3. O redimensionamento do tempo pedagógico. A estruturação das Atividades Curricular em Comunidade não fica presa ao horário determinado pela fragmentação da grade curricular, ela está diretamente relacionada com as

necessidades identificadas pelos estudantes como problemáticas significativas a serem respondidas e, portanto nem sempre se enquadram nos horários pré-determinados acadêmicos. A intensividade de ações desenvolvidas pelos estudantes demonstra uma superação no que diz respeito à sua atitude enquanto um pesquisador e um profissional consciente do seu compromisso social. O dia estabelecido para o desenvolvimento desta disciplina é quarta-feira de dezoito às vinte horas, mas alguns encontros foram realizados em outros dias e outros horários com o objetivo de atender as necessidades sociais. Pode ser verificado quando realizamos os encontros: de nº 6 quando foi realizada a primeira visita científica à comunidade utilizando todo o dia de sábado; nº 9 e 10 sobre o acampamento em homenagem ao dia internacional da mulher no MST foram atividades desenvolvidas durante dois dias inteiros do fim de semana, o sábado e o domingo; nº 17 que utilizou o dia de sábado para a realização da segunda visita científica à comunidade; e o nº 20 que foi o Curso de Formação de Agentes Ambientais, onde o trabalho foi realizado em dois dias do final de semana, o sábado e o domingo. O tempo pedagógico é redimensionado e ampliado de acordo com as necessidades do trabalho e se organiza em reuniões, visitas, assembléias, festivais, oficinas, seminários entre outras atividades.

4. O trabalho pedagógico, ou trabalho material a partir do real concreto exigem a interdisciplinaridade, ou seja, uma outra lógica de tratar o conhecimento, a partir do enfrentamento do problema. Uma das principais características da Atividade Curricular em Comunidade é esta. Partir do real concreto, superar as falsas visões do real e retornar com ações concretas. O ACC é um projeto piloto intercursos articula, portanto estudantes de diferentes áreas de conhecimento, no semestre a

que nos referimos, há estudantes de pedagogia, ciências naturais, educação física, contabilidade e história que mobilizam seus conhecimentos específicos para responder a uma problemática comum, no caso as relações da cultura corporal e meio ambiente na perspectiva de enfrentar a destruição do meio ambiente. A busca por construir uma atividade na formação profissional que envolva ensino, pesquisa e extensão na comunidade têm como finalidade a construção do conhecimento a partir de um complexo. Designamos sistema de complexo porque é partir desta temática, que se pode conhecer, também, o que está na raiz do problema, a destruição do ser humano, bem como, as relações com a totalidade e com o conjunto de fatos e acontecimentos.

5. O complexo temático Cultura Corporal e Meio Ambiente constitui-se em um sistema de questionamentos a partir do qual chega-se a essência da questão da destruição das forças produtivas sem o que não se atinge o ponto central a ser compreendido que estrutura a vida na sociedade e mantém os padrões de dominação exploração e destruição.

6. Para atender as demandas da realidade que se configura na forma complexa é necessária a construção de um conhecimento também complexo, que entenda a realidade na sua multiplicidade. As atividades propostas pelos estudantes são advindas de diferentes áreas com a mesma finalidade: desenvolver ações na comunidade sobre as questões a cerca da Cultura Corporal e Meio Ambiente. No Curso de Formação de Agentes Ambientais é um evento que materializa o trabalho produtivo dos estudantes na comunidade. O conhecimento construído retorna à sociedade imediatamente quando, por exemplo, no encontro nº 20, é oferecido oficinas, à comunidade, de reciclagem, teatro, higiene pessoal e

saúde, jogos, festivais entre outras. A organização e realização de uma iniciativa como esta deixa evidente a importância da organização do trabalho pedagógico tendo como eixo articulador do conhecimento o trabalho produtivo, assim como traz as categorias centrais da relação cultura corporal e meio ambiente, o trabalho, o ser humano e a cultura e o trato com o conhecimento.

7. A atividade em comunidade curricular articula a ciência e a ações para a preservação ambiental, no mundo e em Matarandiba. Nesse sentido Kedrov coloca que

“Como se sabe, a lógica dialética materialista exige enfocar concretamente todo fenômeno ou tese, tomando-o na conexão e nas relações em se acha no processo de desenvolvimento, mudança e movimento”.
(KEDROV, 1976 apud FREITAS 1995 p. 109).

8. A auto-organização dos estudantes. Este aspecto está relacionado como organizado por Pistrak (2000), quando o estudante sai do processo pedagógico da alienação, fragmentação do conhecimento, separação teoria prática, não se identificando com a produção final, para atingir um patamar de apropriação dos processos de produção do conhecimento. Quanto por autodeterminação ele participa do planejamento do trabalho pedagógico conforme podemos verificar nos encontros nº 5, 8 e 16, propondo ações na comunidade, encontros nº 6, 9, 10 17 e 20, avaliando as atividades realizadas identificando os passos seguintes e auto-avaliando, em coletivo e individualmente, conforme demonstrado nos encontros nº 4,7,18 e 21. A auto-organização desencadeia a proposta de um curso. No entanto

ela deve ultrapassar e fortalecer as organizações de classe na comunidade. O conhecimento gerado e tratado dialeticamente deverá ser elemento de fortalecimento das organizações, associação de moradores, e organização de estudantes.

Seguindo esta análise a organização do trabalho pedagógico proposta por este projeto piloto busca a superação da formação de professores dos atuais currículos dos cursos da UFBA predominantes na lógica formal para uma lógica dialética que implica reflexão, ação, reflexão para novas ações pedagógicas.

Os aspectos analisados da avaliação/ objetivo e conteúdo/ forma como interdisciplinaridade, auto-organização dos estudantes, avaliação processual, a continuidade dos estudos entre os semestres e a centralidade no trabalho material, proporcionam a construção de um conhecimento a ser tratado nos cursos superando a fase da ausência de métodos e de conteúdos conforme constamos que vinha ocorrendo.

O que foi historicamente construído no campo das possibilidades de uma educação ambiental e a valorização da cultura corporal está sendo não apenas o conteúdo, mas representa a base para o desenvolvimento do trabalho pedagógico da disciplina. As características apontadas e analisadas de acordo com os dados adquiridos em observação participante durante um semestre indicam uma área de conhecimento estratégica porque trata da dicotomia do ser humano com a terra a ser recomposta em um outro patamar de relação que transcenda a exploração e exploração, que predominam no processo civilizatório.

Os elementos que articulam o conhecimento no currículo são, portanto, o trabalho, a partir do real, com caráter interdisciplinaridade, visando à conscientização na perspectiva da formação humana emancipatória.

As atividades curriculares em comunidade buscam transformações na relação entre homem, trabalho e meio ambiente. A valorização de manifestações da cultura corporal como atividades de jogos, brincadeiras, folguedos, dança e esportes de identidade cultural, representa a valorização do ser humano em harmonia com a natureza. É a partir dessa outra relação não predatória de valorização cultural do ser humano que trabalho, mas trabalho livremente se reconhecendo no produto final. Mas para a concretização desse projeto que também é histórico necessita-se de objetivos bem definidos em relação a formação da sociedade e a persistência do trabalho contínuo.

Quando realizamos atividades com a comunidade estamos valorizando a possibilidade de estabelecer uma relação de valorização do seu ambiente físico, o mar, a floresta, os animais assim como da sua cultura e do trabalho livre, superando a dicotomia entre ser humano e natureza. Levando o estudante da graduação a organizar implementar e analisar ações na própria comunidade, e garantindo através dessas mesmas ações a valorização da cultura local historicamente construída.

As relações de destruição da natureza verificadas na comunidade de Matarandiba é uma realidade local que representa a complexidade social global. O desemprego, a pobreza, a ignorância causada pela lógica capitalista da acumulação de capital, propriedade privada e exploração do trabalho são os princípios da destruição ambiental. Destruição que já foi amplamente comprovada

por diversos Fóruns e Encontros sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, como abordado no capítulo da Educação Ambiental, e que mostra a sua face monstruosa através das poluições de águas, na crise energética, no buraco da camada de ozônio, na devastação de florestas, nos resíduos sólidos e nos transgênicos⁵⁵. O desenvolvimento tecnológico parece que atingiu o seu ápice, quando nos torna escravo da destruição ambiental.

A luta pela preservação da vida no planeta é a luta pelo desenvolvimento de ações que possam contribuir diretamente na realidade concreta, agindo no particular sem perder de vista que as transformações estão na base da estrutura social, ou seja, na infra-estrutura da sociedade.

As ações na comunidade elaboradas através do trabalho pedagógico disciplinar ao longo do semestre letivo indicam que dessa forma é possível trabalhar este conteúdo específico na graduação a partir tendo como perspectiva uma outra lógica curricular de ensino pesquisa e extensão na formação de professores.

O trabalho ocupa uma posição privilegiada na construção da disciplina por representar a relação entre o ser humano e a natureza sendo por isso o objeto de transformação que se apresenta através da cultura corporal em um campo de expressão das manifestações construídas nas relações sociais, no trabalho humano produtivo.

⁵⁵ A publicação do livro Subsídios para Implantar a Campanha das Sementes, contribuiu com essa análise afirmando que a monocultura aliada aos transgênicos é uma ameaça a biodiversidade, pois a monocultura desequilibra o ecossistema e os transgênicos é uma forma de dominação pelo capitalismo sobre os alimentos e o cultivo da terra, impedindo a produção agrícola natural e diversificada.

Assim como a proposição de superação das condições objetivas da atual formação de professores para uma nova perspectiva de formação está articulada com a proposta de transformação das relações sociais capitalistas, também as relações do homem com a terra passam pela alteração do mundo do trabalho. A possibilidade de construção de uma outra lógica para a formação de professores, no que diz respeito currículo a questão ambiental e a cultura corporal está expressa através das categorias analisadas da organização do trabalho pedagógico, no trato com o conhecimento, conteúdo/ forma e avaliação/ objetivo.

Esta possibilidade é concreta, está relacionado ao projeto histórico socialista e não poderá ser ignorada, visto ter sua inserção na comunidade e estar expressão em conhecimento científico que adquirirá força produtiva, ideológica e política.

III - CONCLUSÕES



“...daí a razão por que a chamada luta pela existência assume a seguinte forma: proteger os produtos e as forças produtivas da sociedade capitalista burguesa, do efeito destrutivo e aniquilador desta mesma ordem capitalista, assumindo a direção da produção e distribuição social (arrebataando-a das mãos da classe capitalista dominante) e transferindo-a às massas produtoras; assim é que se realiza a revolução socialista. (Engels; 1979; p.164)

A destruição da natureza, a degradação do meio ambiente, os impactos negativos da ação humana são denominações para designar um fenômeno social e cultural que ameaça a existência humana. As formas de relações estabelecidas entre os homens e a natureza. Este padrão que pode ser verificado pelos fatos ao longo da história da humanidade está baseado na dominação e exploração. O planeta está indicando que já não suporta mais tais relações. As florestas dizimadas, como por exemplo, a zona da mata, o solo desertificado, como por exemplo, no sertão, as águas poluídas, como por exemplo, os mananciais próximos a centros urbanos, as calotas polares derretendo em função do aquecimento da terra, em função da ruptura na camada de ozônio, em função do uso humano de agentes poluentes. Enfim, a humanidade colocou em risco a sua própria existência com a sua forma de organizar a vida. Hoje nações como os Estados Unidos, responsáveis por expelir altas doses de agentes poluentes na natureza não se dispõem a assinar acordos internacionais que visam restringir e controlar a ação dos poluentes.

Mas a destruição não é somente evidente na natureza, as forças produtivas, ou seja, os componentes do processo de produção da vida, trabalhador, trabalho, recursos naturais e cultura, também estão sofrendo o impacto da tendência à destruição própria do modo do capital organizar a vida na sociedade. O metabolismo social está em franca decomposição.

A cisão do homem com a natureza é um processo histórico e perpassou os modos de produção, desde o modo tribal de organizar a vida, ao modo comunal, feudal e ao modo do capital organizar a produção. As formas de propriedade da

terra, dos instrumentos de trabalho e da força produtiva trabalho humano delinearão, acentuaram e consolidaram a cisão do homem com a terra, com seus semelhantes e consigo mesmo. Este processo de alienação da humanidade tem levado a uma ação humana altamente depredatória nas relações com o meio ambiente, o que exige uma reflexão radical da práxis utilitária da humanidade, baseada no senso comum e na ignorância, para uma práxis revolucionária.

Nossos estudos nos apontaram que são depositadas expectativas no estabelecimento de marcos regulatórios, nas políticas públicas, na educação, na ética, na consciência, na formação do homem ecológico, na formação de professores.

Planos de ação mundiais, regionais e locais são traçados. Por exemplo, a Agenda 21 que é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Constitui-se na mais abrangente tentativa já realizada de orientar para um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica, perpassando em todas as ações propostas. Além da Agenda 21, resultaram desse mesmo processo quatro outros acordos: a Declaração do Rio, a Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, a Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Convenção sobre Mudanças Climáticas. A comunidade internacional concebeu e aprovou a Agenda 21 durante a Rio 92, assumindo, assim, compromissos com a mudança da matriz de desenvolvimento no século XXI. O termo "Agenda" foi concebido no sentido de

intenções, desígnio, desejo de mudanças para um modelo de civilização em que predominasse o equilíbrio ambiental e a justiça social entre as nações.

No entanto, nossas análises que buscam “a coisa em si”, para além das aparências, evidenciam a tendência à destruição do modo do capital organizar a vida. As guerras desencadeadas pelos imperialistas para dominar fontes energéticas, dominar subsolo, solo, mar, e terra em regiões ricas e diversificadas evidenciam a tendência à dominação, ao imperialismo, a destruição.

Portanto, para além dos elementos da super estrutura, da cultura em geral, das leis, da educação, das Agendas, são necessárias alterações profundas, de caráter revolucionário, na base material da produção da vida. Isto significa que a humanidade está chamada a pautar um outro projeto histórico para além do capital.

O padrão de relação do homem com a natureza, com seus semelhantes e consigo mesmo expresso nas formas como se organiza o trabalho humano para produção de bens que garantam a vida necessita ser alterado. Isto é vital para a humanidade.

Nos limites do marco referencial da educação reconhecemos que um ponto estratégico a ser abordado na linha das alterações situa-se na formação de professores.

As críticas a formação de professores em geral e em especial dos professores de educação física foi resgatada no presente estudo. Destacamos a

lógica da organização do trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento relacionado a esta problemática vital, o meio ambiente. Especificamente observamos a cultura corporal, onde constatamos que o esporte, elemento da cultura corporal, tem caráter destrutivo quando pautado na idéia do alto rendimento, da competição, do individualismo, em desacordo com o meio ambiente. Constatamos também que esta temática enquanto um sistema de complexos que permite compreender e agir em relação ao todo, não é tratada, sistematicamente, nos currículos de formação de professores.

Observamos que em pequenas comunidades como Matarandiba, litoral da Bahia, as evidências da destruição do meio ambiente estão presentes. A cultura local é depredatória e poluente. Os poucos recursos presentes na cultura corporal como jogos, brincadeiras, folguedos, festas, estão cada vez mais impregnados por uma ideologia global que mata a cultura local.

Este processo de alienação assegurado pelas formas de organização do trabalho humano, pela mídia, pela escola e demais meios culturais necessita ser abordado, atacado, tratado, enfrentado. E este enfrentamento passa necessariamente pelo desenvolvimento de instrumentos de pensamento que permitam ultrapassar as visões sincréticas do real, os pseudoconceitos, ou seja, a aparência dos fenômenos. Os instrumentos de pensamento, negados pelas escolas e pela universidade devem ser desenvolvidos dentro da lógica que permita apreender o movimento do real, as leis gerais da sociedade e as relações entre o particular e o geral. Isto passa necessariamente pela alteração dos currículos, em especial dos currículos de formação de professores.

Neste sentido desenvolvemos uma experiência com atividades curriculares em comunidade.



7 - Proposta para o trato com o conhecimento na formação de professores

As análises dos documentos sobre a educação no país nos permitem constatar dados catastróficos. A educação no Brasil vai muito mal. O financiamento não corresponde às necessidades, as políticas em geral são de perfil neoliberal de adaptação ao sistema do capital, o magistério não é valorizado, as diretrizes e os sistemas de avaliação são representações da ideologia das classes dominantes e de seus interesses em uma formação para a alienação e manutenção do sistema.

Para explicar esta situação e perspectivar saída é exigida uma teoria do conhecimento que permita estabelecer nexos e relações entre o particular e o geral, uma teoria que explique as determinações históricas das situações, dos fatos e fenômenos e aponte possibilidades de enfrentamento de contradições na perspectiva da superação.

De forma singular, esta pesquisa nos permitiu interferir na realidade do currículo de formação de professores da UFBA, inserida no projeto de reestruturação das licenciaturas da UFBA implementamos o projeto piloto, ACC

EDC 465 - Cultura Corporal e Meio Ambiente para responder a desafios do real concreto, destruição do meio ambiente.

Os dados analisados a partir de encontros entre pesquisadores e professores estudantes e comunidade demonstram as possibilidades de tratar sobre as questões ambientais e destruição da natureza, suas relações e nexos com a organização do trabalho humano e com a cultura em geral na comunidade.

A comunidade de Matarandiba, com a qual desenvolvemos A ACC 465 - Cultura Corporal e Meio Ambiente nos propiciou o ambiente necessário para que juntos enfrentássemos a questão local.

A alteração na lógica da organização do trabalho, no trato com o conhecimento foi possível na proposta de romper com as relações tradicionais do ensino bancário, como dizia Freire (1994) passando a construir outras relações pedagógicas baseadas no trabalho material, no trabalho docente, apresentando uma possibilidade de organização do trabalho pedagógico que supere a antiga forma fragmentária de ensino proposta pela formação acadêmica capitalista.

Lidamos, portanto, com o método e conteúdo através do trabalho pedagógico. A este respeito podemos concluir ao analisar os documentos referentes à Cultura Corporal, a crítica ao esporte e a educação ambiental, que o próprio conhecimento que estamos propondo como emergente representa na sua essência a metodologia de trabalho na formação de professores. A complexidade desta temática só é possível ser abordada de forma ampla, interdisciplinar com base na complexidade da realidade concreta a partir do trabalho material. Tratar da temática ambiental relacionando com as manifestações da cultura corporal

requer um processo de construção não fragmentado do conhecimento enfrentando-se assim a perspectiva curricular fragmentada, dissociada, diluída difusa, dos atuais currículos que acentuam a dicotomia teoria-prática, mente-corpo, trabalho manual e intelectual.

As análises que realizamos da literatura demonstram que o esporte, enquanto componente da cultura corporal é uma atividade que no capitalismo está sujeito à abstração do dinheiro, como as demais atividades do campo da cultura corporal. Quanto ao trabalho humano, o capitalismo arruinou a utopia do trabalho humanizado, prostituindo-o, ou melhor, dito, subsumiu-o pela dupla e exploração da mais-valia absoluta e relativa, transformando-o em trabalho abstrato, trabalho alienado, encerrado em um tempo espaço depurado de todos os elementos da vida que pudessem perturbá-lo, como a vida pessoal, a moradia, a cultura, fazendo surgir a separação moderna entre tempo do trabalho e tempo livre, arrebatado à vida como um pesadelo, tempo de trabalho impingido ao indivíduo até pela violência. Com isto a forma como o capital subsume o trabalho, arruinou o que criou, o “tempo livre”. Arruinou a utopia do tempo livre ao transformar o ócio em consumo acelerado de mercadorias, transformando o tempo livre num consumo de mercadorias de crescimento constante.

Nossos estudos indicam que as abordagens sobre Esporte e Meio Ambiente que desconsideram a base econômica e política em suas análises, não radicalizam a reflexão e a ação para a construção de uma nova cultura, não consideram as conseqüências do processo civilizatório capitalista, e contribuem com a perspectiva da humanização do capitalismo, via ética/ ciência/ educação,

regulação/ normatização monitoramento, sem especificação das bases objetivas, materiais da educação e da ética. O que constatamos é que o esporte de alto rendimento, o esporte espetáculo, o esporte turismo, tem por base a economia capitalista e só sobreviverá com base nele e, com ele, expressa suas conseqüências. As atividades de lazer e do tempo livre, aqui mais principalmente o esporte, são nocivas ao meio ambiente porque, na base, não se assegura o pacto ecológico e social, a lei que prevalece é a lei do lucro.

O que estamos propondo para as comunidades a partir de nossos estudos é a construção de tempo/ espaço que valorize as manifestações da cultura corporal com base na relação ser humano trabalho e meio ambiente, que garanta a possibilidade de transformação social, a possibilidade de consolidação de um outro projeto de sociedade. Rompendo com a relação funcionalista de representação e reprodução dos valores capitalistas garantida pelas atividades corporais representada principalmente pelo esporte moderno, na perspectiva de construção de uma outra cultura.

Muitos estudos já permitem identificar indícios desta construção mais geral de uma cultura solidária, como por exemplo, as contribuições de Gutierrez (1999); Razeto (1991). Assim como propostas para a organização do trabalho pedagógico e metodologia de ensino trazida pelo Coletivo de Autores 1993, Kunz (2003), Sávio de Assis (2001), entre muitos outros, apontam à educação física e as práticas corporais na perspectiva da cultura corporal, ou seja, na perspectiva da valorização das manifestações corporais historicamente construídas estabelecendo uma harmonia entre as relações de trabalho livre e cultura.

Segundo Gramsci (1982), a defesa de uma nova cultura é a centralidade da questão. Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais” significa, também e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral.

Abib (2004) também defende que “O indivíduo pode ser o cidadão do mundo (...) sem prejuízo de ser, ao mesmo tempo, membro de uma coletividade local e regional, além de sua condição de membro desta ou daquela classe social”.

O que elaboramos, a partir de uma leitura crítica da realidade, a realidade em movimento, nos permite sustentar que a cultura corporal construída nas relações do ser humano com o meio ambiente pode ser uma possibilidade história de construção de princípios éticos e educacionais, para uma nova cultura, onde inclusive os valores tradicionais, tão decantados do lazer e do esporte, e os pactos sociais e ecológicos sejam preservados. Esta tarefa exige as interações sistemáticas, concomitantes e simultâneas de três dimensões, a saber: a) a educação popular; b) a conscientização política; c) a organização revolucionária.

No Brasil ainda temos poucas referências de experiências pedagógicas cientificamente abordadas sobre Cultura Corporal e Meio Ambiente. A área é emergente, mas entendemos que é uma demanda da sociedade atual e por isso se faz urgente reconhecer, conhecer, aprofundar teoricamente e propor alternativas superadoras.

A publicação do livro “Meio Ambiente e Desporto: Uma perspectiva Internacional” editado por Lamartine Pereira da Costa representa uma das poucas referências teóricas que podemos acessar. O Livro conta com a contribuição de diversos autores, muitos dos quais mencionados nas análises desta pesquisa.

É a partir desses referencias que propomos estudos e vivências práticas no campo da Cultura Corporal e Meio Ambiente, isto significa aceitar uma perspectiva interdisciplinar, que exige enfim, uma base social, filosófica e metodológica unificadora, uma visão de mundo e sociedade que nos permita uma perspectiva teleológica na nossa reflexão pedagógica, ou seja, a perspectiva de um projeto histórico par além do capital.

Na atual conjuntura onde é preciso manter-se vivo para continuar lutando por justiça social, dentro do que consta o acesso às práticas corporais, elegemos as relações de trabalho, ser humano e natureza, como um sistema de complexo a partir do qual se traçam programas escolares enquanto programas de vida, eixos articuladores de um conhecimento que permita enfrentar a cisão entre o homem e a terra, o homem e seus semelhantes. Enfim uma proposta para a formação de professores, um projeto de escolarização, onde a economia política dos trabalhadores é o centro na construção da sociedade onde, o sistema de complexo temático “cultura corporal e meio ambiente” reflita em si o significado da solidariedade internacional dos trabalhadores.

A semente para uma nova cultura vem do trabalho humano, e a valorização do trabalho humano livre e não alienado, do lazer e das mais diversas atividades relativas à cultura e mais especificamente a cultura corporal é uma

escola para descobrirmos que é possível uma nova maneira de fazer e conceber as relações econômicas e sociais para além do capital.



8 - Limites e possibilidades para a formação de professores

Atualmente estão em discussões as diretrizes sobre a formação de professores. Projetos antagônicos estão em confronto. Como vimos na análise anterior à situação de reformulação curricular dos cursos de graduação da UFBA e em especial das licenciaturas está em curso. A proposta do projeto piloto implementando as ACC's já é o resultado da luta que envolve por um lado às reivindicações dos movimentos sociais e por outro, as reformas do Estado na perspectiva do projeto neoliberal.

As análises documentais que realizamos confirmaram que a relação, entre ser humano e a natureza, mediada pelo trabalho, é desequilibrada e destruidora. É exatamente nas relações de trabalho que encontramos a possibilidade de construção do conhecimento sobre a cultura corporal e meio ambiente na formação de professores.

O trabalho é, portanto, categoria central na proposta de organização do trabalho pedagógico na integração ensino, pesquisa e extensão. É também categoria central na relação entre ser humano, cultura e natureza. Ele assume esse valor por representar conceitualmente a garantia da vida do ser humano no planeta, é através do trabalho que se sobrevive. Nesta perspectiva o trabalho é princípio educativo, ou seja, a educação tem no trabalho humano, na atividade humana para produzir a vida, a cultura, o articulador do conhecimento no currículo.

Retomamos a hipótese preliminar de que se expressa no interior da escola e dos cursos a organização do mundo do trabalho em geral e que esta expressão se dá por mediações presentes na organização do trabalho pedagógico e no trato com o conhecimento. Confirmamos a hipótese ao constatar a negação tanto de conhecimentos, conteúdos e métodos de tratar o conhecimento sobre cultura corporal e meio ambiente na formação de professores.

Outra hipótese que confirmamos e de que é possível sim propor alternativas de essência para alterar a organização do trabalho pedagógico que se apresenta fragmentado, alienado e alienador para outra lógica no trato com o conhecimento que permite compreender “o fenômeno em si” suas relações, nexos e determinações históricas.

Podemos defender a partir daí que a categoria organização do trabalho pedagógico e do trato com o conhecimento é moduladora de possibilidades outras para tratar de conhecimentos emergentes, necessários e vitais no currículo. A experiência pedagógica na ACC - Atividades Curriculares em Comunidade, tratando do sistema de complexo temático “Cultura Corporal e Meio Ambiente” foi

o fio condutor empírico que viabilizou esta formulação teórica.

A partir daí compreendemos que o trabalho pedagógico na formação de professores é uma antecipação, pacífica ou de resistência, das relações de poder no interior das relações econômicas. (Freitas, 1991). A organização do trabalho pedagógico a que nos referimos parte da crítica ao trabalho alienado do capitalismo, a fragmentação do conhecimento, a reprodução social, a separação teoria e prática que estão representados nos pares dialéticos objetivos-avaliação, método-conteúdo, organização do trabalho-trato com o conhecimento.

A construção da ACC EDC 465 - Cultura Corporal e Meio Ambiente, como é proposto pelo próprio projeto piloto da UFBA, integra a teoria e prática como práxis pedagógica revolucionária porque parte da crítica a práxis utilitária da humanidade estabelecida nas relações de produção da vida.

Parte também do enfrentamento e quebra de estruturas rígidas como a hierarquia acadêmica quando, integram pesquisadores de todos os níveis um coletivo de estudantes da graduação e da pós-graduação, monitores (as), coordenadores e agregados.

A construção deste projeto piloto na graduação da UFBA encontrou alguns entraves burocráticos e políticos, que dizem respeito ao funcionamento dos cursos como, por exemplo, muitas disciplinas de fundamentação teórica, poucas disciplinas optativas, pouca flexibilização e atualização dos currículos, desarticulação de conteúdos curriculares, muitos pré-requisitos, problemas com algumas disciplinas lotadas em outros departamentos, desatualização metodológica, inexistência de avaliação sistemática, não exigência de trabalhos de

conclusão de cursos, pouco envolvimento de professores nas questões de currículo, dificuldade para elaborar projetos pedagógicos para os cursos, embates quanto à definição do perfil profissional, necessidade de ampliação da pós-graduação, número pequeno de projetos de extensão, falta de estrutura física para os cursos e finalmente a evasão.

O enfrentamento destas dificuldades é uma tarefa do coletivo tanto no interior da Universidade como da sociedade organizada. O pequeno exemplo da ACC no trabalho com a comunidade deixa evidências de possibilidades.

O estudo não se encerra aqui. O conhecimento não é imutável e avança, mediante delimitação de novos problemas científicos. O que nos cabe continuar investigando agora são as proposições que afloram no âmbito das práticas corporais, especificamente do esporte, em relações sociais baseada não somente no projeto histórico capitalista, mas sim em sua radical crítica na perspectiva da construção do projeto histórico socialista.

O que se anuncia o que se inventa, o que se reinventa, no âmbito da cultura corporal – meio ambiente, na formação de professores com possibilidade de construção de relações econômicas populares e solidárias são questões a serem aprofundadas.

Cabe-nos agora propormos no âmbito da educação, da política, da organização do trabalho pedagógico, outras possibilidades de essência. Isto exige enfrentar novas perguntas científicas. Uma delas diz respeito ao conhecimento do real e a perspectiva de futuro e a determinação dos conteúdos curriculares, conforme formula Suchodolski (1967) em seu livro “Fundamentos da Pedagogia

socialista”. Ou seja, o que e como ensinar considerando a realidade e a perspectiva do projeto histórico.

A Sociedade Brasileira organizada em fóruns como o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, a ANPED, o CEDES e a ANFOPE, por exemplo, encaminham reivindicações educacionais, principalmente relacionadas à formação de professores. Defende-se uma formação docente sob uma base comum nacional, representando um instrumento de luta pela igualdade nas condições de formação e resistência contra a degradação da formação dos professores conforme postula o neoliberalismo. A base comum nacional e o padrão unitário de qualidade são indicadores para a reestruturação dos cursos de formação de professores.

Consideramos que a formação de professores deve ser omnilateral, permite o domínio dos conhecimentos específicos de sua área, articulado ao conhecimento pedagógico, percebendo-se as relações existentes entre as atividades educacionais e a totalidade das relações sociais, econômicas, políticas e culturais sendo capaz de construir possibilidades de transformação da realidade.

O projeto piloto da ACC da UFBA viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade, e entende a extensão como um campo de elaboração científica da práxis estreitando as relações entre a comunidade acadêmica e a sociedade. É entre o acadêmico e o popular que a produção do conhecimento pode responder as demandas das problemáticas sociais da realidade brasileira e mais especificamente, a regional.

A análise de documentos sobre Educação Ambiental nos coloca questões imprescindíveis para entender a necessidade de trabalhar com a temática Cultura Corporal nos cursos de formação profissional. As bases que estruturam a sociedade capitalista representam um sistema de autodestruição. Os principais fóruns e encontros mundiais e regionais em geral afirmam que é possível construir uma relação entre o ser humano e a natureza sem destruição, a partir de ações que busque a transformação das relações culturais. Isto passa necessariamente pela reconciliação do ser humano com a terra, consigo mesmo e com seus semelhantes, em última instância com alterações na base material de construção da existência humana.

A educação representa um dos instrumentos de luta nesta harmonização cultural. Mas não é qualquer educação, mas sim uma educação que se coloque no marco da emancipação humana.

No Brasil as diretrizes educacionais afirmam que Educação Ambiental deve estar na formação inicial e continuada de forma interdisciplinar, tratando de estudar a complexidade ambiental nas diferentes áreas de conhecimento. Na ACC a experiência de desenvolver as atividades intercursos nos permite construir o conhecimento da cultura corporal e meio ambiente nas atividades curriculares em comunidades com a contribuição de estudantes das áreas distintas. Conhecimentos são mobilizados na lógica de compreender os fenômenos para além da aparência buscando “o fenômeno em si”.

O paradigma da cultura corporal traz nos seus pressupostos teóricos básicos elementos significativos, como o conceito de cultura como atividade

própria da relação entre o ser humano, trabalho e natureza, deslocando o debate sobre atividades corporais espetaculares como o esporte para atividades que fazem parte do cotidiano das pessoas. A cultura corporal é, portanto, uma dimensão da vida humana que nos permite compreender e agir na base da questão da dissociação entre o homem e a terra.

Identificamos como limites para a organização do trabalho pedagógico na formação de professores os limites colocados no sistema capitalista como um todo que subjuga o trabalho aos interesses do capital. A burocracia universitária, a política pública de governos de perfil neoliberal, o trabalho alienado é expressão dos limites gerais na organização do trabalho pedagógico. No entanto, sendo obra dos homens o que está posto, será obra dos homens a emergência do novo no seio do velho.



9 - A continuidade da problematização e novas hipóteses de estudo

Um dos maiores problemas da educação neste início de século é encontrado na contradição entre a necessidade de elevação dos graus de educação e ao aprofundamento da alienação humana. A contradição educação/alienação necessita, portanto ser aprofundada em seus conteúdos, em sua lógica, em suas relações e determinações.

Os impactos do projeto mundial de educação orientado pelos interesses do capital e monitorado pelas agencias multilaterais como banco Mundial e FMI, como a Organização Mundial do Comércio estão ainda por ser avaliada.

Podem ainda ser aprofundadas as possibilidades da construção de um sistema de complexos temáticos no currículo, que constituam um programa de

escolarização, na perspectiva de um programa de vida e que exige o trabalho como eixo articulador do conhecimento.

Provavelmente a alteração desta lógica depende, em parte, da aproximação da universidade com os movimentos sociais de caráter revolucionários. Mas o momento em que vivemos, contraditoriamente, tem exposto os movimentos revolucionários a processos de cooptação, destruição, criminalização. Isto nos leva a perguntar pelos rumos da construção de um projeto contra hegemônico a mundialização da educação.

A pedagogia aprofunda sua crise e não responde mais aos desafios da atualidade. No seio desta crise gesta-se proposições superadoras. Acompanhar este embate teórico e o desenvolvimento da teoria como categorias da prática é nosso próximo desafio para contribuir, na continuidade dos estudos, agora no doutorado, com a construção da teoria pedagógica da educação física.

IV - Bibliografia

1. ABIB, Pedro. Abordagem Sócio Antropológica em Educação Física Escolar: Uma experiência em Escola Pública de Salvador, Dissertação de Mestrado em Educação, UFBA, 1997.
2. _____. Capoeira Angola Cultura Popular e o jogo dos saberes na roda. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Doutorado em Ciências Sociais Aplicada a Educação. Campinas, SP, 2004.
3. ACOT, Pascal. História da Ecologia/ Tradução de Carlota Gomes. Rio de Janeiro, Campus. 1990.
4. ANDRÉ, Marli. Etnografia da prática escolar, Campinas, Papirus, 1995.
5. _____, Marli. Etnografia da prática escolar, Campinas, Papirus, 1995.
6. ANFOPE. Documento final do X Encontro nacional da ANFOPE – Brasília, 1998.
7. ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e as centralidades do mundo do trabalho. 8º edição. São Paulo, Cortez, Editora da Universidade Estadual de Capinas, 2002.
8. ASSIS, Sávio. Reinventando o esporte. Possibilidades da prática pedagógica. Capinas, SP, ed. Autores Associados, cahncela editorial do CBCE, 2001.
9. ATKINSON, Sallyamne. Sydney Da COSTA, Lamartine P. Meio Ambiente e Desporto. Uma Perspectiva: Impactos físicos e meio Ambiente Luiza

- Meirelles. Ed Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade do Porto, Portugal. 1997. p. 271 – 282.
10. BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem. Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência e na Linguagem. Editora Hucitec. São Paulo, 1979.
 11. BETTI, Mauro. A Janela de Vidro: esporte televisão e educação física. Capinas, SP, Papyrus, 1998. (Coleção Fazer/ Lazer).
 12. BRACHT, Valter. Educação Física & Ciência: cenas de um casamento (in)feliz. Injuí, RS, ed. Unijuí, 1999.
 13. _____. Educação Física e Aprendizagem social. Porto Alegre, Magister, 1992.
 14. _____. Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução. Vitória, ES, UFES, Centro de Educação Física e Desportos, 1997.
 15. BRUHNS, Heloisa Turini. Turismo Lazer e Natureza. Alcyane Marinho, Heloisa Turini Bruhns (orgs.) Barueri, SP, Manole, 2003.
 16. CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo, Expressão Popular, 2004.
 17. CASSINO, Fábio. Educação Ambiental. Princípio, História e Formação de Professores. São Paulo, Ed SENAC SP, 2000.
 18. CASTELANI FILHO, Lino. Educação Física no Brasil: A História que não se conta. São Paulo, Papyrus, 1991.
 19. CASTELLANI Filho, Lino. Educação Física no Brasil: A história que não se conta. Capinas, SP, Papyrus, 1988.

20. CHAUI, Marilena de Souza. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. 5ª edição. São Paulo, ed. Cortez, 1990. (Biblioteca de Educação, Série 6. Filosofia. V. 2)
21. _____, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo, ed Ática, 2001.
22. CHAVES, Márcia. Pedagogia do movimento: diferentes concepções. Márcia Chaves (org.), Maceió, Al, EDUFAL, 2004.
23. CHEPTULIN, Alexandre. A Dialética Materialista. Categorias e Leis da Dialética. Tradução Leda Rita Cintra Ferraz. Ed Alfa-Omega, São Paulo, 1982.
24. COLETIVO DE AUTORES - Metodologia do ensino da Educação Física, São Paulo, Cortez, 1992.
25. Da COSTA, Lamartine P. Meio Ambiente e Desporto. Uma Perspectiva Internacional. Org. Antônio Marques e Luiza Meirelles. Ed Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade do Porto, Portugal. 1997.
26. DAOLIO, Jocimar. Da cultura do corpo, Campinas, Papyrus, 1995.
27. DAOLIO, Jocimar. Educação Física e o conceito de Cultura. Capinas, SP, Autores Associados, 2004. (Coleção polêmicas do nosso tempo).
28. DEMO. Pedro. Educar pela Pesquisa. Campinas. São Paulo, 2000. (Coleção Educação Contemporânea, 2000).

- 29._____. Pesquisa e construção do conhecimento. Metodologia Científica no Caminho de Habermas. Rio de Janeiro, ed Tempo Brasileiro, 2000.
- 30.DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental. Princípios e Práticas.. 6º edição. Revisado e Ampliado pelo autor. São Paulo, Gaia, 2000.
- 31.DIECKERT, Jurgen et al. Elementos e princípios da Educação física. Rio de Janeiro, ao Livro Técnico, 1986.
- 32.DOMINGUES. Soraya Corrêa. Revista de Monitoria Pró-reitoria de graduação/ UFBA, 1997.
- 33._____, S. *et al.* Educação física esportes e Lazer no projeto político pedagógico da UFBA: possibilidades estratégicas e realidade. In: Anais do XII CONBRACE/ Colégio brasileiro de ciências do esporte. Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. : Caxambu, MG. Caxambu, Mg DN CBCE Secretaria Estadual de Minas Gerais/ Secretaria Estadual de São Paulo 2001. Disponível em material bibliográfico apresentado no formato e CD ROM.
- 34._____, S. *et al.* Publicações em Educação Física: abordagens e tendências pedagógicas. In: Anais do XII CONBRACE/ Colégio brasileiro de ciências do esporte. Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. : Caxambu, MG. Caxambu, Mg DN CBCE Secretaria Estadual de Minas Gerais/ Secretaria Estadual de São Paulo 2001. Disponível em material bibliográfico apresentado no formato e CD ROM.

35. _____, S. Ecoesporte: indicações curriculares para a formação de professores. In. Reunião especial da SBPC/ Sociedade brasileira para o progresso da ciência e instituto Nacional de pesquisa na Amazônia, 7º, 2001, Manaus, AM. Anais da 7º reunião especial da SBPC, Manaus. Editora UFAM, 2001. Disponível em material bibliográfico apresentado no formato e CD ROM.
36. _____, S. *et al.* Cultura Corporal em Meio Ambiente: limites e possibilidades para o trabalho pedagógico na formação de professores. In: Anais do XII CONBRACE/ Colégio brasileiro de ciências do esporte. Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. : Caxambu, MG. Caxambu, Mg DN CBCE Secretaria Estadual de Minas Gerais/ Secretaria Estadual de São Paulo 2001. Disponível em material bibliográfico apresentado no formato e CD ROM.
37. ECKARD, Meinberg. O conflito entre desporto e meio ambiente. Algumas considerações éticas. Da COSTA, Lamartine P. Meio Ambiente e Desporto. Uma Perspectiva Internacional. Org. Antônio Marques e Luiza Meirelles. Ed Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade do Porto, Portugal. 1997. p. 195 – 206.
38. ENGELS, Friedrich. A dialética da Natureza. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.
39. ENGUITA, Mariano F. A Face Oculta da Escola. Educação e Trabalho no Capitalismo; Tradução Tomas Tadeu da Silva. Porto Alegre. Artes Médicas, 1989.

40. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
41. _____ . Educação e Mudança, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
42. FREITAS, Luiz Carlos. Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática. Campinas, SP: Papyrus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico)
43. FREITAS, Helena Costa Lopes de. O trabalho com Princípio articulador na prática de ensino e nos estágios/ Helena Costa Lopes de Freitas. Campinas, São Paulo, Papyrus, 1996 (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico)
44. FRIGOTTO, Gaudêncio. Capitalismo, trabalho e educação/ José Caudine Lombardi, Demerval Saviane, José Luiz Safelece (orgs.). Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. Coleção Educação Contemporânea.
45. GADOTTI, Moacir. Pedagogia da terra. São Paulo, Petrópolis. 2000 (Série Brasil Cidadão).
46. GAMBOA, Silvio Sanchez, Prática de ensino: formação de professores e emancipação. Márcia Chaves, Celi Taffarel e Silvio Gamboa. Maceió, AL, EDUFAL, 2003.
47. GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo II: que estado para que democracia? Atílio A. Baroni; Emir Sader; Pablo Gentili Organizador. Petrópolis, RJ. Ed Vozes, 1999.

48. GHIRALDELLI JR., Paulo- Educação Física Progressista, São Paulo, Loyola, 1988.
49. GOLDMANN. Lucein. Dialética e Cultura. Tradução Luiz Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. 2º edição. Rio de Janeiro. Paz e terra, 1979.
50. Gramisc. A. Os intelectuais e a organização da Cultura Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 82
51. GUATARI, Félix. As Três Ecologias. Campinas. São Paulo, 1990.
52. GUIMARÃES. Mauro. Educação Ambiental. No Consenso um Debate? Campinas. Papyrus, 2000 (Coleção Papyrus Educação)
53. GUITIERREZ, Francisco. Educação comunitária e economia popular. Moacir Gadotti e Francisco Guitierrez (orgs.), São Paulo, Cortez, 1999. (Coleção Questões da Nossa Época).
54. Hildebrant-Stramann, Reiner. Textos pedagógicos sobre o ensino da Educação Física. Injuí, RS, ed. Unijuí, 2003.
55. JÄGEMANN, Hans. Vilão e Vítima relação do Desporto com o Meio Ambiente. In. Da COSTA, Lamartine P. Meio Ambiente e Desporto. Uma Perspectiva Internacional. Org. Antônio Marques e Luiza Meirelles. Ed Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade do Porto, Portugal. 1997. p. 181 – 194.
56. JESUS, Gilmar. M. A leviana Territorialidade dos esportes de aventura: um desafio à gestão do ecoturismo. In. Bruhns, Heloisa Turini (org.). Turismo

- Lazer e Natureza. Alcyane Marinho, Heloisa Turini Bruhns (orgs.) Barueri, SP, Manole, 2003.
57. KLOETZEL, Kurt. O que é meio ambiente. SP, Brasiliense, 1998. (coleção primeiros passos)
58. KOSIK. Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1976.
59. KUNZ, Elenor. Transformação Didático-pedagógica do esporte. Injuí, RS, Ed. Unijuí, 2003.
60. _____. Educação Física. Ensino e Mudança. Ijuí, RS, Unijuí, 2001.
61. KURZ, Robert. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. São Paulo, Paz e terra, 1992.
62. LEFF Enrique. Epistemologia Ambiental. São Paulo, Cortez, 2001.
63. _____. Enrique. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2001.
64. LEITE, Joaquina Lacerda (org.). Problemas-chave do Meio Ambiente. Salvador, BA, Instituto de Geociências da UFBA: Espaço Cultural EXPOGEO, 1994.
65. LEONTIEV, A. N. Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar. In. VIGOTSKY. Lev Semenovich. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem/ Lev Semenovich, Alexander Romanovich Luria, Alex N. Leontiev; tradução Maria da Penha Villalobos. – São Paulo: Ícone, 2001. p. 119 – 142 (Coleção educação crítica).

66. LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos, São Paulo, Loyola, 1985.
67. LÖWY, Michael. Ideologias e ciências social: elementos para uma análise marxista. 14^o edição. São Paulo. Cortez, 2000.
68. LURIA, A. R. O cérebro humano e atividade consciente. In: VIGOTSKY. Lev Semenovich. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem/ Lev Semenovich, Alexander Romanovich Luria, Alex N. Leontiev; tradução Maria da Penha Villalobos. – São Paulo: Ícone, 2001.p. 191 – 224 (Coleção educação crítica).
69. LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou Revolução, ed. Expressão Popular, São Paulo, 2000.
70. MARCUSE. Herbert. A grande recusa hoje. Isabel Loureiro (org.), tradução de Isabel Loureiro e Robespierre de Oliveira. Petrópolis, RJ, Vozes, 1999.
71. MARX. Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. 8^o edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
72. MEC/ CNE. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Página da Internet www.mec.gov.br
73. MME/ EA. Política Nacional de Educação Ambiental, 1999. Documento eletrônico disponível no sitio do Ministério do Meio ambiente/ Educação Ambiental. <http://www.mma.gov.br/index.cfm?id_estrutura=20&id_conteudo=1068>.

74. MME/ EA. Programa Nacional de educação Ambiental, 2005. Documento eletrônico disponível no sitio do Ministério do Meio ambiente/ Educação Ambiental. <http://www.mma.gov.br/index.cfm?id_estrutura=20&id_conteudo=1068>.
75. MÉSZÁROS. István. Para além do capital. Campinas/SP Boitempo e Editora da UNICAMP, 2002.
76. MYNAIO, M. C. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. RJ: Husitec. 1996.
77. _____, M. Cecília. (Org.) Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, Vozes, 1994.
78. ORTEGA ESCOBAR, Micheli. Tese de Doutorado. Transformação da didática: construção da teoria pedagógica como categoria da prática pedagógica: Experiência na disciplina escolar educação física. Campinas, SP, 1997.
79. PENTEADO, Heloísa Dupas. Meio Ambiente e Formação de Professores. São Paulo, Cortez, 2000. (Coleção Questões de Nossa Época).
80. PIAGEASSOU, Charles. Mutações do desporto e seu ambiente: evolução ou revolução. In. Da COSTA, Lamartine P. Meio Ambiente e Desporto. Uma Perspectiva Internacional. Org. Antônio Marques e Luiza Meirelles. Ed Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade do Porto, Portugal. 1997. p. 127 – 143.
81. PISTRÁK. Fundamentos da Escola do Trabalho. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 2000.

82. RAZETO, Miglkiano. Educacion Popular e Desarrollo Local. Economia de Solidarieda y Organizacion Popular. Santiago de Chile, 1989, mimeografado.
83. REIGOTA, Marcos. O que é Educação Ambiental. Bsiliense, 2001 (Coleção Primeiros Passos)
84. REIGOTA, Marcus. Meio Ambiente e Representação Social. São Paulo, Cortez, 2001 (Questões de nossa época).
85. Revista Brasileira de Ciências do esporte. Temática Formação Profissional docente e prática Educativa em Educação Física. Co-edição Autores Associados. Quadrimestral. V. 22, n3, Maio de 2001.
86. SANTOS. Milton A natureza do espaço: técnicas e tempo razão e emoção, SP, ed. Universidade de São Paulo, 2002.
87. SAVIANE, Demerval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 13 ed. Capinas, SP: Autores associados, 2000. (Coleção Educação Contemporânea).
88. SERPA, Luiz Felipe Perret. Ciência e Historicidade. Salvador, Edição do autor, FAGED/ UFBA, 1991.
89. SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade. Uma Introdução a Teoria do Currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
90. SOARES, Carmen Lúcia. Fundamentos da Educação Física Escolar. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, 71(16): 51-68 jan. /abr. 1990.

91. SUSHODOLSKI, Bogdan. Fundamentos de Pedagogia Socialista. Ed Maia, Barcelona, Espanha, 1967,
92. TAFFAREL, Celi Nelza Zülke. Tese de Doutorado. A formação do Profissional da Educação: Processo de trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento no curso de educação física. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, 1993.
93. _____. A Educação Física Escolar na Perspectiva do Século XXI. Carmem Lúcia Soares, Micheli Ortega Escobar e Celi Nelza Zulke Taffarel. In Moereira (org.) Educação Física & esportes: perspectivas para o século XXI, Campinas, SP, Papyrus, 1992.
94. _____. Celi. Organização do tempo pedagógico para a construção/ estruturação do conhecimento na área de educação física & esporte - Celi Taffarel, Micheli Escobar, Tereza França – In revista Motrivivência nº 8 Dezembro, 1995.
95. _____. Avaliar com os pés no chão da escola: a experiência da área da Educação Física. In Avaliar com os pés no chão da escola: reconstruindo a prática pedagógica do ensino fundamental, organização Maria Helena da costa Carvalho, Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2000.
96. _____. Relatório técnico-científico apresentado ao CNPq em 1999. Base da tese de pós-doutoramento apresentado na UFBA para concurso público para professor titular da UFBA. Mimiografado.
97. TAVARES, Marcelo. Educação Física: as aparências não enganam mais, in Revista Brasileira de Ciências do Esporte, volume 17 número 2, 1996.

98. THIOLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação, São Paulo, Cortez, 1986.
99. UFBA. Proposta para encaminhamento às Câmaras de Ensino de Graduação e de Extensão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Bahia. Salvador, UFBA, Pró-reitoria de extensão, 2003.
100. UFBA/ FACED/ LEPEL. Dossiê sobre Reestruturação curricular do curso de Educação Física e implementação do curso noturno (Em discussão), Salvador, LEPEL, Colegiado e Departamento de educação Física, 2003.
101. UFBA/ LEPEL. MINUTA DE RESOLUÇÃO. Institui as Diretrizes Curriculares – Proposta em discussão na UFBA, Salvador, UFBA, LEPEL, 2003.
102. VIA CAMPESINA. Subsídios para implementar a campanha das sementes. São Paulo, 2003. 66 p.
103. VIGOTSKY. Lev Semenovich. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem/ Lev Semenovich, Alexander Romanovich Luria, Alex N. Leontiev; tradução Maria da Penha Villalobos. – São Paulo: Ícone, 2001. (Coleção educação crítica).
104. RITTNER, Volker, Um apelo para a ação O clube de colônia. Da COSTA, Lamartine P. Meio Ambiente e Desporto. Uma Perspectiva Internacional. Org. Antônio Marques e Luiza Meirelles. Ed Faculdade de

Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade do Porto, Portugal.
1997. p. 283 – 294.

V. ANEXOS

ANEXO A

MINUTA PARECER E RESOLUÇÃO
JUSTIFICATIVA E MINUTA DE RESOLUÇÃO SOBRE DIRETRIZES
CURRICULARES
EM DISCUSSÃO NO COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO FÍSICA E PLENO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
DA FACED/ UFBA
MARÇO DE 2005

A presente proposta de diretrizes curriculares para o curso de licenciatura em educação física da FACED/ UFBA está assentada em uma série de argumentos que apresentamos a seguir na forma de um arrazoado que justifique as decisões encaminhadas. Apresentada, enquanto minuta em discussão, decorreu de pesquisas na área de currículo e formação de professores desenvolvidas pelo grupo LEPEL/ FACED/ UFBA, do processo de avaliação interna e do plano estratégico para reestruturação curricular do curso de educação física e ainda, de amplo debate que considerou os âmbitos local, estadual, regional e nacional. Está situada entre as propostas que se colocam como alternativas ao projeto de mundialização da educação sob os fundamentos e princípios de interesse da mundialização do capital. Disputa, portanto, com o projeto das políticas de perfil neoliberal, os rumos da formação de professores, especificamente dos professores de educação física. Considera o Artigo 207 da Constituição Nacional que atribui à Universidade o pleno exercício da autonomia acadêmica, didático-pedagógica, financeira, de gestão e administrativa da universidade.

Para formular a proposta foram também reunidos documentos sobre o tema, elaborados dossiês com contribuições de outros cursos, áreas, instituições, pesquisadores, bem como, reunidos os documentos legais sobre a questão da formação de professores.

Considerou-se, também, a posição apresentada pelo CBCE, no Fórum de Campinas em 2002, e outros fóruns de debate e discussão como o Movimento Estudantil e seus eventos nacional e regionais, Grupos de Pesquisa de Instituições de Ensino Superior, ENDIPE, SBPC, ANDES-SN.

Dos documentos analisados destacamos os abaixo relacionados:

1. Diretrizes para a graduação - SESu/ MEC
2. Diretrizes para formação de professores para o ensino básico – fundamental e médio;
3. Diretrizes elaboradas e propostas pelo grupo da SESu MEC área da saúde;
4. Diretrizes elaboradas e propostas pela Comissão de especialistas do MEC
5. Diretrizes propostas, aprovadas e homologadas pelo CNE
6. Diretrizes propostas por Instituições de Ensino Superior
7. Propostas para as diretrizes apresentadas por Conselhos Estaduais e pelo Conselho Federal de Educação Física.

8. Proposta apresentada por entidade científica – CBCE (Fórum de Campinas 2002)
9. Proposta construída juntamente com os estudantes de educação física no ENEEF (2003 – Curitiba/ PR)

A partir daí apresentamos para o debate público uma contribuição, em forma de um arrazoado, para substituir o teor do Parecer 138 do CNE e seu dispositivo posterior **Parecer CNE/ CES 58/2004, de 18 de fevereiro de 2004 que subsidiou RESOLUÇÃO N° 7, DE 31 DE MARÇO DE 2004**, ainda em discussão no CNE e, uma Minuta de Resolução sobre diretrizes curriculares para a Educação Física a ser definida como as diretrizes adotadas para o Curso de Licenciatura em Educação Física da FACED/ UFBA.

Os argumentos aqui colocados que explicitam uma concepção de sociedade, projeto histórico, educação, formação humana, cultura corporal, universidade, currículo, trabalho pedagógico, ensino-aprendizagem, ensino-pesquisa-extensão estão assentados em uma dada teoria do conhecimento e teoria pedagógica colocada no campo das teorias críticas e em um dado projeto histórico que aponta para a superação do modo do capital organizar a produção da vida na sociedade. Os argumentos apresentados servem para contribuir com o debate local e nacional que está sendo travado, vez que existem posições antagônicas acerca da matéria e que interesses opostos estão determinando a disputa de projetos de formação humana e de sociedade, o que não pode ser desconhecido, principalmente no momento em que está em curso a construção do “consenso possível”, que merece ser questionado, vez que a base é falsa, considerando que os projetos de sociedade e de formação humana são antagônicos.

PROPOSTA EM DISCUSSÃO – ARRAZOADO PARA FUNDAMENTAR MINUTA DE RESOLUÇÃO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Reconhecemos ser imperiosa a compreensão do caráter multidisciplinar que caracteriza a formação e a atividade profissional/ acadêmica na Educação Física, como também a necessidade da presença nos currículos de conhecimentos originários tanto do campo das Ciências Biológicas/ Saúde como no das Ciências Humanas/ Sociais, da Terra, das Ciências Exatas, da Filosofia e das Artes.

Na perspectiva de superar a concepção fragmentada de ciência, propomos como matriz científica para a formação dos professores a HISTÓRIA: a história do homem e sua relação com a natureza, dos homens entre si e consigo mesmo. Tal proposta assegura-se quando da colocação da primeira pergunta ontológica para compreensão do ser humano – como o homem torna-se homem e como se dá o conhecimento?

A relação estabelecida pelo ser humano com a natureza e demais seres, para garantir sua existência, dá-se no curso da história, portanto, somente a partir da história enquanto ciência é possível tanto apreender e compreender o passado, o presente quanto o futuro do ser humano. Ao longo da história, também se configura a cultura corporal e o trabalho pedagógico, pontos centrais que dão identidade à atividade do professor de educação física.

A educação física se caracteriza historicamente pelo trabalho pedagógico, da docência no campo da cultura corporal, ou seja, a atividade pedagógica no trato com o conhecimento da cultura corporal. Em qualquer campo de trabalho seja de produção de bens materiais ou imateriais – educação, lazer, saúde, competição de alto rendimento, produção de tecnologias esportivas e outros -, a atividade pedagógica e o trato com o conhecimento da cultura corporal são as bases da formação acadêmica e do trabalho do professor de educação física. Isto nos aponta a necessidade de considerarmos o princípio de estruturação do conhecimento científico no currículo de formação de professores.

A docência, entendida como trabalho pedagógico, é, portanto, a identidade profissional do professor de Educação Física. Isto pode ser verificado pelos fatos quando nos reportamos à atividade profissional e identificamos seu sentido, significados, finalidades, meios e métodos ao longo da história.

Caracteriza-se, também, por tratar de um campo de conhecimento que se estrutura a partir das práticas históricas, socialmente produzidas, cientificamente estudadas e investigadas e, criativamente ensinadas de geração a geração, referentes à cultura corporal.

A consolidação desta identidade do professor de educação física para o exercício profissional requer, durante a sua formação acadêmica, de:

- 1) Sólida formação teórica de base multidisciplinar e interdisciplinar na perspectiva da formação omnilateral;
- 2) Unidade entre teoria/ prática, que significa assumir uma postura em relação a produção do conhecimento científico que impregna a organização curricular dos cursos, tomando o trabalho como princípio educativo e como práxis social;
- 3) Gestão democrática – que permitam a vivência e o trabalho com relações de poder democráticas, e não autoritárias;
- 4) Compromisso social com ênfase na concepção sócio-histórica do trabalho, estimulando análises políticas sobre as lutas históricas pela superação da sociedade de classes, para que seja garantido o acesso aos bens a todos que dele participam em sua produção, especificamente no campo da cultura corporal;
- 5) O trabalho coletivo, solidário e interdisciplinar, o trabalho pedagógico como eixo articulador do conhecimento para a formação omnilateral;
- 6) Formação continuada para permitir a relação entre a formação inicial e continuada no mundo do trabalho;
- 7) Avaliação permanente como parte integrante das atividades curriculares, de responsabilidade coletiva a ser conduzida à luz do projeto político pedagógico da instituição, abarcando as dimensões da avaliação da aprendizagem, do docente, dos programas e projetos, da instituição.

2. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA PROPOSTA

As Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura Ampliada em Educação Física foram desenvolvidas em consonância com os princípios enunciados no Parecer n.º 776/97, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/ CNE), constituindo-se num conjunto articulado de princípios e de orientações que devem ser considerados na proposição e no desenvolvimento curricular desta modalidade de curso.

Nelas, o currículo é concebido como um fenômeno histórico, resultado das relações sociais, políticas e pedagógicas que se expressam na organização de saberes vinculados à

formação do ser humano. Pressupõe a organização interativa de conhecimentos pautados nas tradições cultural e científica do nível e/ ou da área de formação, que são estabelecidos a partir das questões que emergem do contexto sócio-cultural, superando as visões de currículo que se caracterizam pela organização formal, linear e fragmentada de disciplinas convencionais, e por uma excessiva carga de disciplinas obrigatórias com grandes vínculos de pré-requisitos. A intenção é consolidar uma consistente base teórica, fazendo-o a partir da Teoria do Conhecimento que possibilita a construção do conhecimento como categorias da prática, permitindo a organização do conhecimento em ciclos – da constatação de dados da realidade, às sistematizações, generalizações, ampliações e aprofundamentos – configurando os sistemas de complexos temáticos que por sua vez estruturam programas como programas de vida para a formação humana. Para consolidar uma base teórica a prática, enquanto práxis social, deve ser o eixo articulador do conhecimento no currículo, tendo a história como matriz científica.

Concebemos currículo, portanto, como uma referência de organização do trabalho pedagógico que dá direção política e pedagógica à formação comum, unificadora nacionalmente. Está relacionada ao padrão unitário de qualidade para oferecimento de cursos e, se desdobra considerando as especificidades e particularidades do Brasil.

As Diretrizes aqui apresentadas foram formuladas a partir do reconhecimento de que a autonomia e a flexibilidade preconizadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) são inequívocas e representam um ponto de apoio para a ação pedagógica. A autonomia institucional diz respeito ao preceito legal, estabelecido na Constituição Federal em seu Artigo 207.

Para garantir a unidade nacional em torno de uma consistente formação acadêmica à área de Educação Física, assumimos a idéia da base comum nacional - que deverá permitir uma consistente formação teórica, interdisciplinar, a unidade teoria/ prática, a gestão democrática, o compromisso social, o trabalho coletivo, a formação continuada, a avaliação permanente, na formação acadêmica, para que o graduado compreenda criticamente os determinantes e as contradições do contexto em que está inserido e seja capaz de reconhecer possibilidades, atuando na criação de condições objetivas para a transformação social.

A base comum nacional deverá, portanto, permitir o domínio do conhecimento e seus meios de produção, em uma perspectiva de totalidade, radicalidade e de conjunto, do conhecimento produzido e que permita relações e ações transformadoras na realidade, tendo no horizonte um projeto histórico de superação do modo do capital organizar a vida na sociedade – modo este criado nas relações humanas, com caráter duplo, contraditoriamente, de desenvolvimento das forças produtivas e de sua concomitante destruição. Em sendo resultante de ação humana é, portanto, factível de ser alterado.

A partir dessas considerações gerais, as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura Ampliada em Educação Física foram desenvolvidas de modo a:

- Assegurar a autonomia das Instituições de Ensino Superior na composição da carga horária e duração dos cursos, bem como na especificação das unidades de estudo, observando-se o indicado na resolução que decorre deste parecer;
- Assegurar a sólida formação básica na área e o aprofundamento de estudos em campos temáticos de ação profissional ou de formação acadêmica, principalmente os que são motivo de estudos e investigações pelos grupos de pesquisa da instituição;

- Assegurar um processo de formação crítica que considere a articulação entre os conhecimentos de fundamentação e da atividade profissional com as dimensões política, humana e sociocultural;
- Indicar os campos de conhecimento que comporão o currículo;
- Estimular e aproveitar práticas independentes, visando estudo de formação complementar para fins de integralização do curso;
- Encorajar o reconhecimento de conhecimentos adquiridos fora do ambiente universitário, inclusive experiências profissionais relevantes para a área de formação;
- Fortalecer as unidades teoria-prática, tendo a prática como eixo articulador do currículo, a pesquisa como princípio educativo, por meio de atividades planejadas e sistematizadas em pesquisas, estágios, monitorias e atividades curriculares em comunidades e de extensão que deverão constituir-se como atividades essenciais do currículo da graduação;
- Nortear a formação acadêmica tendo como referência os critérios da atualidade, da adequabilidade às capacidades dos estudantes, a discussão acumulada pela área, bem como as referências cientificamente atualizadas em áreas afins, que se mostram relevantes para a formação e para responder aos desafios educacionais da contemporaneidade;
- Compreende uma concepção de formação humana omnilateral, em contra-ponto a concepção de competências, não incorrendo o reducionismo que induz a formação a um sentido meramente instrumental, mas sim, como uma política global que compreende dimensões humanas como a científica, pedagógica, técnica, ético-moral e política.
- Assegurar tanto o domínio dos meios de produção do conhecimento – as categorias e leis do pensamento científico -, quanto os instrumentos referentes a métodos e técnicas de pesquisa, bem como, o acumulado historicamente acerca da cultura corporal – objeto de estudo dos cursos de formação do professor de educação física.

3. DADOS DA PROPOSTA

3.1. DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura Ampliada em Educação Física. Entendendo-se aqui como licenciado o que está apto a agir, atuar, desenvolver a atividade docente em diferentes campos de trabalho, mediado pelo objeto – cultura corporal.

3.2. PERFIL DO GRADUADO:

Licenciado Pleno em Educação Física com formação pautada em princípios éticos, políticos, pedagógicos e com base no rigor científico, de natureza generalista, humanista, crítica e reflexiva.

Profissional qualificado para o exercício de atividades profissionais no campo da cultura corporal, que tenham como objeto as atividades corporais e esportivas, entendida como um campo de estudo e ação profissional multidisciplinar cuja finalidade é possibilitar a todo cidadão o acesso aos meios e ao acumulado historicamente, e que possibilite a construção deste acervo compreendido como direito inalienável de todos os povos, parte importante do patrimônio histórico da humanidade e do processo de construção da individualidade humana.

3.3. O TRABALHO – O MUNDO DO TRABALHO, OS CAMPOS DE TRABALHO E O MERCADO DE TRABALHO.

Para fundamentar as diretrizes curriculares, estamos nos valendo da realidade do trabalho estabelecendo referências claras sobre o que entendemos a respeito do trabalho humano, dos campos de trabalho e do mercado de trabalho.

O conceito de trabalho humano com o qual lidamos nos diz que “O primeiro pressuposto de toda a história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos” (MARX, 1987, p. 27). E para se manter vivo, teve o homem que produzir seus meios de vida, meios estes que foram sendo modificados no curso da história, pelas ações dos próprios homens, em contato com a natureza, com os outros homens e consigo mesmo. Esta produção dos meios de vida, que tanto gera bens materiais quanto espirituais, se deu com base no trabalho humano.

O trabalho é uma condição da existência humana, independentemente de qual seja a forma de sociedade. Ainda segundo MARX (1987), o trabalho é uma necessidade que medeia o metabolismo entre o homem e a natureza e, portanto, o da própria vida humana. O processo de trabalho é uma condição da existência humana; é comum a todas as formas de sociedade, mas se diferencia pelas relações sociais estabelecidas.

O trabalho útil ou trabalho concreto é uma atividade produtiva de um determinado tipo, que visa a um objetivo determinado; seu produto é um valor de uso. O trabalho abstrato, ou trabalho socialmente necessário, por sua vez, é o dispêndio de força de trabalho humana que cria valor, mas com aspecto diferente. Está relacionado com a medida quantitativa do valor, pois determina a magnitude do valor, e está relacionado com o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de um produto.

O trabalho útil, concreto, e o trabalho abstrato ou socialmente necessário são, portanto, uma mesma atividade considerada em seus aspectos diferentes. Ao desenvolver esta conceituação, MARX leva em conta que o trabalho abstrato é uma abstração social, um processo social real bem específico do capitalismo.

O processo de trabalho é aquele em que o trabalho é materializado em valor de uso, resultante da interação entre as pessoas e a natureza, ocorrendo aí modificações com base em propósitos humanos.

Constituem elementos do processo de trabalho: o trabalho em si, enquanto atividade produtiva com um objetivo; os objetos ou processos sob os quais o trabalho é realizado; e os meios que facilitam o processo de trabalho.

Todo o produto do trabalho que entra no processo de troca converte-se em mercadoria. Tudo o que o homem produz, inclusive sua própria força de trabalho para gerar algo, é mercantilizado, pois no processo de trabalho isto passa a ser trocado por outras mercadorias.

Portanto, a mercadoria é a forma que os produtos, resultantes do trabalho humano, assumem quando a produção é organizada por meio da troca. A mercadoria assume valor de uso por satisfazer alguma necessidade humana e adquire também um valor de troca por obter, por seu intermédio, outra mercadoria que serve como valor de uso.

O trabalho converte-se em valor de troca tornando-se única “mercadoria” de uma parcela dos homens vendida por salários (MARX, 1989, p. 41-93). Estas relações de troca estabelecem referências de campos de trabalho – no caso da educação física, os campos da educação, lazer, saúde, treino, entre outros – e os mercados de trabalho, considerados os locais específicos onde ocorre a troca de mercadorias, ou seja, o trabalhador vende sua força de trabalho, em troca de salário.

Entre os produtos que o trabalho do homem é capaz de gerar, existem aqueles que são produtos materiais, que se integram à lógica do valor de troca e se transformam em mercadoria nas relações sociais capitalistas. Mas existem também os produtos não-materiais que não se conformam facilmente à lógica capitalista de valor de troca. Encontramos aí os

produtos que são consumidos no ato da produção, como o é a aula de um professor. Aqui estamos privilegiando este tipo de produto não material, que se consome no ato de produção, e que, apesar das resistências, está sujeito ao processo de mercantilização, sofrendo alterações em suas qualidades mais íntimas (MARX, 1969, pp. 108-20).

Ao analisar o processo de trabalho, MARX deixa evidente que a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho, e que a força de trabalho em ação é o próprio trabalhador que vai reaparecer em forma de mercadoria, mercadoria esta trocada por salários com os quais os trabalhadores obtêm seus meios de subsistência (1989, p. 201).

Portanto, em troca dos meios de subsistência, o trabalhador vende sua força de trabalho. Esta, além de pagar a si mesma, agrega valor à mercadoria durante o processo de produção, aumentando o seu valor de troca.

Esta forma específica de apropriação dos resultados do trabalho excedente não-pago, ou seja, sem que um equivalente seja dado em troca, é a extração da mais-valia, que é a forma específica que assume a exploração no modo de produção capitalista. É o processo de objetivação do trabalho não-pago (MARX, 1969, p. 57). É a etapa da evolução sócio-econômica em que a exploração não ocorre mais na forma grosseira da apropriação de homens através da escravidão ou servidão, mas na forma de apropriação do trabalho – etapa em que o trabalhador não é condição de produção, mas somente o seu trabalho, que é apropriado por meio de troca.

Se o trabalho puder ser executado por máquinas, tanto melhor. A determinação capitalista do trabalho é, portanto, a destruição do trabalhador, a negação de sua liberdade, a sua alienação. Toda a produção capitalista tem esta característica: em vez de dominar as condições de trabalho, o trabalhador é dominado por elas.

A força de trabalho é, portanto, na sociedade capitalista, uma mercadoria, mas é uma mercadoria especial, visto que cria valores. Enquanto fonte de valor, gera valor maior do que ela própria possui.

E para ampliar ao máximo as possibilidades desta fonte de valor, o capital se desenvolve e se mantém enquanto relações econômicas e sociais, engendrando formas para a sua perpetuação, segundo suas próprias leis.

É nesse quadro referencial teórico que pretendemos compreender o trabalho no campo da Educação Física, mais especificamente, sua objetivação na formação de profissionais do ensino nos cursos de Licenciatura Ampliada e responder à problemática sobre a materialização das relações de trabalho capitalista no processo de trabalho pedagógico e no trato com o conhecimento no Curso de Licenciatura Ampliada em Educação Física.

Privilegiamos esta abordagem por reconhecermos que a Educação Física, dentro do modo de produção capitalista, desenvolve-se a partir do confronto e do conflito entre os interesses de classes sociais antagônicas, na luta pela hegemonia de seus projetos históricos. Confrontam-se, portanto, forças sociais e políticas que estão relacionadas com a estrutura social, com a divisão da sociedade em classes sociais.

Consideramos imprescindível a explicitação não só dessas posições - visto que estamos tratando do rumo que deve ter, dentro de determinado projeto histórico, a formação dos professores de educação física -, como do papel que vêm exercendo a organização do trabalho pedagógico, a produção e a apropriação do conhecimento, dentro de uma dada conjuntura, de reconstituição mundial do capital frente ao agravamento da crise do capitalismo.

É nesta perspectiva que entendemos que devam ser colocadas as contribuições advindas de segmentos sociais organizados em torno da formação do professor de educação física, para

levantar dados desta realidade, compreendê-los, interpretá-los, explicá-los e atuar sobre eles, à luz dos interesses de classe.

A Educação Física é um campo profissional tradicional e contraditório existente no Brasil. Sofre, como todos os campos de atuação profissional, os mesmos determinantes próprios de uma sociedade organizada em classes onde a maioria da população não tem acesso aos bens culturalmente produzidos.

Está localizada enquanto área de conhecimento em campos que fazem interface com o das ciências humanas e sociais, saúde e ciências da terra, com a filosofia e as artes.

A relevância, importância, legalidade e legitimidade da educação física também apresenta profundas contradições visto ser ela um bem cultural, produzido socialmente, apropriado historicamente. Logo, como vivemos em uma sociedade de classes a apropriação, o conhecimento e reconhecimento deste bem está na dependência da situação de classe e da consciência histórica da classe, ou seja, de sua capacidade de organização, reivindicação e conquistas.

No que diz respeito aos professores, estão sujeitos, como os trabalhadores em geral, a um processo de destruição, visto vivermos um período de forte tendência à destruição das forças produtivas, pela decomposição acelerada do modo de produção capitalista.

Quanto às inovações, estas existem, como os avanços científicos e tecnológicos, mas contraditoriamente, estão colocados no marco da dependência dos grandes centros internacionais e são de acesso a poucos, o que se expressa no grande número de marcas e de atletas que buscam superar as dificuldades nacionais recorrendo aos centros desportivos no exterior.

Por entendermos a necessidade de mudanças profundas e urgentes na formação do professor de Educação Física – para que o mundo do trabalho, os campos de trabalho e o mercado de trabalho sejam entendidos, compreendidos e reestruturados na perspectiva dos interesses dos trabalhadores e não na lógica do capital –, é que estamos nos propondo a identificar uma política global de formação do professor de Educação Física que permita uma consistente básica teórica para a atividade pedagógica no campo da cultura corporal.

3.4. A POLÍTICA GLOBAL DE FORMAÇÃO:

A política global de formação que dará identidade profissional e que é necessariamente caracterizada historicamente pelo trabalho profissional tem o ato pedagógico no trato com o conhecimento acerca da cultura corporal como identidade, abrangendo as dimensões humana e político-social, e tem por finalidade a formação omnilateral que significa, em última instância a superação da formação unilateral, altamente especializada e limitada.

A configuração das dimensões científicas, técnicas, pedagógicas, éticas, morais e políticas deve ser a concepção nuclear na orientação do currículo de formação inicial do professor de Educação Física. Além de dominar os processos lógicos de construção e os meios, técnicas e métodos de produção do conhecimento científico que fundamentam e orientam sua ação profissional, é imperioso que saiba mobilizar esses conhecimentos, transformando-os em ação moral, ética e política libertadoras, emancipatórias, na perspectiva da superação da sociedade de classes e, portanto, na perspectiva de uma filosofia da práxis social.

O professor de Educação Física, além do domínio dos conhecimentos específicos para sua ação profissional deve, necessariamente, compreender e enfrentar as questões envolvidas com o trabalho capitalista, seu caráter e organização. Isto implica em compreender e agir sobre o duplo caráter que assume o trabalho, um ontológico de formação do ser humano e outro de trabalho alienado no modo de produção capitalista. Nesta perspectiva deve-se criticar a base técnica e tecnológica do trabalho do professor de educação física e buscar a construção de novas bases científicas para organização do trabalho, a saber, um trabalho na linha do trabalhar emancipatório, solidário, em grupo, com autonomia e auto-organização, para tomar decisões, bem como se responsabilizar pelas opções feitas. É preciso também que o professor saiba avaliar criticamente sua própria atuação e o contexto em que atua, e que saiba interagir cooperativamente tanto com sua comunidade profissional, quanto com a sociedade em geral.

O desenvolvimento de tais dimensões requeridas na formação do professor de Educação Física deverá ocorrer a partir de experiências de interação teoria e prática, em que toda a sistematização teórica deve ser articulada com as situações de ação profissional balizadas por posicionamentos reflexivos com consistência e coerência conceitual.

Tais dimensões da formação humana não podem ser adquiridas apenas no plano teórico, dos fundamentos, nem no estritamente instrumental. É imprescindível, portanto, que haja coerência entre a formação oferecida, as exigências práticas esperadas do futuro profissional e a necessidade de emancipação e democratização política, humana e sociocultural.

Portanto, tais dimensões da formação humana não podem ser compreendidas e nem reduzidas às dimensões do aprender a aprender, do aprender a fazer, do aprender a ser e aprender a conviver. Implicam também a consciência de classe, a formação política e a organização revolucionária.

O pressuposto dessas diretrizes identifica-se, portanto, com uma concepção de currículo compreendido como processo de formação da competência humana histórica para a emancipação. Sendo assim, a formação é, sobretudo, a condição de refazer permanentemente as relações com a sociedade e a natureza, objetivando a superação da alienação humana.

Nesta perspectiva, a formação em Educação Física deve privilegiar:

- A cultura científica de base em ciências humanas, da terra, exatas, sociais e biológicas de modo a contribuir para formação humana emancipatória e omnilateral, para a adequação e o enriquecimento da ação profissional ética, bem como para possibilitar que a cultura corporal, tematizada nas manifestações clássicas e emergentes da Educação Física, seja compreendida e analisada a partir da articulação das suas dimensões científica, técnica, moral e ética, política, pedagógica;

- A capacidade para analisar reflexivamente e para agir eticamente nas situações da atividade profissional, a partir de uma atitude crítica identificada com os ideais e valores de uma sociedade democrática que supere as relações do modo de produção capitalista;

- O domínio tanto dos meios de produção como de conhecimentos clássicos e essenciais relacionados à cultura geral e à formação específica que são objetos das atividades humanas e profissionais, adequando-os às necessidades de emancipação sociocultural dos seres humanos e ao desenvolvimento democrático da sociedade;

- A atitude crítico-reflexiva sobre os resultados de pesquisa para a adequação e o aprimoramento das ações humana e profissional em prol da consecução dos objetivos específicos e de formação sociocultural planejados para o público alvo e a sociedade em geral;

- A compreensão e o domínio do processo de ação profissional nos campos de trabalho relacionados à tradição e com base no emergente da área e nas suas relações com o contexto no qual estão inseridos;

- A resolução de problemas concretos da prática profissional e da dinâmica das instituições afins, zelando pela aprendizagem e pelo desenvolvimento das pessoas;

- A consideração crítica das características, interesses e necessidades das pessoas nos momentos de planejamento, aplicação e avaliação dos programas de intervenção profissional;

- A sistematização e socialização da reflexão sobre a prática profissional;

- A compreensão e as implicações sociocultural, política, econômica e ambiental do campo da cultura corporal e esportiva de modo a agir de forma crítica-reflexiva;

- A demonstração da capacidade de lidar crítica e autonomamente com a literatura pertinente e atualizada e com os diversos tipos de produção dos conhecimentos afins, reconhecendo a transitoriedade dos mesmos;

- O uso de recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir e compartilhar com as fontes de produção e difusão de conhecimentos e de tecnologias, bem como para qualificar a intervenção profissional;

- A demonstração de sentido de cooperação, auto-determinação, auto-organização, solidariedade na relação com as pessoas, clareza, adequação e objetividade nas formas de comunicação escrita, verbal e não-verbal e desenvoltura no fazer didático, de modo a conduzir e compartilhar adequadamente sua atividade profissional;

- A capacidade de argumentação de modo a saber justificar e articular sua visão de mundo e sua prática profissional com a construção do projeto histórico para além do capital, bem como balizar sua ação profissional à luz da crítica às teorias produzidas a partir dos campos de conhecimento específicos e afins.

As dimensões gerais da formação deverão ser contextualizadas e complementadas considerando as relações entre o geral da formação humana, o específico próprio à ação do professor, em particular do professor de Educação Física, definidas pela Instituição de Ensino Superior.

4. CONTEÚDOS CURRICULARES:

O conhecimento é fruto da práxis humana e a origem dos conteúdos decorre da atividade prática do homem para atender interesses específicos de classes sociais específicas. Os fenômenos da realidade são parte de um processo inerente ao desenvolvimento histórico geral e por isso a cientificidade e historicidade do processo cognitivo. O pensamento teórico científico explica que a base e o critério para separar as classes de objetos são os diferentes tipos de atividade encaminhadas a satisfazer necessidades sociais. Assim faz-se evidente que o objeto de estudo da Educação Física é o fenômeno das práticas cuja conexão geral ou primigênia – essência do objeto e o nexo interno das suas propriedades – determinante do seu conteúdo e estrutura de totalidade, é

dada pela materialização em forma de atividades – sejam criativas ou imitativas – das relações múltiplas de experiências ideológicas, políticas, filosóficas e outras, subordinadas às leis histórico-sociais. O geral dessas atividades é que são valorizadas em si mesmas; seu produto não material é inseparável do ato da produção e recebe do homem um valor de uso particular por atender aos seus sentidos lúdicos, estéticos, artísticos, agonísticos, competitivos e outros relacionados à sua realidade e às suas motivações. Elas se realizam com modelos socialmente elaborados que são portadores de significados ideais do mundo objetal, das suas propriedades, nexos e relações descobertos pela prática social conjunta. No momento damos, a essa área de conhecimento que se constrói a partir dessas atividades, a denominação de “Cultura Corporal”.

Os currículos plenos para os Cursos de Licenciatura Ampliada em Educação Física terão, portanto, como objeto a cultura corporal, como eixo articulador do conhecimento a prática social (práxis) e como matriz científica a história.

Os conhecimentos serão tratados por sistemas de complexos temáticos e relacionados a: Conhecimentos de Formação Ampliada, Conhecimento Identificador da Área e Conhecimento Identificador do Aprofundamento de Estudos.

Os Conhecimentos de Formação Ampliada são aqueles que permitem uma compreensão de conjunto, radical e de totalidade comum a qualquer tipo de formação profissional. Compreendem os estudos acerca das relações do ser humano com a natureza, com os demais seres humanos na sociedade, com o trabalho e com a educação.

O Curso de Licenciatura Ampliada em Educação Física, nesta parte, será guiado pelo critério da orientação científica, da integração teoria-prática e pelo critério do conhecimento das relações do ser humano, do mundo do trabalho, da cultura corporal e da sociedade. Isto possibilitará uma formação abrangente para a competência profissional de um trabalho em contextos histórico-sociais específicos, promovendo um contínuo diálogo entre as áreas de conhecimento científico e a especificidade da Educação Física. Guiar-se-á, também, pelo estudo das distintas manifestações clássicas e emergentes da cultura corporal & esportiva, identificadas com a tradição da Educação Física.

O Conhecimento Identificador da Área compreende o estudo das relações entre cultura corporal e natureza humana, cultura corporal e territorialidade, cultura corporal e mundo do trabalho, cultura corporal e política cultural.

Os Conhecimentos Identificadores do Aprofundamento do Estudo serão delimitados por cada Instituição de Ensino Superior (IES), partindo de sua capacidade de investigação, de sua instalação de grupos de pesquisa, de seus programas de pós-graduação integrados com a graduação. Desta estrutura de organização e sistematização do conhecimento, a IES poderá propor um ou mais campos de aprofundamento de estudos, de acordo com suas investigações, grupos e linhas de estudos e pesquisas a ser organizado a partir dos complexos temáticos.

Quanto ao tempo de integralização dos Cursos de Licenciatura Ampliada em Educação Física será definido pelas Instituições de Ensino Superior, respeitando o mínimo de duração e de carga horária de 4 anos e de 2.800 h, respectivamente, das quais 800 horas serão destinadas à prática do ensino e estágio supervisionado, 1.800 para os conteúdos científico-culturais e 200 horas para outras formas de atividades acadêmico-científicas.

A Prática do Ensino e o Estágio Profissional Curricular Supervisionado são obrigatórios, devendo ser desenvolvidos em campos de ação profissional e com cumprimento de carga horária mínima de acordo com legislação específica do CNE, a saber, de 400 horas para a Prática do Ensino e 400 para o Estágio Profissional Curricular

Supervisionado. O Estágio e a Prática de Ensino deverão ser implementados ao longo do curso em ciclos de ensino, estruturados para viabilizarem a articulação da produção do conhecimento científico a partir da prática. A Prática do Ensino compreenderá os ciclos de constatação de dados da realidade, sistematizações, generalizações, confrontos de teorias, ampliação e aprofundamento com vivências e experiências práticas em projetos de pesquisa sob a coordenação e orientação de professores pesquisadores da instituição. O Estágio Profissional Curricular Supervisionado somente iniciará na metade do curso, metade da carga horária total cumprida e contará, além da orientação de professor do Curso, com supervisão, que deve ser de profissionais formados, devidamente contratados nos locais de trabalho.

Para os cursos de Licenciatura Ampliada de Educação Física será exigida a orientação científica desde o primeiro ciclo de formação, com inserção em grupos e linhas de pesquisa, que culminará, também, na elaboração de um trabalho de conclusão de curso, sob forma de monografia de base, a partir de orientação acadêmica de professores pesquisadores.

As atividades complementares deverão ser implementadas, acompanhadas e avaliadas durante todo o curso. As Instituições de Ensino Superior criarão mecanismos para aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo estudante por meio de estudos e práticas independentes presenciais e/ou à distância.

A avaliação do Curso, dos docentes e discentes será permanente, integrada às atividades curriculares, tendo como referência o padrão nacional unitário de qualidade e, a base comum nacional para a formação de professores, para a consolidação de uma consistente base teórica interdisciplinar na formação acadêmica da graduação.

5. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Curso de Licenciatura Ampliada em Educação Física deverá ter um projeto pedagógico construído coletivamente por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, referenciado em um projeto histórico claro e explícito, que supere as relações do modelo do capital organizar a vida na sociedade e, que tenha como matriz científica a história e como eixo articulador do conhecimento a prática enquanto práxis social. O currículo do Curso de Licenciatura Ampliada em Educação Física deverá, necessariamente, ser estruturado tendo as atividades de pesquisa e de extensão como mediadora da formação. A pesquisa como possibilidade de acesso ao conjunto de conhecimentos produzidos, aos seus modos de produção e como instância de reflexão crítica sobre a realidade; a Extensão considerada como possibilidade de interlocução e ação na realidade social, a partir da pesquisa.

ANEXO B

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR MINUTA DE RESOLUÇÃO.

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Licenciatura Ampliada em Educação Física.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea “C”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CNE/CES ____/____, de __ de _____ de____, peça indispensável do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologado pelo Senhor Ministro da Educação em __ de _____ de __, RESOLVE:

Art. 1º – A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Licenciatura Ampliada em Educação Física, a serem observadas na organização curricular das Instituições do Sistema de Educação Superior do País.

Art. 2º – As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Licenciatura Ampliada em Educação Física definem os princípios, fundamentos, condições e procedimentos da formação de professores de Educação Física, estabelecidas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para aplicação em âmbito nacional na organização, desenvolvimento e avaliação dos projetos pedagógicos dos Cursos de Licenciatura Ampliada em Educação Física das Instituições do Sistema de Ensino Superior.

Art. 3º – A Educação Física é um campo acadêmico-profissional que se fundamenta em conhecimentos das ciências humanas, sociais, da saúde, exatas e da terra, da arte e da filosofia. Portanto, sua matriz científica é a história, do homem, da natureza e suas relações, contradições e possibilidades.

Art. 4º – O Curso de Licenciatura Ampliada em Educação Física deverá assegurar uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da atividade acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico e na reflexão filosófica tendo o trabalho como princípio educativo.

Parágrafo Único – O Curso de Licenciatura Ampliada em Educação Física deverá estar qualificado para conhecer, compreender e analisar criticamente a realidade social para nela agir por meio das diferentes manifestações e expressões da cultura corporal.

Art. 5º – A estrutura curricular do Curso de Licenciatura Ampliada Educação Física deverá pautar-se em uma política global de formação humana omnilateral que observe os seguintes princípios:

- 1) trabalho pedagógico como base da identidade do professor de Educação Física;
- 2) compromisso social da formação na perspectiva da superação da sociedade de classes e do modo do capital organizar a vida;
- 3) sólida e consistente formação teórica;
- 4) articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- 5) indissociabilidade teoria-prática;
- 6) tratamento coletivo, interdisciplinar e solidário na produção do conhecimento científico;
- 7) articulação entre conhecimentos de formação ampliada, formação específica e aprofundamento temático, a partir de sistemas de complexos temáticos que assegurem a compreensão radical, de totalidade, e de conjunto da realidade, na perspectiva da superação.

8) avaliação em todos os âmbitos e dimensões (estudante, professor, técnico-administrativos, gestores, planos, projetos e instituição), permanentemente.

9) formação continuada;

10) respeito à autonomia institucional;

11) gestão democrática;

12) condições objetivas adequadas de trabalho;

13) financiamento público para o ensino-pesquisa público.

Art. 6º – A identidade profissional baseada no trabalho pedagógico e a formação humana no sentido amplo, omnilateral, de natureza político-social, ético-moral, científico-pedagógica e técnico-profissional, deverão constituir a concepção nuclear do currículo de formação do licenciado em Educação Física.

Art. 7º – O currículo para o Curso de Licenciatura Ampliada em Educação Física será constituído por Conhecimentos de Formação Ampliada, Conhecimentos Identificadores da Área da Educação Física e Conhecimentos Identificadores do Aprofundamento dos Estudos. 50% destes conhecimentos serão organizados em disciplinas e atividades de caráter obrigatório e 50% de caráter opcional.

Parágrafo 1º – Os Conhecimentos de Formação Ampliada abrangem as seguintes dimensões:

a) Relação ser humano – natureza

b) Relação ser humano – sociedade

c) Relação ser humano – trabalho

d) Relação ser humano – educação

Parágrafo 2º – Os Conhecimentos Identificadores da Área da Educação Física abrangem as seguintes dimensões:

a) Cultura corporal e natureza humana

b) Cultura corporal e territorialidade

c) Cultura corporal e trabalho

d) Cultura corporal e política cultural

Parágrafo 3º – Os Conhecimentos Identificadores do Aprofundamento dos Estudos são compreendidos como o conjunto de fundamentos específicos que tratam de singularidades e particularidades na elaboração, implantação, implementação e avaliação das ações acadêmico-profissionais em sistemas de complexos temáticos.

I – Cada Instituição de Ensino Superior deverá propor seus sistemas de complexos temáticos, definindo a articulação de conhecimentos e experiências que os caracterizarão devendo para tanto, desenvolverem-se condições para as ações de ensino-pesquisa-extensão.

Art. 8º – O tempo de integralização do Curso de Licenciatura Ampliada em Educação Física será definido pelas Instituições de Ensino Superior, respeitando o mínimo de duração e de carga horária de 4 anos e de 2.800 horas, respectivamente.

Parágrafo Único – Da carga horária total, 30% (trinta por cento) será destinada ao Conhecimento de Formação Ampliada, 40% aos Conhecimentos Identificadores da Educação Física, e 30% aos Conhecimentos Identificadores de Aprofundamento de Estudos, admitindo-se uma variação de até 5% para mais ou para menos. Do total 50% são créditos em disciplinas ou atividades de caráter obrigatório e 50% créditos opcionais.

Art. 9º – A Prática de Ensino será desenvolvida desde o início do curso e deverá respeitar um mínimo de 400 horas e o Estágio Profissional Curricular Supervisionado será obrigatório, a partir do cumprimento de 50% da carga horária total para integralizar o

currículo, respeitando o mínimo de 400 horas, sendo, necessariamente, supervisionado pela instituição formadora e articulado a projetos de ensino-pesquisa-extensão.

Parágrafo 1º – Da carga horária total do Estágio Profissional Curricular Supervisionado, 60% deverá ser cumprida em diferentes campos de trabalho da Educação Física ao longo do curso – saúde, educação, lazer, treino de alto rendimento e, 40% no campo de trabalho vinculado ao sistema de complexo temático de aprofundamento.

Parágrafo 2º – A carga horária do Estágio Profissional Curricular Supervisionado a ser cumprida ao longo do curso deverá ser computada no conjunto da carga horária destinada aos Conhecimentos Identificadores da Educação Física.

Parágrafo 3º – A carga horária do Estágio Profissional Curricular Supervisionado a ser cumprida no campo de trabalho vinculado ao sistema de complexo temático de aprofundamento deverá ser computada no conjunto da carga horária destinada aos Conhecimentos do Campo de Aprofundamento.

Art. 10 – Para os Cursos de Licenciatura Ampliada em Educação Física será exigida a iniciação científica orientada por professores pesquisadores articulados a grupos e linhas de pesquisa, financiada com recursos públicos, que culmine com a elaboração de um trabalho científico de conclusão, que caracterize uma monografia de base, articulados aos programas de iniciação científica, na forma definida pela própria Instituição de Ensino Superior.

Art. 11 – As atividades complementares deverão perfazer 200 horas e serem incrementadas ao longo do curso, devendo ser entendidas como conhecimentos adquiridos de forma autônoma pelo graduando por meio de estudos e de práticas independentes, presenciais e/ou à distância, sob a forma de estágios extracurriculares, programas de extensão, congressos, seminários e cursos, atividades estas a serem avaliadas e reconhecidas pela Instituição de Ensino Superior.

Art. 12 – Na organização do Curso de Licenciatura Ampliada em Educação Física deverá ser indicada a modalidade: seriada anual, seriada semestral, sistema de créditos ou modular.

Art. 13 – O Curso de Licenciatura Ampliada em Educação Física deverá obedecer à legislação específica emanada do Conselho Nacional de Educação para a Formação de Professores da Educação Básica.

Art. 14 – A implantação e o desenvolvimento do projeto pedagógico do Curso de Licenciatura Ampliada em Educação Física deverão ser acompanhados e permanentemente avaliados, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários a sua contextualização e aperfeiçoamento.

Parágrafo 1º – A avaliação dos graduandos deverá basear-se nos princípios norteadores que assegurem uma consistente base teórica e as dimensões da formação omnilateral de natureza político-social, ético-moral, científico-pedagógica e técnico-profissional e estabelecer nexos com a avaliação docente, dos planos e programas e avaliação institucional.

Parágrafo 2º – As metodologias e critérios empregados para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio projeto pedagógico do curso deverão estar em consonância com o sistema de avaliação e o contexto curricular adotados pela Instituição de Ensino Superior.

Art. 15 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF, _____ de _____ de _____
Presidente da CES/CNE

ANEXO C

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO N° 7, DE 31 DE MARÇO DE 2004. (*)

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea "c", da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CNE/CES 58/2004, de 18 de fevereiro de 2004, peça indispensável do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 18 de março de 2004, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena, assim como estabelece orientações específicas para a licenciatura plena em Educação Física, nos termos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de graduados em Educação Física definem os princípios, as condições e os procedimentos para a formação dos profissionais de Educação Física, estabelecidos pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para aplicação em âmbito nacional na organização, no desenvolvimento e na avaliação do projeto pedagógico dos cursos de graduação em Educação Física das Instituições do Sistema de Ensino Superior.

Art. 3º A Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas,

além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

Art. 4º O curso de graduação em Educação Física deverá assegurar uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética.

§ 1º O graduado em Educação Física deverá estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando à formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

§ 2º O Professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, deverá estar qualificado para a docência deste componente curricular na educação básica, tendo como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação, bem como as orientações específicas para esta formação tratadas nesta Resolução.

Art. 5º A Instituição de Ensino Superior deverá pautar o projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física nos seguintes princípios:

- a) autonomia institucional;
- b) articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- c) graduação como formação inicial;
- d) formação continuada;
- e) ética pessoal e profissional;
- f) ação crítica, investigativa e reconstrutiva do conhecimento;
- g) construção e gestão coletiva do projeto pedagógico;
- h) abordagem interdisciplinar do conhecimento;
- i) indissociabilidade teoria-prática;
- j) articulação entre conhecimentos de formação ampliada e específica.

Art. 6º As competências de natureza político-social, ético-moral, técnico profissional e científica deverão constituir a concepção nuclear do projeto pedagógico de formação do graduado em Educação Física.

§ 1º A formação do graduado em Educação Física deverá ser concebida, planejada, operacionalizada e avaliada visando a aquisição e desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática;
- Pesquisar, conhecer, compreender, analisar, avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, tematizadas, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando a formação, a ampliação e enriquecimento cultural da sociedade para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável;
- Intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;
- Participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros;
- Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas portadoras de deficiência, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;
- Conhecer, dominar, produzir, selecionar, e avaliar os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção e intervenção

acadêmico-profissional em Educação Física nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;

- Acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins mediante a análise crítica da literatura especializada com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional;

- Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.

§ 2º As Instituições de Ensino Superior poderão incorporar outras competências e habilidades que se mostrem adequadas e coerentes com seus projetos pedagógicos.

§ 3º A definição das competências e habilidades gerais e específicas que caracterizarão o perfil acadêmico-profissional do Professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, deverá pautar-se em legislação própria do Conselho Nacional de Educação.

Art. 7º Caberá à Instituição de Ensino Superior, na organização curricular do curso de graduação em Educação Física, articular as unidades de conhecimento de formação específica e ampliada, definindo as respectivas denominações, ementas e cargas horárias em coerência com o marco conceitual e as competências e habilidades almejadas para o profissional que pretende formar.

§ 1º A Formação Ampliada deve abranger as seguintes dimensões do conhecimento:

- a) Relação ser humano-sociedade;
- b) Biológica do corpo humano;
- c) Produção do conhecimento científico e tecnológico.

§ 2º A Formação Específica, que abrange os conhecimentos identificadores da Educação Física, deve contemplar as seguintes dimensões:

- a) Culturais do movimento humano;
- b) Técnico-instrumental;
- c) Didático-pedagógico.

§ 3º A critério da Instituição de Ensino Superior, o projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física poderá propor um ou mais núcleos temáticos de aprofundamento, utilizando até 20% da carga horária total, articulando as unidades de conhecimento e de experiências que o caracterizarão.

§ 4º As questões pertinentes às peculiaridades regionais, às identidades culturais, à educação ambiental, ao trabalho, às necessidades das pessoas portadoras de deficiência e de grupos e comunidades especiais deverão ser abordadas no trato dos conhecimentos da formação do graduado em Educação Física.

Art. 8º Para o Curso de Formação de Professores da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, as unidades de conhecimento específico que constituem o objeto de ensino do componente curricular Educação Física serão aquelas que tratam das dimensões biológicas, sociais, culturais, didático-pedagógicas, técnico-instrumentais do movimento humano.

Art. 9º O tempo mínimo para integralização do curso de graduação em Educação Física será definido em Resolução específica do Conselho Nacional de Educação.

Art. 10. A formação do graduado em Educação Física deve assegurar a indissociabilidade teoria-prática por meio da *prática como componente curricular, estágio profissional curricular supervisionado e atividades complementares*.

§ 1º A *prática como componente curricular* deverá ser contemplada no projeto pedagógico, sendo vivenciada em diferentes contextos de aplicação acadêmico-profissional, desde o início do curso.

§ 2º O *estágio profissional curricular* representa um momento da formação em que o graduando deverá vivenciar e consolidar as competências exigidas para o exercício acadêmico-profissional em diferentes campos de intervenção, sob a supervisão de profissional habilitado e qualificado, a partir da segunda metade do curso:

I - o caso da Instituição de Ensino Superior optar pela proposição de núcleos temáticos de aprofundamento, como estabelece o Art. 7º, § 1º desta Resolução, 40% da carga horária do *estágio profissional curricular* supervisionado deverá ser cumprida no campo de intervenção acadêmico-profissional correlato.

§ 3º As *atividades complementares* deverão ser incrementadas ao longo do curso, devendo a Instituição de Ensino Superior criar mecanismos e critérios de aproveitamento de conhecimentos e de experiências vivenciadas pelo aluno, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais

e/ou à distância, sob a forma de monitorias, estágios extracurriculares, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares, congressos, seminários e cursos.

§ 4º A carga horária para o desenvolvimento das experiências aludidas no caput deste Artigo será definida em Resolução específica do Conselho Nacional de Educação.

Art. 11. Para a integralização da formação do graduado em Educação Física poderá ser exigida, pela instituição, a elaboração de um trabalho de do curso, sob a orientação acadêmica de professor qualificado.

Art. 12. Na organização do curso de graduação em Educação Física deverá ser indicada a modalidade: seriada anual, seriada semestral, sistema de créditos ou modular.

Art. 13. A implantação e o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física deverão ser acompanhados e permanentemente avaliados institucionalmente, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários a sua contextualização e aperfeiçoamento.

§ 1º A avaliação deverá basear-se no domínio dos conteúdos e das experiências, com vistas a garantir a qualidade da formação acadêmico-profissional, no sentido da consecução das competências político-sociais, ético-morais, técnico-profissionais e científicas.

§ 2º As metodologias e critérios empregados para o acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio projeto pedagógico do curso deverão estar em consonância com o sistema de avaliação e o contexto curricular adotados pela Instituição de Ensino Superior.

Art. 14. A duração do curso de graduação em Educação Física será estabelecida em Resolução específica da Câmara de Educação Superior.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDSON DE OLIVEIRA NUNES

Presidente da Câmara de Educação Superior em exercício

ANEXO D

Estudantes que participaram da ACC EDC 465 Cultura Corporal e Meio Ambiente

Semestre de 2002.1

Amália Catharina Santos Cruz
André Luiz de Santana Franca
Cláudia Ferreira Esquivel
Cristina Souza Paraíso
Francisco Leal de Andrade
José Hermógenes Moura da Costa
Oriana Maria Ribeiro Barbosa
Raimundo dos Santos

Semestre de 2002.2

Betânia Almeida
Bárbara Ornellas
Breno Braga
Bruno Celeste
Consuelo Chaves
Flora Ribeiro
Jarbiane
Marta Caires
Miguel Marcelino
Vanessa Gomes
Andréa Xavier
Telma Cristina
Nívia Telles

Semestre de 2003.1

Ana fausta Azevedo maia
Arquimedes Batista Lima Reis Filho
Ivana Maria Goveia de Cabral
Martha machado Almeida
Myna Lizzie Oliveira Silveira
Quênia carvalho Ribeiro
Soani Barreto Rios

Semestre 2003.2

Eliene Campos;
Edlena Santos;
Denílson Araújo;
Katyuche da Costa;
Lédna Texeira;
Mariane Victal;
Paulla Daillyane;
Quênia Ribeiro;

Rosineide da Silva

Semestre de 2004.1

Michelle Costa de Brito Lopes

Luciene Rogério de Souza

Saadia Carneiro Maciel

Alexsandra Nascimento Silva

Vicente Paulo Maia Rebouças Filho

Eraldo Brito Santos

Célia Ribeiro dos Santos

Alcione silva de oliveira

Luciana Santos de Souza

ANEXO E

Participantes do curso de agentes ambientais

1. Jéssica Ferreira dos Santos
2. Leila Moraes Calmon
3. Maria Juliana Costa da Silva
4. Alessandra Santos da Silva
5. Ana Lucia da Silva
6. Magali Cruz Campos
7. Viviane Vitorino dos S. Silva
8. Zilda Palmira Gonçalves
9. Margarida Côrrea dos Santos
10. Maria do Carmo S. Pereira
11. Maria Ângela do Rosário
12. Josiene Souza da Rocha
13. Raquel Lélis São José
14. Maiane Pereira
15. Crislane Santos Pereira
16. Mileide Oliveira Rocha
17. Nelma Freitas
18. Bárbara Eunice Nazaré
19. Josiene Ferreira

VI. APÊNDICE A

Cronologia das contribuições do Jürgen Dieckert para o campo de estudos Meio Ambiente e Esportes

1972 - Artigo na Alemanha, apontando o esporte como nocivo à natureza, quando praticado sem meios de proteção ambiental.

1979 - Jürgen Dieckert transfere-se da Universidade de Oldenburg na Alemanha para a Universidade de Santa Maria no Brasil, iniciando pesquisas envolvendo, esporte, lazer, cultura local e meio ambiente.

1983 - A Universidade de Santa Maria publica o livro com os temas desenvolvidos por Jürgen Dieckert nos anos anteriores, com textos de Floriano D. Monteiro e introdução de Lamartine P. da Costa editado em português.

1986 - Jürgen Dieckert já orientou trabalhos em várias regiões do Brasil versando sobre ambientes e arquitetura para as práticas esportivas coerentes em relação a preservação do meio ambiente e adequadas as culturas locais e regionais.

2001 - Participação do Simpósio Internacional realizado no período de 22 a 27 de julho na Faculdade de Educação da UFBA, na cidade de Salvador, BA. O simpósio teve caráter interdisciplinar Educação, Educação Física, Saúde, Lazer, Turismo e Meio Ambiente e comemorou os 25 Anos de contribuição acadêmica do Professor Dieckert no Brasil. Nesta oportunidade professor Jürgen Dieckert colabora conosco discutindo os pontos essenciais das relações entre a educação física e o meio ambiente recuperando por um lado a tradição alemã de consideração da natureza, por outro as necessidades vitais atuais dos seres humanos que nos levam a considerar esta relação homem-natureza como a principal relação a ser investigada estudada e assegurada nos cursos de formação de professores para entendermos e agirmos em processos de formação humana.